

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

**Refundação do Centro Urbano | O caso do Vale de Santo António |
Lisboa**

Inês Matos Viegas

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Arquitectura

Orientadora:
Doutora Ana Vaz Milheiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Co-orientador:
Doutor José Luís Saldanha, Professor Auxiliar,
ISCTE-IUL

Co-orientadora:
Doutora Gabriela Gonçalves, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Novembro 2012

PALAVRAS-CHAVE: Frente Ribeirinha de Lisboa; Utopias Urbanas; Projectos Contemporâneos

A dissertação que nos propomos desenvolver tem como objectivo perceber no que consiste o conceito de Utopia, tanto na sua origem como na actualidade. Pretendemos, de igual forma, questionar se se trata de um conceito aplicável aos diversos objectos de estudo para a faixa ribeirinha da cidade de Lisboa, desde o ano de 1500 até à actualidade.

Este tema surge da curiosidade em perceber como seria a silhueta da cidade de Lisboa nos dias que correm se, por ventura, estes planos e projectos "utópicos" tivessem sido concretizados, bem como, perceber as razões pelas quais nunca saíram do papel. Será que algum projecto, mesmo que não se tenha realizado, foi inútil ou que, a imagem que conhecemos hoje em dia teve, em algum momento, a influência de temas outrora considerados excêntricos?

Os objectos de análise são, portanto, alguns dos diversos planos apresentados para a cidade de Lisboa, consoante o seu contexto e espaço temporal, e a sua expressão para uma desejada imagem para a cidade. Noutra perspectiva, esta dissertação procura entender a imagem característica de Lisboa, verificando que não é bem aceite uma forma inovadora e diferente de pensar e projectar, sempre com o argumento de preservar uma Lisboa característica.

Assim esta investigação procura demonstrar como poderia ser uma actual imagem de Lisboa, "A nossa Lisboa Utópica", se alguns destes planos tivessem sido aceites e concretizados.

ABSTRACT

KEY WORDS: Lisbon Riverfront; Urban Utopia; Contemporary Projects

The core objective of the essay that we purpose to explore is to comprehend the concept of Utopia, both in its origin and present day significance. Likewise, we will examine if it's a well used concept to the various study projects related to the riverfront of city of Lisbon, since the late 1500 to the present days.

The theme of the study was born from the curiosity of trying to understand how Lisbon's silhouette would be today if the "Utópico" plans had been followed through and also question why the plans were never put into to practice. Could any of the projects, though not materialized, been impractical or is it that the image that we know today had, in any moment, once eccentric influences?

The analysis' objectives are the many plans presented for the city of Lisbon, according to its context and timeline, and the expression of the desired image for the city. Another perspective of this essay is that it seeks to understand the characteristic image of Lisbon, knowingly that a modern way of thinking will not always be well accepted, therefore always pleading for the preservation the houses that give Lisbon its character.

Thus this investigation seeks to demonstrate an actual image of how Lisbon could have been, "An Utopia Lisbon", if any of these projects had been accepted.

AGRADECIMENTOS

Depois de cinco anos, que foram tudo menos um percurso individual, chega o fim de um ciclo. Um ciclo de vitórias e derrotas, tristezas e alegrias, experiências, emoções levadas ao limite, momentos únicos e pessoas inesquecíveis; composto por aprendizagem e crescimento, não só académico, mas principalmente pessoal. Por isso agradeço:

Aos meus pais, e família, pelo apoio incondicional em tudo, sempre e em qualquer situação, por acreditarem em mim e apoiarem quem eu sou;

À CM, Vera, Goreti, Milene e Soraia, pela ajuda, motivação e força num novo mundo, que para elas sempre foi totalmente desconhecido;

Ao Fábio, por seres quem me guia e orienta, por acreditares em mim, e apoiares-me. Por me mostrares que tudo faz sentido, por me fazeres sorrir e ser uma pessoa Feliz;

À Rita Maravilhas e à Guida, por serem os meus eternos “pilares” nesta nova cidade que foi Lisboa, porque muito mais que amigas, uma espécie de irmãs.

Ao meu grupo de trabalho, Filipa, Marta, Paula e Sofia, por terem tornado este ano único, o melhor de todos, com amizade, sinceridade, risos, choros, directas e maquetes, discussões e pânico, mas sempre com uma cumplicidade rara. Mais que um grupo de trabalho, Amigas;

Ao Tiago Igreja, Luís Martins, e João Fonseca, por serem os meus “meninos”, pelas eternas conversas, vivências, momentos especiais, que tornaram este pedaço de mim melhor.

À minha orientadora, Prof. Ana Vaz Milheiro, pela disponibilidade e apoio, e aos professores de projecto, José Luís Saldanha, que nunca desistiu de mim; e Gabriela Gonçalves, pelas lições de Arquitectura.

E a todos os outros amigos, colegas e docentes, que se cruzaram comigo neste ciclo e percurso do ISCTE-IUL, e me tornaram uma pessoa mais forte e melhor.

ÍNDICE

RESUMO	I
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS.....	V
ÍNDICE.....	VII
INTRODUÇÃO	1
Escolha do tema A curiosidade	3
Estrutura metodológica	5
Obras de suporte	6
(Con)Texto.....	7
CAPÍTULO UM. Utopia	13
O que é a Utopia?	15
Definição de Thomas More.....	15
A nossa definição	19
CAPÍTULO DOIS A cidade do século XVI ao século IXX	21
A Lisboa dos anos 1500 a 1899	23
A imagem desejada para a cidade	39
CAPÍTULO TRÊS A cidade do século XX	43
A Lisboa de 1900 até 1999	45
A grande intervenção	63
CAPÍTULO QUATRO A cidade do século XXI.....	67
Lisboa da actualidade	69
As Propostas Contemporâneas	71

Jardins do Braço de Prata, Renzo Piano, 2001	73
Plano Urbanização Vale Santo António, Augusto Vasco Costa; Manuel Sá Fernandes, 2003/2006	77
Biblioteca e Arquivo Municipal, Aires Mateus, 2003	81
Complexo Desportivo para Vale de Santo António, Eduardo Souto Moura, 2006	85
Plano Alcântara XXI, Aires Mateus + Frederico Valssassina, 2003/2004	89
MasterPlan "NovAlcântara" Álvaro Siza Vieira, 2003	95
Alcântara-mar, Jean Nouvel, 2003	99
Aterro Boa Vista Poente, Norman Foster, 2004/2007	103
Plano pormenor da Matinha, RISCO, 2005	107
Plataforma-Tejo, Pedro Ressano Garcia, 2005	111
Torre Azata, Ricardo Bofill, 2006	115
Terminal de Cruzeiros de Lisboa, Carrilho da Graça, 2009	117
Museu EDP, Amanda Levet, 2010	121
NOTAS CONCLUSIVAS	125
Cidades Invisíveis, Ítalo Calvino	127
Então, e Lisboa?	129
ÍNDICE DE IMAGENS	137
BIBLIOGRAFIA	141
ANEXOS	147
O antes e depois: notícias Sobre as propostas	147
Jardins Braço de Prata devolvem rio à cidade sob o signo da luz	149
Câmara de Lisboa aprova Plano do Vale de Santo António	150
Câmara de Lisboa deita para o lixo plano do Vale de Santo António	151
Nova biblioteca e arquivo municipal de Lisboa, começou hoje a ser construída	152
Projecto lançado por Santana Lopes foi abandonado por ser demasiado caro CML desistiu de mega biblioteca mas esqueceu-se de o Anunciar	153
Carmona quer estádio de Souto Moura	154

Reabilitação urbanística de Alcântara deverá arrancar dentro de semanas	155
Lisboa/Alcântara: Projecto 'Alcântara XXI' previa investimento de 600 milhões até 2012	156
Siza Vieira propõe torres mutantes para Alcântara	158
Abandonado projecto das torres de Siza em Alcântara.....	159
Arquitectos dizem que sim ao projecto de Jean Nouvel para Alcântara	160
EPUL vai receber nove milhões de euros por projectos que não avançaram	162
Visão de Foster dá primeiro passo	163
Torre de Foster de Lisboa poderá não sair do papel	164
Futuro da Matinha está para breve	165
Lisboa: Queremos sete torres de 19 andares na zona da Matinha? A palavra cabe aos cidadãos	166
Do Museu de Arte Antiga até ao Tejo por um jardim	167
Lisboa Moderna Esteve Presente no MIPIM.....	168
Câmara de Lisboa aprova torre polémica na Expo e autoriza demolições no Saldanha	170
Arquitecto Carrilho da Graça vence concurso para novo terminal de cruzeiros de Lisboa	170
EDP quer fazer centro cultural voltado para o rio Tejo	172
Câmara de Lisboa deixa seguir projecto da EDP que viola Plano Director	173



Imagem 1 | Orto foto produzida pela autora da tese. Relação da cidade de Lisboa, da sua frente ribeirinha, com o rio Tejo.

A presente dissertação pretende analisar alguns planos ou projectos, que não foram executados, para a faixa ribeirinha da cidade de Lisboa, num determinado intervalo temporal, comentando se estes podem, ou não, ser considerados Utópicos.

O período de estudo resulta do intervalo temporal que decorre entre os anos 1500, com o conceito de Utopia de Thomas More, explanado na obra homónima do autor, até aos dias de hoje, ano 2012, com os projectos contemporâneos.

Relativamente aos objectos de estudo, os diversos planos para a orla ribeirinha da cidade de Lisboa, seguimos uma ordem cronológica na sua apresentação e estudo. Deste modo, debruçamo-nos sobre os seguintes objectos: os planos realizados para o rei D. Manuel; os planos realizados para o rei D. João V por Filipe Juvarra; o projecto de Carlos Mardel e de Manuel da Maia para o rei D. José I; os trabalhos desenvolvidos por Pierre Pezerat e Thomé de Gamond; e, por fim, o projecto desenvolvido por Miguel Correia Paes. Com estes projectos, cobrimos o hiato temporal decorrido entre os séculos XVI e XIX.

No século XX, são analisadas algumas propostas descritas por Fialho de Almeida no seu texto “Lisboa Monumental”; o “Plano de Melhoramentos da Zona Ribeirinha de Lisboa” de Ventura Terra; o “Plano de Melhoramento Citadinos” de Jean Claude Forrestier, bem como, alguns estudos de Cristino da Silva após a Exposição do Mundo Português. Analisamos também o “Concurso de Ideias para a Faixa Ribeirinha”, promovido pela Associação de Arquitectos Portugueses, onde se destaca o projecto de Pedro Viana Botelho, assim como o projecto da EXPO98.

Já no século XXI, os projectos analisados foram os “Jardins do Braço de Prata” de Renzo Piano; duas das fases do “Plano de Urbanização do Vale de Santo António” pelo Vasco Costa e Manuel Sá Fernandes; o projecto da “Biblioteca e Arquivo Municipal” dos Aires Mateus; o projecto para o “Complexo desportivo” de Eduardo Souto Moura; o plano “Alcântara XXI” dos Aires Mateus e de Frederico Valssassina; o projecto “NovAlcântara” de Álvaro Siza Vieira; assim como o projecto “Alcântara-Mar” de Jean Nouvel. É analisado também o projecto de Norman Foster para o “District Design”; o projecto “Plataforma-Tejo” do autor Pedro Ressano Garcia; o “Plano Pormenor da Matinha” elaborado pelo Atelier Risco; a “Torre AZATA” de Ricardo Bofill; a proposta vencedora do concurso para o Terminal de Cruzeiros de Lisboa pelo Carrilho da Graça; e por fim, o projecto para o “Museu da EDP” da autoria de Amanda Levete.

A novidade desta dissertação reside no facto, de se conseguir compilar, num único trabalho, um tema tão vasto e tão abrangente no que toca ao período analisado, seis séculos. Apesar de já existirem diversos estudos sobre utopias, numa vertente mais historiográfica e sobre o passado da cidade de Lisboa, não existia ainda, numa compilação, a descrição dos projectos mais recentes e a sua relação com projectos anteriores, na qual, se conseguisse vislumbrar uma imagem para a cidade.

Interessa-nos, particularmente, debruçarmo-nos sobre os projectos mais recentes, que não tiveram muita publicação, nem conhecimento por parte dos cidadãos. Alguns destes projectos estão suportados por duas notícias que foram publicadas na imprensa nacional, demonstrando as intenções “antes e o depois” de cada proposta. As notícias integrais, de onde foi retirada informação encontram-se em anexo.

Com este trabalho tentamos perceber as várias hipóteses e visões, para uma cidade, descritas em inúmeros textos e teses, de diversos autores e em vários intervalos temporais. Se inicialmente quisemos entender as relações directas e indirectas da cidade com o rio, e como se tentou resolve-las; num segundo momento, concluímos que o espaço público sempre desempenhou um papel fundamental em todas as propostas. Independentemente da resposta urbana ou programática, o objectivo sempre foi chegar a uma base sólida de espaço público à beira-rio. Devido ao carácter subjectivo do tema foi importante deixar espaço à interpretação de cada leitor, tendo para isso, apenas procedido à explicação/enquadramento de cada projecto e, de que forma os encaramos.

Cremos, contudo, que o conteúdo do trabalho demonstra distanciamento suficiente para tornar passível uma atitude crítica acerca de cada um dos projectos e do próprio desenvolvimento da cidade.

Estrutura metodológica

A metodologia proposta procurou dar resposta, não só, a algumas questões primordiais levantadas aquando a escolha do tema, bem como, a outras que foram surgindo ao longo da fase de pesquisa. Deste modo, o trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos:

No primeiro capítulo, irá ser abordado o conceito original de Utopia. Para tal, utilizaremos, como ponto de partida, a definição sugerida por More, no seu livro "Utopia". Após a desconstrução do conceito, a partir da sua origem, terminaremos o capítulo com uma proposta, pessoal e subjectiva do mesmo.

No segundo capítulo, de forma sucinta, irão ser analisadas várias abordagens, descrições, planos e desejos para a cidade de Lisboa, contemporâneos da definição de Utopia e do seu autor Thomas More.

No capítulo terceiro, será feita uma outra abordagem, também ela algo sucinta, onde serão analisadas as várias propostas para a Frente Ribeirinha de Lisboa, desde 1900 até aos dias de hoje.

Após dois capítulos de enquadramento e contextualização histórica, focamo-nos em alguns projectos não realizados, desde o ano 2000, e o seu impacto na imprensa e sociedade. Aqui interessa descobrir uma Lisboa Utópica que derivaria numa imagem bastante diferente da actual, caso estes projectos tivessem saído do papel.

Por fim, no quinto capítulo, abordaremos o tema o que são realmente as cidades, ou o que poderiam ser, com base no livro "As Cidades Invisíveis" de Ítalo Calvino. Far-se-á ainda uma apreciação crítica do desenvolvimento de Lisboa com base na fundamentação teórica.

Obras de suporte

Os trabalhos e publicações existentes sobre este tema foram essenciais, na medida em ajudaram a fundamentar grande parte desta pesquisa, assim como ajudaram a definir, de forma coerente, a metodologia proposta e a construção do próprio conteúdo da dissertação.

A intenção de enquadrar a cidade de Lisboa e as suas propostas utópicas enquanto tema principal não é inédito, sendo inúmeras as fontes que atestam esta

nossa afirmação. A título de exemplo podemos referir o livro "Lisboa: Caes da Europa. Realidades, desejos e ficções para a cidade 1860-1930" pela Dra. Ana Barata; bem como por investigações e textos da autoria de Walter Rossa, com destaque para "A imagem ribeirinha de Lisboa. A alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o império"; o livro do arquitecto Manuel Graça Dias "Passado Lisboa Presente Lisboa Futuro"; a compilação dos resultados do "Concurso de ideias para a Faixa Ribeirinha" pela associação dos Arquitectos Portugueses; assim como a tese de mestrado do arquitecto Pedro Ressano Garcia "Plataforma-Tejo: O regresso ao rio", entre outros.

Foram muitas as teses e livros consultados, que ajudaram a enquadrar e perceber o rumo que o trabalho deveria tomar.

Importa ainda referir as entrevistas gentilmente concedidas pelo arquitecto Nuno Lourenço do *atelier* RISCO, da arquitecta Inês Cordovil do atelier Manuel Aires Mateus, e da própria Dra. Ana Barata, que representam três pontos de vista que me interessavam, o primeiro enquanto arquitecto de um plano que está neste momento parado; a segunda enquanto arquitecta de um projecto que não vai ser mesmo construído, e por último a visão de uma historiadora com enorme interesse pelo tema.

(Con)Texto

A orla ribeirinha da cidade de Lisboa, actualmente, precisa de regeneração urbana, de uma acção conjunta, e não apenas de pontuais intervenções. Para realmente se perceber esta faixa ribeirinha, é necessário perceber como a cidade se desenvolveu, qual foi o seu papel em cada época e qual é o seu papel nos dias que correm. Assim procuramos entender se as propostas que diversos autores

apresentaram (mas que não foram postas em prática) teriam efectivamente melhorado as condições da cidade.

O crescimento das cidades é um tema que envolve as mais diversas áreas, mas tendo em consideração o objectivo a que nos propomos com esta dissertação não nos cabe enveredar por essas disciplinas, mas sim perceber a posição de um arquitecto, face às diferentes relações com o rio, como estas poderiam ter sido criadas se o desenvolvimento da cidade tivesse tomado outro rumo, e como seria hoje em dia a sua imagem.

As vertentes que vão sustentar esta investigação são: por um lado o conhecimento histórico da evolução do território ribeirinho, desde que ele é entendido como tal; e por outro lado a confrontação da actualidade com as diversas propostas feitas ao longo dos tempos.

Na recolha histórica, observa-se a evolução da faixa ribeirinha, os seus espaços públicos e a alteração da relação entre cidade rio. Esta é complementada com projectos e ideias que introduziram novos temas mas que não chegaram a ser implementados: os Projectos Utópicos da Faixa Ribeirinha da Cidade de Lisboa. Que quase sempre tentaram resolver duas grandes questões desta cidade: as circulações (linha de caminho de ferro e vias rodoviárias); e a transformação da costa devido aos sucessivos aterros.

Se o grande debate é a ligação do Porto de Lisboa ao resto da cidade, e fazer chegar aos seus habitantes o rio Tejo, os terrenos portuários e industriais desactivados oferecem oportunidades únicas de melhorar as condições de habitabilidade, os

equipamentos, de eliminar as carências, e encontrar formas de conjugar as actividades marítimo-portuárias com as actividades de lazer.

Noutras cidades de frente portuárias, tornou-se importante e estruturante a criação de espaços públicos e zonas pedonais sem obstáculos, sendo um critério geral para a regeneração urbana das respectivas frentes de água. Em Lisboa, estes espaços públicos e ligações devem ultrapassar a barreira física entre o porto e a cidade. A propósito deste tema, não podemos deixar de referir, os constantes conflitos de interesse entre entidades, por um lado a autarquia a procurar melhorar as condições de vida dos cidadãos, por outro a autoridade portuária a querer expandir a actividade marítima-portuária.

O que acontece usualmente é que as barreiras físicas, tais como as infraestruturas rodo ou ferroviárias, tornam-se os limites da cidade. Implicitamente ao estudo da relação da cidade com a sua frente de água está uma análise de sucessivos acontecimentos de carácter histórico para a reflexão sobre a importância das frentes de água para o meio urbano. Desde os anos 90 do século passado, o valor paisagístico e ambiental das frentes ribeirinhas está a ser "redescoberto", como possibilidade de aproximação dos habitantes à água, procurando um novo modelo de urbanismo contemporâneo, que muitas cidades nos últimos anos têm tentado desenvolver em termos estratégicos de ocupação destes espaços. "A Lisboa de hoje é o episódio que, já no dia de amanhã, se transformará em passado (...) " (SEGURADO, 1971 p. 5)

Devido ao rio Tejo, Lisboa está intrinsecamente ligada à sua localização geográfica. Ao longo da sua história, a cidade utilizou as suas margens como meio de desenvolvimento da urbe. Desde das primeiras ocupações que os habitantes de

Lisboa criaram uma relação com o rio, quer fosse por necessidade, devido ao saneamento, aos acessos marítimos e fluviais, quer fosse mais tarde, pelas zonas de lazer que este poderia oferecer. Sendo um ponto de passagem obrigatória de rotas marítimas, estimulada pelos Descobrimentos Portugueses, a cidade expandiu-se sobre o rio, ao longo da costa ou por solo acrescentado pelo Homem, como os aterros construídos desde 1500:

A história de Lisboa começa na ligação da zona ribeirinha com as encostas a ela expostas, e tem os seus pontos altos em momentos em que essa ligação se reproduziu: na cidade mourisca, com o povoamento de alfama e mouraria e o aproveitamento agrícola dos terrenos vizinhos, na cidade romana, espraiando-se pelo vale, na cidade dos descobrimentos, com a descida do paço real e a sua ligação às infraestruturas portuárias e comerciais, na cidade de pombal, com a presença do comércio e a baixa. (Associação de Arquitectos Portugueses, 1988 p. 19)

Afirma-se que a Zona Ribeirinha é um dos factores de identidade da cidade, outrora a sua porta de chegada e modo de sobrevivência, hoje um impasse, uma zona instável cheia de carências:

A identidade [de uma cidade] é como uma ratoeira (...) que, examinada mais de perto, pode estar vazia há séculos. Quanto mais poderosa for a identidade, mas nos aprisiona, mais resiste à expansão, à interpretação, à renovação, à contradição. (KOOLHAAS, 2010 p. 32)

De forma a perceber os projectos propostos e não construídos para esta cidade, define-se primeiramente o conceito de Utopia e relaciona-se a sua análise com cada proposta escolhida. Sendo óbvio que, não estão enumerados, nesta dissertação, todos os planos e projectos não executados para a cidade de Lisboa,

mas sim apenas uma pequena parte deles. Os que, na nossa opinião, seriam mais relevantes para a transformação da imagem da cidade na frente ribeirinha.

Devem encontrar lugar tanto a grande Fedora de pedra, como as pequenas Fedoras nas esferas de vidro, Não por serem todas igualmente reais, mas por serem todas só presumíveis. Uma encerra o que é aceite como necessário enquanto não o é ainda; as outras o que é imaginado como possível e no minuto a seguir já não o é.(CALVINO, 1972/2006 p. 35)

CAPÍTULO UM. Utopia



Imagem 2 | Mapa da possível ilha de Utopia de Abraham Ortelius, 1590, in <http://www.orteliusmaps.com/book/ort234.html>

O que é a Utopia?

O objectivo deste capítulo é uma breve análise ao conceito de “Utopia”, o contexto do seu surgimento e a sua definição. Pretende-se entender o conceito, quando inserido nas dinâmicas urbanas e nos planos/projectos outrora propostos para a cidade de Lisboa, em busca do seu sentido na evolução espacial e temporal da cidade: “ Consistindo a utopia numa idealização da vida dos homens, ela pressupõe uma atitude crítica face a formas históricas da realidade e uma exploração do campo diferencial das possibilidades” (MORE, 1995 p. 7)

Definição de Thomas More

A ilha de utopia tem dois mil passos na sua maior largura, ficando esta situada na parte média da ilha. Essa largura diminui gradual e simetricamente do centro para as duas extremidades, de maneira que toda a ilha forma como que um semicírculo de quinhentas milhas de circunferência e apresenta a forma de um crescente cujas pontas estão afastadas cerca de onze mil. O mar enche toda essa imensa reentrância; as terras adjacentes que se desenvolvem em anfiteatro quebram o furor dos ventos, mantendo o mar sempre calmo e dando àquela grande massa de água a aparência de um lago tranquilo. A parte côncava da ilha constitui como que um único e vasto porto acessível por todos os lados à navegação.(MORE, 1995 p. 61)

Pela primeira vez, o conceito de Utopia surgiu num livro em latim com o título de “De optimo reipublicae statu de que nova insula Utopia” do autor Thomas More (1478-1535). Editado e publicado no ano de 1516 em Basileia.

Originalmente a palavra provém do grego “ou-topos”, que significa um “não-lugar”, indicando assim um território imaginário. Com este título o autor procurou evitar

a perseguição por parte do rei de Inglaterra, Henrique VIII, pois as descrições referem-se a uma ilha que não figurava no mapa.

No livro, o português Hitlodeu relata a More a sua experiência na ilha de Utopia. Este português, na sua descoberta pelo mundo, afirma que o povo que se destacou pela eficiência das instituições, virtudes, boa organização, e pela justiça nas suas decisões foi o povo “Utopiano”, proveniente da ilha de “Utopia”. A descrição de costumes e leis deste povo irreal tornou-se uma referência na construção de uma sociedade ideal, tanto espacialmente como institucionalmente.

Criou-se assim, um neologismo que ficou associado a uma ideia ideal e irrealizável, a Utopia. Foi na literatura que a cidade assumiu um papel fundamental como elemento estruturador da sociedade, que sob várias formas, originou um processo de relação utopia-cidade, pois a sociedade construída sob princípios utópicos era associada a uma delimitação espacial concreta, a cidade. Estas cidades utópicas funcionavam por oposição às cidades existentes, assim, a cidade é recuperada como um modo de pensar e viver.

More inspira-se na obra clássica “República” de Platão, em especial numa lenda fenícia e no mito da cidade de Atlântida, para criar a sua sociedade ideal. Porém não se limita só a criticar a “Pólis” como na obra clássica, mas cria também um modelo como cenário espacial para a acção descrita. A sua ilha é organizada segundo uma estrutura urbana como elemento impulsionador que, por consequência, origina um novo tipo de construção social. Associando o sucesso das entidades de organização social a uma correcta distribuição espacial obtinham uma sociedade ideal:

A ilha da Utopia contém cinquenta e quatro cidades amplas e magníficas. A língua, as instituições e as leis são perfeitamente idênticas em todas. As cinquenta e quatro cidades acham-se construídas segundo o mesmo plano e possuem os mesmos estabelecimentos, os mesmos edifícios públicos, modificados segundo as exigências da situação. A mais curta distância entre essas cidades é de vinte e quatro milhas, e a mais longa percorre-se num dia, a pé.(MORE, 1995 p. 62)

O autor descreve a estrutura urbana como sendo de distribuição regular, onde as praças e as ruas se encontram convenientemente dispostas, demonstrando uma preocupação funcional com modelo urbano ideal. O rigor nas descrições de More, no que toca aos materiais utilizados nas construções, da própria morfologia e outros elementos, demonstra o quão importante era o papel da cidade para a ilha de Utopia. Essa ilha era distribuída por 54 núcleos urbanos, tendo como “capital” Amaurose.

No fundo, Utopia era uma visão crítica do estado da sociedade, valores e instituições reais, ao mesmo tempo que se propunha a construção de uma “nova sociedade” potencialmente ideal: “Descrevi-vos, o melhor que pude, a forma e a organização de uma república, que, em minha opinião, é não só a melhor como ainda a única a que se pode atribuir verdadeiramente o nome de república.”(MORE, 1995 p. 136)

O significado de Utopia no dicionário é: 1. País imaginário em que tudo está organizado de uma forma superior; 2. Sistema ou plano que parece irrealizável; 3. Fantasia. Logo quando falamos em Utopia o que nos vem à cabeça é algo irrealizável ou inatingível. Tem como significado mais comum a ideia de civilização (imaginária), podendo referir-se a uma cidade ou a um mundo, possível tanto no

futuro ou no presente. Assim, o termo Utopia passou a ser utilizado por muitos outros pensadores, tanto para descrever “mundos ideais” ou “sociedades ideais” com um especial desejo de mudança.

Podemos concluir que Utopia relaciona-se com construções espaciais limitadas que definem organismos urbanos, definindo aí a síntese dum organismo global que é a própria sociedade. Devido a esse factor, a “Cidade” assume progressivamente um papel importante nas “Propostas Utópicas”.

As utopias propostas variam pelo seu contexto: primeiro surgem num âmbito mais literário; com a revolução industrial e as revoluções políticas surgem já num campo mais político, e no séc. XX as questões técnicas e funcionais foram as principais razões das propostas utópicas. No entanto, em todas elas existe um factor comum: surgem sempre inseridas num contexto revolucionário, como reacção à sociedade real e como impulsionadoras duma mentalidade e desejo de mudança. Embora existam muitas propostas que transcendem a realidade (e muitos são os exemplos), certamente muitas delas só são consideradas Utopias devido à época e ao contexto em que surgiram, pois no Futuro tornaram-se possíveis.

Em relação aos fenómenos urbanos e ao planeamento de cidades, a mentalidade utópica contribuiu de maneira significativa para muito do que são hoje as cidades, assim, o seu papel é indiscutível, uma vez que se torna um elemento impulsionador do organismo urbano, de crítica à realidade e por isso um elemento dinâmico e evolutivo.

A nossa definição

A singularidade do tema deste trabalho assenta no facto de se debruçar, não nos projectos que foram executados, mas sim nos projectos que surgiram de um desejo de mudança e melhorar a cidade. Assim, nesta dissertação, as Utopias Urbanas surgem não como algo irrealizável ou impossível, mas sim como uma crítica à cidade existente, uma ambição de mudança para o futuro e desejo para a cidade, onde muitos dos “autores partiram, por um lado, de uma atitude crítica em relação à Lisboa que existia e aos rumos que tomava o seu desenvolvimento e, por outro, em todos pré-existia uma ideia, mais ou menos consistente, de cidade.”(GARCIA, 2009 p. 48) Expressaram-se sem serem compreendidos no seu tempo, mas que actualmente, percebemos que não foram utopias nem loucuras, mas sim planos demasiado progressistas para a época:

Para os seus contemporâneos alguns destes projectos eram utópicos. Surgiram cedo demais, quando a cidade ainda não tinha necessidade deles, e muito menos estava preparada para os compreender e aceitar. Talvez por isso, nalguns casos, os seus autores atiraram a transformação da cidade para um futuro mais ou menos longínquo.(GARCIA, 2009 p. 70)

Assim, cidade utópica, neste trabalho, surge da junção de vários dessas propostas, claros desejos da mudança de imagem de Lisboa, na busca de uma resposta ideal para espaço público da cidade à beira-rio.

UTOPIA
IS NOT A
DESTINATION
— BUT A —
DIRECTION

CAPÍTULO DOIS

A cidade do século XVI ao século IXX



Imagem 3 | Lisboa quinhentista. Duarte Galvão, na Crónica d'el Rei
Dom Afonso Henriques, c. 1520, in <http://lisboario200anos.cm-lisboa.pt>

A Lisboa dos anos de 1500, que corresponde ao reinado de D. Manuel I (1495-1521) e de D. João III (1521-1557), ficou marcada pela epopeia dos descobrimentos e pelo apogeu da expansão ultramarina. Com todo o ouro e riqueza provenientes do comércio ultramarino, surgem diversos apontamentos de um poder régio caracterizado pela exuberância e inovação. Surge a possibilidade da cidade se estabelecer como um importante porto na Europa, uma porta que ligava Portugal ao resto do mundo, “Ao nível de outras cidades portuárias da Europa, as representações de Lisboa produzidas a partir do século XVI apresentavam-na como uma espécie de cidade-portuária ideal, batendo em beleza e cosmopolitismo as suas rivais mais próximas.” (BARATA, 2010 p. 69) Assim:

As primeiras obras importantes na frente ribeirinha foram realizadas durante o reinado de D. Manuel I, nos anos 1500. (...) por volta de 1502, uma ampla doca foi construída, tendo-se pavimentado a praia contígua ao palácio real, o que forneceu uma vasta área para uso público e benefício de todos os cidadãos.(ROSSA, 2002 p. 317)

Todos os reis subsequentes a D. Manuel I, perceberam a importância do Rio Tejo para a cidade, para a economia do país e para o seu desenvolvimento. Contudo trata-se de um período trágico marcado pela instabilidade política proveniente da morte do rei D. João III. Após a regência de D. Catarina (1507-1578) e do Cardeal d. Henrique (1512-1580), em virtude da sua menoridade, sobe ao trono D. Sebastião (1557-1578), que com a sua morte na batalha de Alcácer-Quibir, origina uma crise dinástica, na qual resulta a união das duas monarquias ibéricas. Em 1580,

Lisboa Utópica

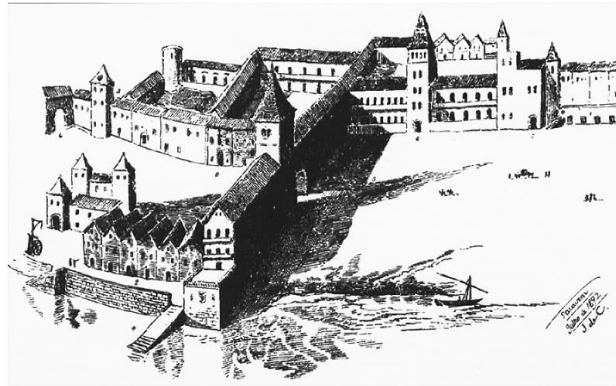


Imagem 4 | O Paço da Ribeira no tempo de D. João III segundo G. Braun por Júlio de Castilho 1892, do livro *A Ribeira de Lisboa*, disponível em: http://doportoenaoso.blogspot.pt/2012_03_01_archive.html



Imagem 5 | O Paço da Ribeira desde a dominação filipina segundo Domingos Vieira Serrão, por Júlio de Castilho 1892 no livro *A Ribeira de Lisboa*, disponível em: http://doportoenaoso.blogspot.pt/2012_03_01_archive.html

Filipe II de Espanha, I de Portugal, foi coroado rei, e desde cedo entendeu as potencialidades de Lisboa, tentando torna-la a capital do império, porém, esse desejo não se realizou, e continuou a ser apenas mais uma cidade do seu reino.

Apesar de várias condicionantes, a Lisboa da segunda metade do século XVI era considerada uma metrópole avançada, moderna e edificada sobre bases inovadoras, provenientes de um urbanismo planificado. A cidade começa a expandir-se para norte, chegando ao Rato e ao Vale de Benfica, assim como para ocidente, através de Alcântara, Junqueira e Belém. Ao acaso ficou sempre a zona oriental da cidade. De 1569 a 1579, a “grande peste” originou uma viragem política no crescimento da cidade, sendo que o desenho urbano foi objecto de melhorias e novas regras para aperfeiçoar o saneamento:

A Restauração da Independência, ocorrida em 1640, implicou uma transformação radial neste estado de coisas. A cidade foi repensada, desde logo em termos defensivos através da denominada linha Fundamental de Fortificação (1650). (...) Ao mesmo tempo foi realizado o primeiro levantamento rigoroso e a uma escala conveniente do centro da cidade.(ROSSA, 2002 p. 315)

A cidade que vivia num impasse de revolta popular e aristocrática contra os reis espanhóis, cresce e desenvolve-se em termos defensivos e funcionais. Com o aparecimento dos coches, e a situação da salubridade, em 1652, foi redefinida a área urbana através da linha de fortificação, sendo que do ponto de vista urbano, surge pela primeira vez a iluminação das ruas através de lampiões, e:



Imagem 6 | Gravura de Lisboa, disponível no arquivo Municipal.

Essa mudança (tardia) no registo da imagem de Lisboa reflecte, não só a efectiva modernização da cidade, mas também a ideia que a Coroa Portuguesa então desenvolveu acerca da relação que deveria ter com o Império, (...) O processo ter-se-á iniciado por volta de 1650 e culminou com o projecto de reorganização da frente ribeirinha da cidade nas décadas de 1710 e 1720.(ROSSA, 2002 p. 315)

O ciclo que se iniciou a partir de 1700 é marcado pela estabilidade governativa do reinado de D. João V (1706-1750). A descoberta de ouro, diamantes, tabaco, açúcar no Brasil, promoveu o crescimento económico do país. É com este crescimento que a cidade de Lisboa recebe a total atenção na sua configuração e arranjo: " Os primeiros projectos de arranjos urbanísticos para a margem direita do Tejo datam do século XVIII e terão sido da iniciativa do rei D. João V."(BARATA, 2010 p. 73)

D. João V, conhecido por "O Magnífico", quis dar à capital do reino uma nova monumentalidade, tornar Lisboa numa "Nova Roma" de mesmo nível que a cidade italiana. Enaltecer Portugal e os seus próprios feitos, fazendo com que a capital do reino fosse reconhecida permitiram a remodelação e construção de grandes conjuntos arquitetónicos, civis e religiosos para a cidade de Lisboa. Tanto que:

A primeira planta completa de toda a zona marginal de Lisboa data de 1727, e foi encomendada pelo rei D. João V (...) trata-se da primeira vez que é elaborado um plano abrangente de toda a frente ribeirinha da cidade de Lisboa, e cobre uma superfície que se estende para lá dos limites da cidade, além de organizar especificamente a relação desta com o rio.(GARCIA, 2009 p. 28)



Imagem 7 | "Pensiere para um farol monumental no porto de Lisboa", de Filipe Juvarra, 1719, in (ROSSA, 2002)

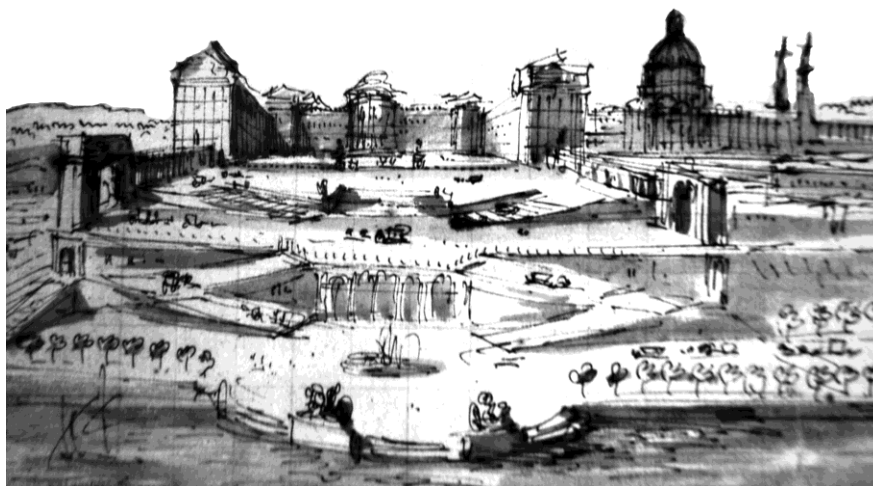


Imagem 8 | Esboço de Filipe Juvarra para o rei D. João V, in (GARCIA, 2009)

De todos os arquitectos que trabalharam para o rei D. João V, interessa aqui salientar o trabalho desenvolvido por Filipe Juvarra (1678-1736), uma vez que, os seus primeiros esboços e planos para Lisboa terão sido feitos sem que o arquitecto alguma vez ter visitado a cidade. Anos mais tarde, desenvolveu uma outra serie de planos, sendo que:

A estadia de Juvarra em Lisboa permitiu a D. João V transformar numa imagem precisa os seus planos para uma nova Lisboa, um verdadeiro cenário de poder caracterizado por três componentes essenciais: expandir a cidade para Ocidente; concentrar os símbolos do seu poder temporal e espiritual numa plataforma sobre o rio; reestruturar toda a frente ribeirinha como a sua face. (ROSSA, 2002 p. 335)

Na sequência de um levantamento detalhado e actualizado da cidade, concluído em 1716, pelo engenheiro Manuel da Maia, foi posto em prática um aspecto muito importante deste reinado, a divisão da cidade em duas circuncisões administrativas, a:

Lisboa Oriental consistia na parte antiga da cidade, polarizada pela velha catedral medieval; Lisboa Ocidental, onde o Palácio Real estava implantado, bem como a Capela Real, (...) Nesse documento Lisboa Ocidental era também designada por “Lisboa nova.” (ROSSA, 2002 p. 336)

É já no reinado do filho de D. João V, D. José I (1750-1777), que ocorre em 1755 o grande terramoto de Lisboa. Após este desastre, o rei instala-se na Colina da Ajuda, abandonado a beira-rio, e pede a Sebastião José de Carvalho e Melo (1669-1782), que determine as medidas mais importantes para a reconstrução de Lisboa:

Lisboa Utópica

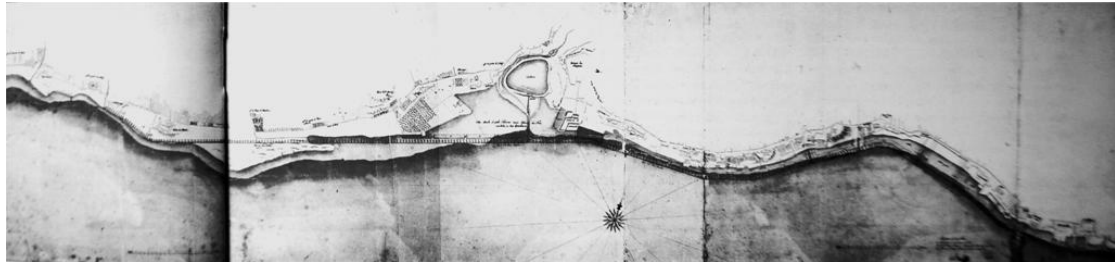


Imagem 9 | " Explicação do Caes novo entre 1733-1763" de Carlos Mardel, in(GARCIA, 2009)

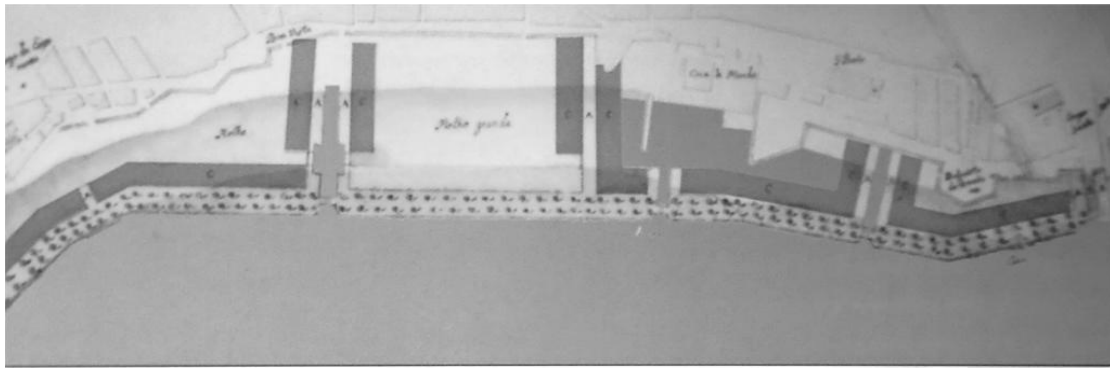


Imagem 10 | Pormenor da Planta (1733-63) de Carlos Mardel, in (GARCIA, 2009)



Imagem 11 | Pormenor da Planta de Carlos Mardel reproduzido por Adolpho Loureiro, 1907, in (GARCIA, 2009)

O projecto da alameda deu origem a uma das mais interessantes novas vistas de Lisboa, a qual é verdadeiramente representativa dos conceitos discutidos por D. João V, pelo Marquês de Fontes, Filippo Juvarra, Manuel da Maia e outros arquitectos, engenheiros e cortesãos no final da década de 1710.(ROSSA, 2002 p. 341)

Assim, Carlos Mardel (1695-1763) desenvolve para o rei D. José I um plano denominado de "Projecto do Cais Novo de Belém ao Cais de Santarém", onde se encontra ideias para a faixa ribeirinha que outros autores há muito procuravam:

A ligação do centro de Lisboa às quintas reais de Belém, (...) para uma deslocação entre aqueles dois pontos com o mínimo de conforto e rapidez, a melhor via era a fluvial, mas a partir de então o rei e os seus cortesãos passaram a sonhar com uma festiva e arborizada alameda e cais continuo ao longo do rio.(ROSSA, 2002 p. 340)

Era uma alameda marginal que teria efectivamente conseguido harmonizar a imagem urbana da cidade de Lisboa. Porém, a verdade, é que toda a atenção se virou para a parte antiga da cidade, o Chiado, a Baixa Pombalina e o Terreiro do Paço.

Ao mesmo tempo, faziam-se novas propostas, visivelmente influenciadas por ideias anteriores, e que iriam influenciar muitas outras no futuro, de modo a aproveitar a destruição provocada pela catástrofe para refazer a cidade quase do zero: "Mardel concebeu um longo passeio público ao longo da linha da costa e que se estendia do terreiro do paço passando por Alcântara, continuava até Belém, numa extensão de 12km."(GARCIA, 2009 p. 30) Sendo que:

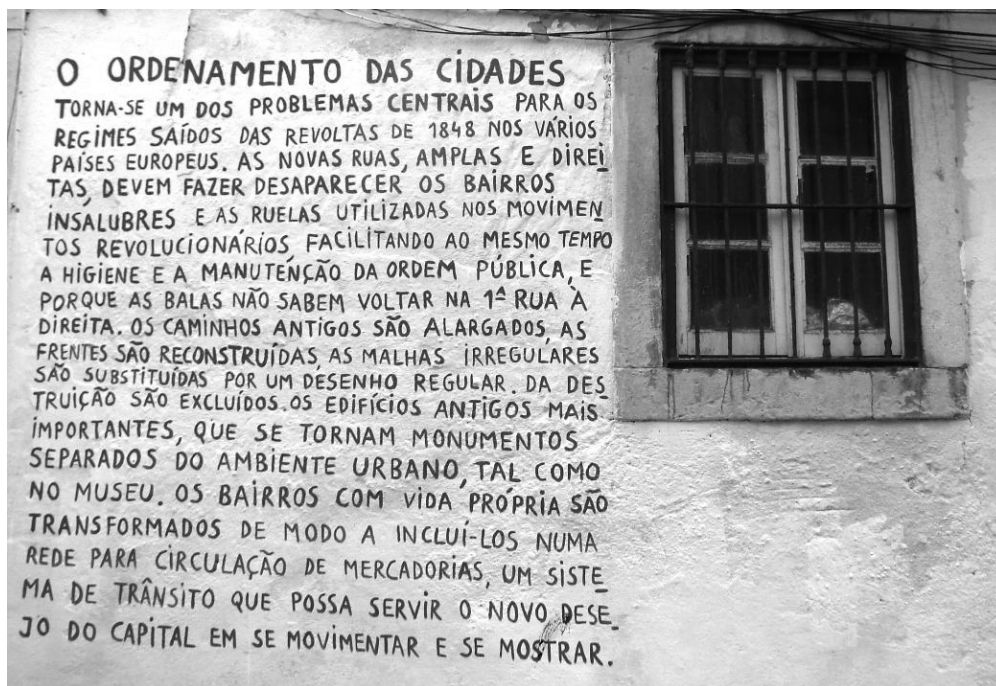


Imagem 12 | Texto escrito numa fachada de uma habitação no bairro da Mouraria, Lisboa.

Do ponto de vista urbanístico este projecto previa a construção de uma grande avenida arborizada e de dois bairros- um por alturas do actual jardim de santos e um perto do antigo baluarte do sacramento-, com as respectivas ruas, praças e até igrejas, deslocando o arsenal da marinha para a Junqueira.(BARATA, 2010 p. 74)

Com a morte do rei D. José, em 1777, e consequente expulsão do Marquês de Pombal dos seus cargos, grande número de obras e planos ficam parados no tempo. Portugal encontrava-se sobre uma época de instabilidade monárquica e financeira: “Em relação a Lisboa, em meados do séc. XIX, a cidade era o centro político e administrativo do reino, a capital pobre dum país dilacerado por décadas de instabilidade política e social.”(BARATA, 2010 p. 17) Na sequência do Bloqueio Continental¹ pela França, anunciado em 1806, durante o reinado de D. Maria (1777-1816), Portugal é invadido em 1807. Os franceses ocuparam a cidade de Lisboa, e nesse mesmo ano a corte fixou-se no Brasil. Também devido à presença inglesa em Portugal, a situação de crise e decadência aumenta, originando, em 1820, um golpe de estado por parte dos liberais.

Na primeira década de Oitocentos, assistiu-se pela primeira vez à implementação de nomes nas ruas. Devido à sua modernização, crescimento, e ao ter ao seu dispor cartografias rigorosas como instrumento de reconhecimento territorial, e de planeamento urbano; “A primeira zona a ser objecto de intervenção urbanística foi o aterro da Boavista que era, no início de Oitocentos, constituída por um conjunto de praias lodosas onde se despejavam lixos e imundices da cidade.”(BARATA, 2010 p. 76)

¹ Bloqueio Continental foi a ordem imposta por Napoleão para encerrar o acesso aos portos marítimos a navios da Irlanda e o Reino Unido. Devido ao não acatamento integral das exigências francesas de encerrar os portos à navegação britânica, em 1807 dá-se uma invasão francesa a Portugal.

Lisboa Utópica

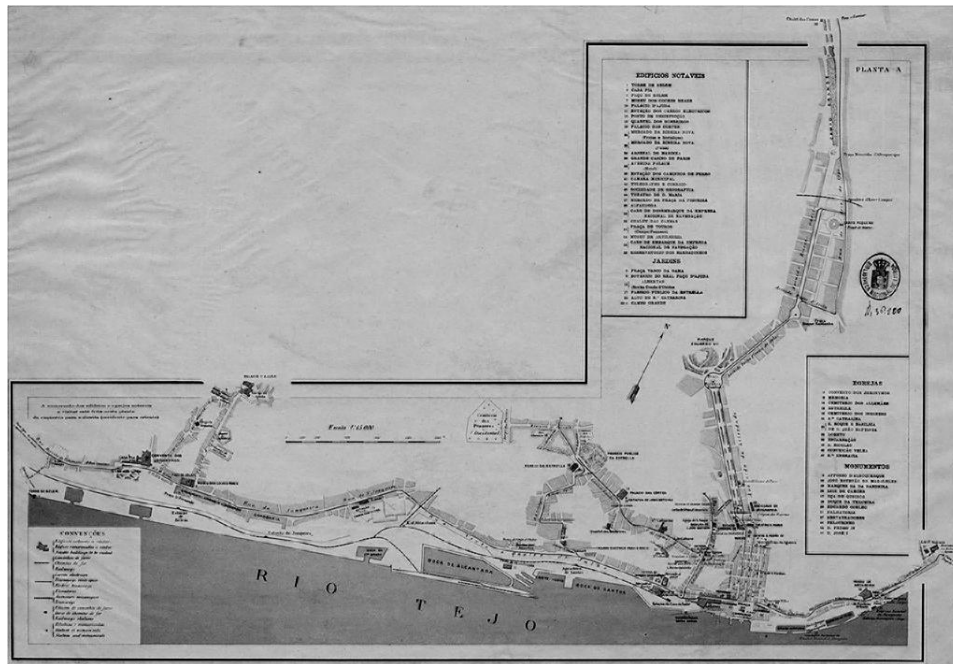


Imagem 13 | Planta de Lisboa, de Tavares Pereira, disponível em: <http://purl.pt/3846> BND

É nesta altura que surge outro arquitecto, Pierre-Joseph Pézerat (1800-1872), que em 1840 inicia a sua carreira em Portugal. No ano de 1851, chegam ao fim os 30 anos de guerra civil e entra-se num período de estabilidade, ao mesmo tempo que se inicia uma política de obras públicas, dirigidas por Fontes Pereira de Melo. Em 1852 é denominado de “Engenheiro Chefe do Escritório Técnico da Câmara Municipal de Lisboa”, onde irá realizar inúmeros projectos de urbanização para a cidade, incidindo na faixa ribeirinha.

Em 1858, surge outro projecto de Pézerat, onde a novidade é a proposta de transferência dos equipamentos portuários para a margem sul do Tejo, com o objectivo de libertar mais terreno na margem norte para a construção do bairro marítimo à Boavista. É neste momento que se pondera transferir os equipamentos industriais para a outra margem deixando livre a frente de rio para a cidade de Lisboa.

Em 1860 é apresentada na Câmara Municipal de Lisboa uma proposta para a construção de uma grande alameda como símbolo de uma Lisboa Moderna, a ter lugar no local do antigo Passeio Público, que começou a ser construída em 1879. Em 1886 a “Avenida da Liberdade” estava pronta o que representou uma significativa mudança no centro da antiga cidade:

Em termos urbanísticos, desde 1860 que se colocaram dois possíveis eixos direccionais de crescimento e desenvolvimento para Lisboa: por um lado, o crescimento ao longo da margem direita do Tejo, sobretudo no sentido ocidental, e por outro, para norte, ocupando os terrenos do vale de Pereiro. A estas duas hipóteses de desenvolvimento corresponderam desejos e intenções materializados numa série de projectos e propostas, com especial incidência para os que escolheram, como alvo preferencial, o eixo ribeirinho ocidental. (BARATA, 2010 p. 278)

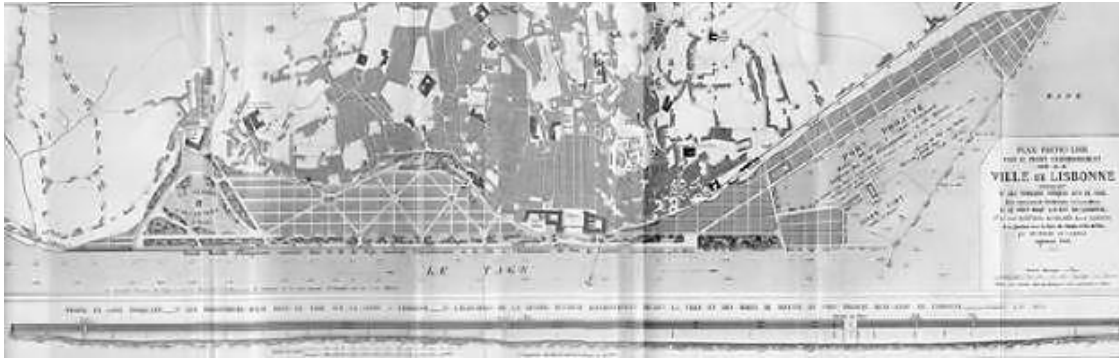


Imagem 14 | Planta geral do estudo de Thomé de Gamong, 1870, in (BARATA, 2010), versão virtual.

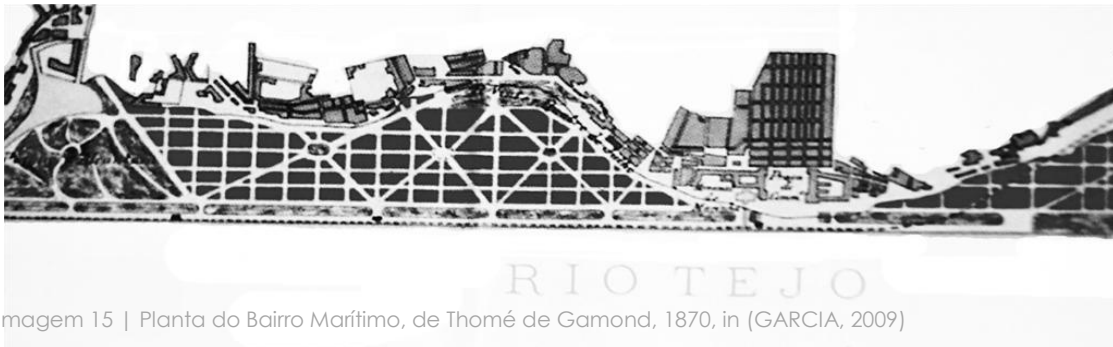


Imagem 15 | Planta do Bairro Marítimo, de Thomé de Gamond, 1870, in (GARCIA, 2009)

Na segunda metade do século XIX, houve um grande investimento a nível dos transportes públicos urbanos, que deram uma outra dimensão à cidade, num sistema de cavalos e mulas sobre carris, assim como as novas ligações ferroviárias, e os primeiros elevadores mecânicos, em 1884. Contudo, a faixa ribeirinha foi mais uma vez abandonada, pois os responsáveis pelos destinos da cidade preocupavam-se primordialmente com o desenvolvimento e construção do porto de Lisboa.

Ao mesmo tempo, surge outro arquitecto, claramente influenciado pelo que estava a acontecer em Paris por toda a política de Haussman. Thomé de Gamond (1807-1876), que em 1870 projecta um grande plano que nunca chegou a sair do papel, “Da leitura desta proposta frequentemente considerada utópica, mas absolutamente realizável, é possível detectar em vários aspectos a influencia que terão tido no seu autor as renovações urbanísticas a desenrolarem-se nas principais cidades do seu país natal.”(BARATA, 2010 p. 91)

O autor apresentava na memória descritiva do projecto, soluções para estabelecer um porto marítimo, uma linha de caminho-de-ferro, e novos bairros habitacionais. Eram explícitas as preocupações de embelezamento urbanístico por parte do engenheiro francês nessa época. Dividindo-se o plano em três grandes secções: o alargamento do território a partir do aterro, a criação de um porto comercial com condições, e a construção de caminho-de-ferro de Lisboa a Sintra:

A originalidade da sua proposta consistia (...) na construção de vários diques, a começar por alturas da Ribeira de Alcântara, continuando para leste, envolvendo toda a superfície de terrenos a conquistar ao Tejo. Desta maneira explicava, a cidade expandia-se ao mesmo tempo para leste e para oeste... ficando a praça do comércio sempre ao centro.(BARATA, 2010 p. 89)

Sendo que para a zona leste era projectado um bairro de trabalho e um porto, dedicado ao comércio, actividade marinha e indústria, deixando assim a zona mais central da cidade livre:

Gamond preconizava com esta localização não só uma melhor conjugação do novo porto com a recente estação de caminho-de-ferro construída no cais dos soldados, (...) como também a libertação da zona ocidental para outro tipo de equipamentos e actividades.(BARATA, 2010 p. 89)

Porém a área dos terrenos para a construção de vias públicas era maior na zona Oeste (do que na zona Leste) sendo que foram propostos diversos boulevards, onde o maior deles

Era uma avenida de 115m de largura, coberta de árvores bastas projectada ao longo da margem do Tejo sobre 5.700m, a começar perto do novo porto (...) e terminando junto da ribeira de alcântara. Esta avenida do Tejo constituirá por sua posição e amplitude, um passeio único no mundo.(BARATA, 2010 p. 90)

Todas as propostas para a frente ribeirinha variavam na sua imagem e na distribuição do programa, porém, todas tocavam num mesmo ponto, “o boulevard à beira Tejo”. Assim, em 1884, Miguel Correia Pais propõe uma nova imagem para a frente ribeirinha, denominada de “Projecto de melhoramentos do porto de Lisboa e engrandecimento da cidade”. Nessa época:

Começaram a surgir regularmente do diário de notícias, sob a forma de folhetim, os projectos e propostas para os melhoramentos de Lisboa e seu porto da autoria do engenheiro Miguel Correia Pais (...) é possível encontrar neste texto, não só algumas das observações mais oportunas e críticas à (in) definição urbanística da cidade, como propostas e projectos que na época valeram ao seu autor as “simpáticas” classificações de louco, visionário e utopista.(BARATA, 2010 p. 100)

Apoiado por alguns e detestado por outros, todas as suas visões eram benéficas para a cidade, e “O mais interessante nas propostas de Correia Pais era o seu empírico sentimento pelo futuro. Os tuneis e viadutos, as pontes e as grandes artérias que por toda a parte queria realizar eram uma ideia da cidade ficcionada.” (SOCIEDADE LISBOA 94, 1994 p. 64).

A imagem desejada para a cidade

Em suma, quase todas as propostas delineadas para a frente ribeirinha de Lisboa até ao ano de 1900, partilhavam uma ideia comum: o Tejo ser o Boulevard da cidade. Mas “um dos aspectos mais importantes a reter ao longo deste período foi, sem dúvida, a descoordenação de propostas e investimentos existente entre os dois poderes públicos em presença: o Estado e o Município de Lisboa.” (BARATA, 2010 p. 275). Devido a este factor nenhuma das inúmeras propostas chegou a avançar ou a sair do papel. A falta de acordo em relação à posse de terrenos junto ao rio tornou impossível o avanço de qualquer obra que a cidade tanto desejava, e devido “Aos orçamentos limitados juntava-se a insuficiência dos dispositivos legais que permitissem ao poder municipal lançar-se em empreendimentos mais ambiciosos.” (BARATA, 2010 p. 276).

Um desejo estava presente em todas as propostas, oferecer à cidade uma imagem de maior beleza vista do rio. Um passeio paralelo, um segundo boulevard de árvores e espaço público a acompanhar o rio Tejo. Mas a real imagem da cidade ficava muito aquém dos sonhos para a frente ribeirinha:

O projecto que melhor traduziu este desejo foi talvez o da avenida marginal que todos eles incluíram nas suas propostas de melhoramentos para a cidade, onde esta artéria estava destinada a contribuir para que Lisboa concretizasse a sua vocação para cidade portuária por excelência e, simultaneamente, aproveitasse as condições privilegiadas com que a natureza a tinha fadado, que a tornavam diferente de todas as outras capitais europeias.(BARATA, 2010 p. 279)



Imagem 16 | Fotografia de Nuno Miranda, modificada pela autora da tese. Uma vista de Lisboa, do desejo de como a cidade deveria ser vista do rio. Um extenso boulevard à beira-rio, para tornar Lisboa numa “bela” porta de chegada de todo o mundo.

CAPÍTULO TRÊS
A cidade do século XX

A Lisboa de 1900 até 1999

Um extenso e bonito logradouro paralelo ao rio Tejo, surgirá primeiro entre o terreiro do Paço e o cais do Sodré, para se prolongar depois até Algés, à medida que a zona portuária se deslocar para nascente e para a margem sul, concedendo ao Lisboaeta, o privilégio de poder usufruir plenamente a dádiva excepcional de um Rio e dum Estuário (...) (SEGURADO, 1971 p. 8)

Numa visão geral de Lisboa, desde 1900 até 1999, este texto tenta realçar iniciativas e planos urbanísticos para a cidade que de algum modo fossem um desejo de mudança e uma evolução na forma de projectar. Ideias que já vinham dos séculos anteriores, e que neste período tiveram alguma influência.

Nesse último século, a faixa ribeirinha tornou-se alvo de intervenções urbanas, industriais, e de lazer que, muitas das vezes, estagnaram devido às crises financeiras que Portugal atravessou, e à falta de concordância entre as entidades responsáveis: “Vemos afinal que, a Lisboa, continuaram a faltar visão de conjunto, iniciativas coordenadas, conhecimento sólido para uma actuação constante, positiva e estratégica...” (FERNANDES, 2005 p. 8)

Nos primeiros anos de 1900 viva-se uma época de instabilidade e decadência financeira. A cidade carecia de higiene e segurança, de condições de tráfego, e de espaços de lazer. Assim, em 1903, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou um novo regulamento denominado de “Regulamento de Salubridade das edificações urbanas”.

Já no início de novecentos, (...) [a cidade] direccionava o seu crescimento para norte- e porque a cidade e o Tejo se tinha começado, em 1887, a erguer uma “muralha” constituída pelos edifícios portuários, esta proposta foi novamente avançada por Fialho de Almeida, num dos textos que contém algumas das propostas mais fascinantes para a transformação de Lisboa. (BARATA, 2010 p. 97)



Imagem 17 | Desenho da "Lisboa Monumental" de Fialho de Almeida, in (DIAS, 2001)

Em 1906, o escritor Fialho de Almeida (1857-1911) assina um texto denominado “Lisboa Monumental”. Neste texto, o autor descreve como deveria ser a cidade de Lisboa, muito aquém do que na realidade era. Como anteriormente proposto, o autor defendia também, que deveria existir um boulevard à beira rio:

A avenida da Índia, que, ao iniciarem-se os trabalhos, propusemos se aproxima-se do rio, o mais possível, e com o triplo da largura que tem hoje, fosse um enfileirado no relvão central, por ali fora, a começar em Algés, até santa Apolónia, estátuas de todos os heróis das descobertas e conquistas, o que daria ao estrangeiro que entrasse o rio, com essa fileira de colossos, uma ideia senhorial do povo luso, e à beira-mar lisboeta uma cara soberba de receber visitas(DIAS, 2001 p. 91)

Em relação à praça do comércio, o autor defendia que o Cais das Colunas se estendesse mais à frente, até ao rio, pois com as obras do aterro surgiram uma espécie de “muralhas-cais” entre a praça do Comércio e a água, parecendo que este se situava no final de uma “doca”.

De igual modo, defendia a transferência das indústrias para a Margem Sul do Tejo, criando uma Lisboa Fabril, do outro lado do rio, onde seria uma zona de chaminés e fumos londrinos. Com esta transferência de funções para a margem sul, Fialho defendia que aí sim, o desejo de uma ponte a unir as duas margens fazia todo o sentido, (como se veio a tornar realidade posteriormente):

Só quando a Lisboa da outra banda tomasse desenvolvimento uniforme de cidade, e as duas Lisboas, direita e esquerda, desenroladas pela margem do rio, proclamassem urgência da sua homogeneização num todo edilício, é que a ideia da ponte, ou pontes monumentais (...) deveria ser posta a amadurar, conjuntamente com a do projecto de estação fluvial sul e sueste, (...)(DIAS, 2001 p. 103)

LISBOA FUTURA

A PROJECTADA AVENIDA DE SANTOS DO CAES DO SODRÉ

Ventura Terra é como o ondule plutor da *diverze*, que desceja en- dres d'alto a baixo as paredes de Paris (com os seus trechos rúcos, com as no- tas rúcas da sua plantada, impondo a grande arte na rua. O architecto illustre, que o puzo consagra, desejará que lhe entregassem esta cidade onde ha tantos logares anti-estheticos, onde se deslenda a linha e a forma, para a transformar estado avenida e ajejar se noua bairro, a la- dos de casas artisticas, a enconbrar-as d'arvo- res criando uma Lisboa digna para a vista onde se dessem bem demora largas como em Milico, como em Nice.

O seu pensamento dominante actualmente—dis- cussão diante do seu fogio que temperou a atmos- phera do vasto gabinete de trabalho—é o paado quidade do Aterro e o alargamento da rua do Arsenal. O Aterro com os seus barracões, o seu troço de linha, os seus edificios mesquinhos n'alguns pontos, com terrenos vastos aqui e ali, será segundo o seu plano, que a Câmara Municipal accella com enthusiasmo, um magnifico passeio com as suas arcades, com as suas piazas ajardinadas, á beira das docas, diante do rio, varrido de immundicie, apresentando um aspecto gar- bado na sua extensão de cerca d'um kilome- tro. Para isso seria necessario que a esta- ção terminal do caminho de ferro de Cascaes ficasse em Santos, com o que a Companhia Real só teria a ganhar, li- vrando-se das despesas de passagens de nível, da conservação da linha, sem que as suas receitas diminuíssem, visto serem iguaes os preços das passagens tanto do Caes do Sodré como de Santos.

Exponha-nos tranquillidade o seu vasto plano em frente do projecto, com um sorriso vago, a confessar-nos que de ha muito pensava n'aquella obra a que vem dar vulto a sala de se construir o estuço

definitivo no Caes Sodré. Faltava, tor- nar-se-lhe impossivel o melhoramento; por isso insiste em reali- zar desde já o seu plano, para o que conta com a Câmara Muni- cipal tão cheia de boa vontade. Diante das atitudes que se levantaram de que o commercio se opporia, pois necessitava d'esse troço de linha, fez-se a consulta á Associação Commercial e á de Lojistas, que responderam não concorrer para o seu trafego do caminho de ferro até ao Caes do Sodré, apoiando o affirmamento d'essa parte da cidade.

Depois—continua elle—que de cousas a fa- zer! Aquella pequena triançula daia logo a dois bellos mercados, o do peixe e o agrícola, ficando este onde estho hoje a antiga pouca e o jardim D. João. Em frente, entre á doca, um grande depo- sito para o peixe, com um certo ar, que direseo bem com os melhoramentos e d'uma grande utili- dade pratica. Ali se depositaria o peixe que chega sempre pelas noites até ser transportado para o mercado. Não imagi- nei nunca que não se fizesse por ali esse trafego, como julgam. Elle tem até mesmo muito de pittoresco, como inter- ressanças são os botes abando as ma- rallas pelas tardes, as descargas de pe- quenas mercadorias, toda essa vida do rio.

O illustre architecto continua entho como se já viesse realisar esta obra que tanto admira e admira a cidade. Imagine o Aterro com a sua grande muralha ladeada por varões, as lanchas de terreno ajardi- nadas, com bancos, com columnas de





—O architecto sr. Ventura Terra, autor do projecto—(ao J. Jardim de Santos, segundo o projecto) (veja-se a rua, marcado pelo per. sua cruz o lugar da estação terminal do Caminho de ferro)

da linha ferrea do Caes do Sodré pelo Terreno do Pa- ços Compreheide que é uma coisa estranha. O cami- nho de ferro passando dia e noite deante d'essa maravilhosa pouca a que chamam o antro de Lisboa o trafego a fazer-se, tudo aquillo é um movimento desesperador que estragou as margens de rio em Lisboa.

Não é das mais felizes pensamentos. Desde que o commercio declara que esse caminho de ferro não lhe traz utilidade, que bem o dissona.

Mas é velha essa idea.

da linha ferrea do Caes do Sodré pelo Terreno do Pa- ços Compreheide que é uma coisa estranha. O cami- nho de ferro passando dia e noite deante d'essa maravilhosa pouca a que chamam o antro de Lisboa o trafego a fazer-se, tudo aquillo é um movimento desesperador que estragou as margens de rio em Lisboa.

Não é das mais felizes pensamentos. Desde que o commercio declara que esse caminho de ferro não lhe traz utilidade, que bem o dissona.

Mas é velha essa idea.





—A rua de Arsenal depois de modificada segundo o projecto de Ventura Terra

Imagem 18 | Noticia sobre Ventura Terra, no periódico "Ilustração Portuguesa", in: <http://diasquevoam.blogspot.pt/2007/04/era-uma-vez-santos.html>

No ano de 1908, Ventura Terra (1866-1919) foi nomeado vereador da Câmara Municipal de Lisboa, utilizando este cargo de poder, pode-se dizer, que este se esforçou para que a cidade evoluísse. São da sua autoria inúmeras obras e planos de melhoramentos urbanos, tais como o “Projecto de Melhoramento Urbanístico para o Parque Eduardo VII”, e o “Plano de Melhoramentos da Zona Ribeirinha de Lisboa”, onde propunha que o eixo ferroviário acabasse na zona de Santos, em vez de terminar no cais do Sodré, argumentando que assim este limite poderia ser utilizado como espaço de lazer e aproximação ao rio, que nos interessa estudar porque não foi executado, “Este plano para a margem ribeirinha da cidade era, em suma, uma versão mais modesta da grandiosa monumentalidade que, em 1906, Fialho tinha também sonhado para a Lisboa ribeirinha.”(BARATA, 2010 p. 109)

Preocupado com valores de higiene, e funcionalismo, este arquitecto fez tudo para que Lisboa se tornasse numa cidade cosmopolita. Propôs também a transferência do arsenal da marinha para a margem sul do Tejo, como Fialho de Almeida já teria proposto dois anos antes, para permitir a ligação do caminho-de-ferro desde santa Apolónia a passar pelo Terreiro do Paço: “Acumular, portanto, na outra margem, a Lisboa comercial e fabril, (...) [para] desobstruir, por uma gradual e lenta transferência, a beira-mar da Lisboa Velha.”(DIAS, 2001 p. 91)



Imagem 19 | "Lisboa Futura", troço da avenida de Santos ao Caes do Sodré, por Ventura Terra, 1910, in(GARCIA, 2009)

Não esquecendo o espaço público junto ao rio nem as questões que à época se faziam sentir, este autor, apesar de Vereador da C.M.L, sempre se deparou com imensos entraves. Este facto fez com que nunca conseguisse levar para execução nenhuma das suas ideias, que mudariam totalmente a cidade:

Com este projecto Ventura Terra desejava realizar a conciliação de duas funções distintas: por um lado, satisfazer as exigências da circulação- causadas pelo crescente aumento de pessoas e veículos- e, por outro, preservar uma função mais lúdica, através da projecção de um espaço de passeio e convívio, com um toque de cosmopolitismo à maneira da capital de França.(BARATA, 2010 p. 107)

Nesse mesmo ano, ocorre o regicídio do rei D. Carlos e do seu filho D. Luís Filipe. A instabilidade política explica a não concretização de muitos dos projectos que mudariam a cidade. No período do pós-guerra (1914-1918, 1º guerra mundial), Lisboa crescia desordenadamente, como apenas mais uma cidade secundária no panorama Europeu:

Em 1924, esta separação de Lisboa em relação ao rio era relativamente recente. Datava, mais concretamente das últimas décadas de oitocentos, quando a cidade investiu o seu crescimento no eixo sul-norte, abandonando até aos nossos dias o eixo ribeirinho.(BARATA, 2010 p. 69)

Em 1926, fruto de um golpe militar, emerge um regime que vigorou até 1933, denominado de "Ditadura Nacional". Quando foi confirmada a nova constituição, sucedeu-se um novo regime político, denominado de "Estado Novo". A cidade "entre regimes" era considerada suja e abandonada. As fortes críticas à gestão urbanística fizeram com que a Câmara Municipal de Lisboa nomeasse, em 1927, uma comissão de estudo para conceber um plano de desenvolvimento e crescimento urbanístico,

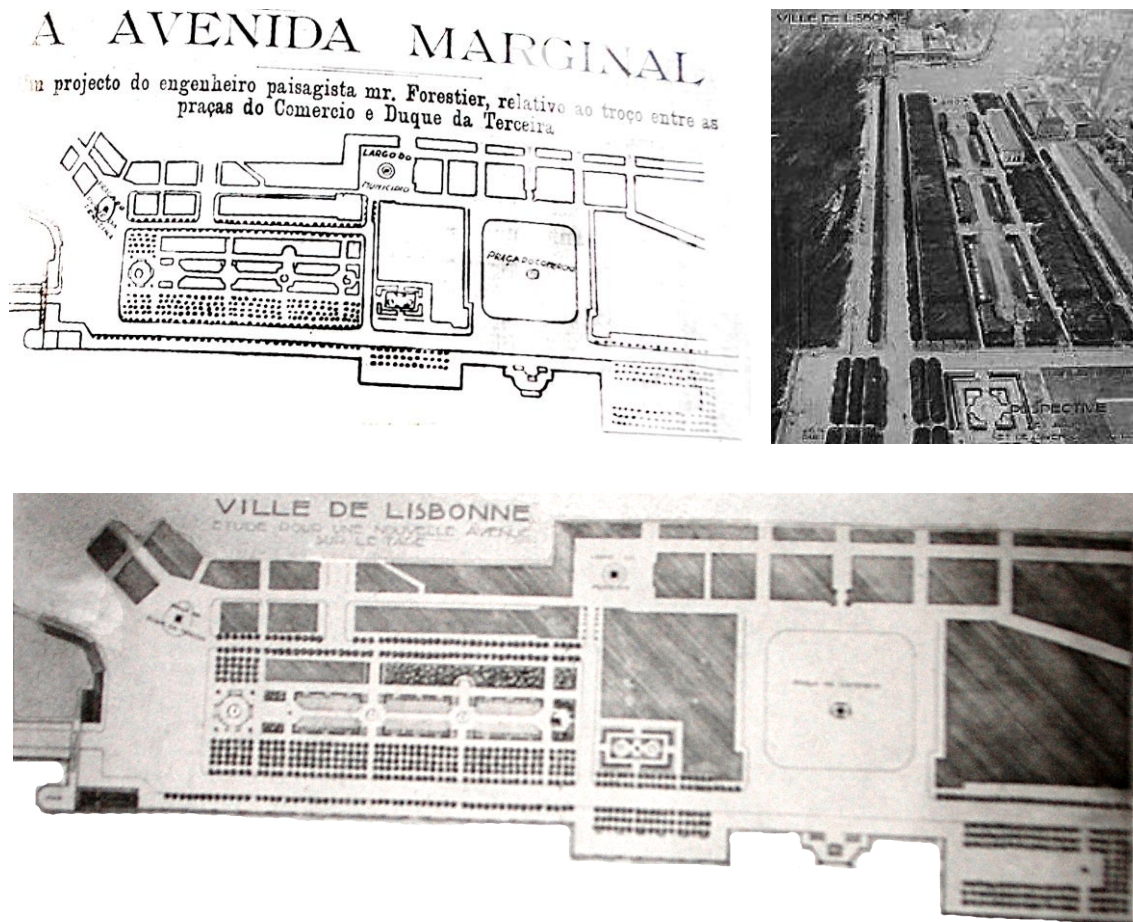


Imagem 20 | Imagens da proposta de J.C. Forrestier, de 1927, in (BARATA, 2010)

recorrendo a engenheiros e arquitectos estrangeiros. Assim, nesse mesmo ano, o engenheiro francês Jean Claude Forrestier (1861-1930) é chamado para a elaboração do “Plano de Melhoramento Citadinos”, em que o:

Objectivo apontado foi sempre libertar aquele espaço [rua do arsenal], com a destruição total ou parcial dos edifícios ocupados pelo Arsenal, (...) [urgia proceder-se] à construção da avenida marginal que devia estar feita há muito tempo...(BARATA, 2010 p. 113)

O projecto previa uma larga alameda arborizada e ajardinada que daria acesso pelo lado nascente, desde o largo do município até à beira rio:

Para o pequeno troço da tão desejada avenida marginal, compreendido entre as praças do Comércio e o Duque da Terceira (...) o projecto destinava-se a corrigir o erro da reedificação pombalina, que não teria deixado, no centro da cidade, um passeio junto ao rio.”(BARATA, 2010 p. 114)

Porém, Lisboa continuava a crescer para norte, no seguimento da Avenida da Liberdade ignorando mais uma vez a frente ribeirinha, apesar das instalações fabris e do arsenal da marinha ter sido transferido para a outra margem, “nem por isso a ligação entre a baixa e a zona ocidental se faz hoje mais facilmente e a ligação com a avenida 24 de Julho veio revelar-se francamente insuficiente para as necessidades crescentes do tráfego.”(BARATA, 2010 p. 98)

Com este contexto político surgia uma cidade que necessitava de uma “Nova imagem” para o novo regime, uma imagem nacionalista e tradicional para uma cidade que tinha cerca de 592.000 habitantes. A década de 30 do séc. XX marca uma enorme mudança na construção e crescimento da cidade. Eram vividos os momentos áureos do modernismo nacional, com edificações de arquitectos de renome.



Imagem 21 | Estrada marginal Lisboa-Estoril, Fotografia Produzida durante a actividade do Estúdio Horácio Novais, 1930-1980, in <http://www.flickr.com/photos/bibllarte/4919624010/in/faves-nmorao/>

Entre os anos 40 e 50, assistiu-se à concretização de grandes obras, sob a regência de Duarte Pacheco (1900-1943) como ministro no Ministério das Obras Públicas e Telecomunicações, tais como viadutos, autoestrada, circulares, a estrada marginal de Lisboa a Cascais, o abastecimento de água, equipamentos. Este foi também um dos maiores responsáveis pela organização da Exposição do Mundo Português (1940), evento que ofereceu à zona de Belém uma completa renovação urbana. Esta exposição foi considerada o maior evento cultural do Regime Salazarista, que sofria a sua primeira crise política com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Apesar de todos estes apelos e projectos, a ligação com Algés apenas seria concretizada no início dos anos 40 do séc. XX, graças à Exposição do Mundo português, e as actuais avenidas de Brasília e da Índia são pálidas e modestíssimas concretizações de todos estes boulevards desejados.(BARATA, 2010 p. 98)

Entre 1954 e 1961, surgem diversos estudos da autoria do arquitecto Cristino da Silva (1820-1877), alguns com a colaboração do arquitecto Jacques Carlu (1890-1976), onde “Previam a implantação de edifícios estatais maioritariamente relacionados com o ultramar. As duas constantes desta colecção de propostas são o Palácio do Ultramar e a centralidade do mosteiro.”(NOBRE, 2010 p. 48)

Para toda a zona envolvente surgem as mais diversas soluções. Em frente ao Mosteiro do Jerónimos projecta uma praça simétrica com um jardim de percursos sinuosos, a transformação do espelho de água em doca, “várias possibilidades de colocação do Padrão dos Descobrimentos; número diversificado de edifícios públicos previstos e numerosas soluções formais e volumétricas”(NOBRE, 2010 p. 48), com mais ou menos demolição de edificado na área adjacente, mas todas elas:

Lisboa Utópica



Imagem 22 | Esboço Esboço da Travessia sobre o Tejo, de Fialho de Almeida, in (DIAS, 2001)



Imagem 23 | Inauguração da Ponte 25 de Abril vista de Almada, in Arquivo do Diário de Notícias, 6 de Agosto de 1966

Apresentam evidentes semelhanças com a EMP, tais como a permanente centralidade do Mosteiro dos Jerónimos, o desenvolvimento ao longo da margem ribeirinha, a escala monumental de edifícios e espaços, a recusa de densificação do solo, o desinteresse pelo património urbano subsistente ou a utilização monofuncional de toda a zona, transformando Belém num espaço apenas de representação do regime e não da vida quotidiana – urbanizando sem urbanidade.(NOBRE, 2010 p. 48)

A travessia do Tejo sendo um antigo desejo, que remonta a 1870, vê-se concretizado nesta época. Lisboa passou então a ter duas pontes que facilitavam a travessia: uma inaugurada em 1951 em Vila Franca de Xira, e a segunda inaugurada em 1966 com ligação a Almada.

A concretizar-se a transferência das instalações do Arsenal para a margem sul, a realização de tal projecto teria ainda maior pertinência. Tratava-se da proposta da construção de uma ponte ligando as duas margens do Tejo (...) com efeito, esta ideia fazia parte de um projecto mais arrojado de desdobrar a cidade para a outra margem, criando assim Duas Lisboas.(BARATA, 2010 p. 115)

Também, em 1959, foi inaugurado o metropolitano de Lisboa. Porém, isso não acalmou o descontentamento da população em relação ao ambiente vivido em regime, assim como os problemas nas colónias portuguesas.

A 25 de Abril de 1974 dá-se outro golpe de estado denominado a “Revolução dos Cravos”, onde o regime de Salazar cai. A cidade pós revolução é uma Lisboa caracterizada pela fuga dos habitantes para os subúrbios, devido ao crescimento desordenado e descontrolado da cidade para os arredores. Sucederam-se imensas ocupações de edifícios, surgiram construções espontâneas fomentadas pela vontade de liberdade e pelo regresso dos retornados.



Imagem 24 | Capa do Livro do Concurso de Ideias, in (Associação de Arquitectos Portugueses, 1988)

Nesse mesmo ano surge um projecto denominado por SAAL (serviço de apoio ambulatorio local), que envolveu a própria população e arquitectos para a construção de casas, com o apoio da EPUL.

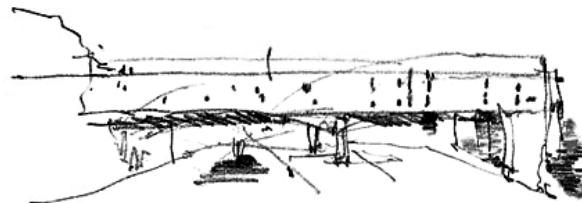
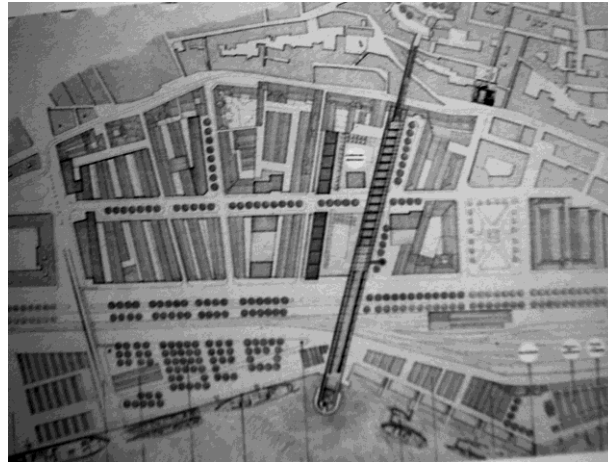
Na segunda metade do séc. XX, surgiram um pouco por todo o lado vários espaços desocupados e abandonados. Lugares industriais que, com a crise dos anos 1970, foram desactivados e que deixam Lisboa com vazios expectantes, tanto à beira rio como no centro da cidade. Devido à entrada de Portugal na União Europeia em 1986, e à estabilidade política e social, a década de 1980 foi a rampa de lançamento para vários projectos que se seguiram, incluindo a reconstrução do Chiado, após o grande incêndio em 1988.

“A associação dos Arquitectos Portugueses leva a efeito em 1988, ano da comemoração do descobrimento da passagem para o indico, três iniciativas relacionadas com a zona ribeirinha de Lisboa: um concurso de ideias, uma serie de programas de televisão intitulada “A Cidade e o Rio” e um Seminário Internacional”(Associação de Arquitectos Portugueses, 1988 p. 3)

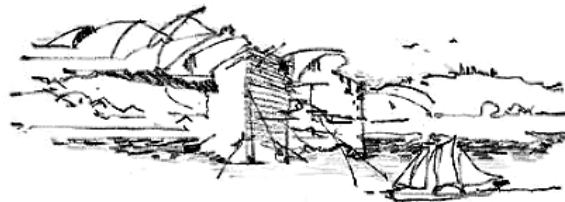
O concurso de ideias teve resultados surpreendentes e muito diversos. Nenhum deles foi posto em prática, mas serviu para analisar e dar a conhecer ao público geral as ideias que se discutiam, e novas formas de ver a própria cidade:

Este foi um puro concurso de ideias e dele se espera que resulte tão só, o debate entre correntes culturais, a confrontação sugestiva de modelos de cidade alternativos, a visualização, mesmo que utópica, dos possíveis futuros da cidade perante a regeneração da sua relação com o rio.(Associação de Arquitectos Portugueses, 1988 p. 3)

Lisboa Utópica



UM ATRAVESSAMENTO SERENO...



LISBOA A CIMA DO TEJO...

Imagem 25 | Esquços da proposta de Pedro Botelho, in <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/002/artigo.php?ml=6&x=b7a11pt.xml>

Mais uma vez, e os arquitectos tinham plena consciência desse factor, se as entidades responsáveis não tivessem em acordo, a cidade não evoluía: “Pouco resultará deste fervilhar, se não se articularem as várias instituições em campo, em função de princípios sólidos, sérios e sábios, para dar forma às transformações urgentes.”(Associação de Arquitectos Portugueses, 1988 p. 3). Podia-se ler no texto introdutório a vontade e o desejo de mudar a cidade:

Hoje, na viragem para um novo ciclo, Lisboa novamente procura o Tejo. A nova centralidade disporá, como potencial interland, da vastidão Peninsular e europeia. Será contudo necessária uma boa estrutura urbana e metropolitana, na qual os quinze quilómetros da Frente ribeirinha de Lisboa, terão papel decisivo. A zona ribeirinha de Lisboa hoje, são quinze quilómetros de conflito urbano. A degradação, a obstrução visual, o uso indevido ou o abandono de alguns dos melhores espaços da cidade.(Associação de Arquitectos Portugueses, 1988 p. 4)

Desse concurso destaca-se a proposta do arquitecto Pedro Viana Botelho, que projecta um edifício ponte para a zona do aterro da boa vista, sendo o projecto descrito num Boletim da cidade como “Utopia à beira rio”:

Evoca-se aqui outra forma para a utopia: Uma grande plataforma, à cota 14.00 que teria acessos na antiga fábrica de gás, ladeada por edifícios, interiorizada, venceria as vias que separam a cidade do rio, alheada de todas e com o único objectivo de ser vivida e enquadrar o Tejo e a outra banda até que se lançaria em escadaria nas águas do Tejo. Albergariam os edifícios, nunca mais altos do que três pisos, formando uma espécie de terreiro artificial com serviços, habitação, comércio. Teria possivelmente cómodas arcadas. Mergulhariam os edifícios no Tejo, em poderosos volumes à ilharga dos quais haveria uma sala de espectáculos que faria renascer a malfadada Ópera do Tejo.(DIAS, 1999 p. S/P)

Lisboa Utópica



Imagem 26 | Fotografia da zona da EXPO, no início das obras, disponível em:
<http://www.skyscrapercity.com/>

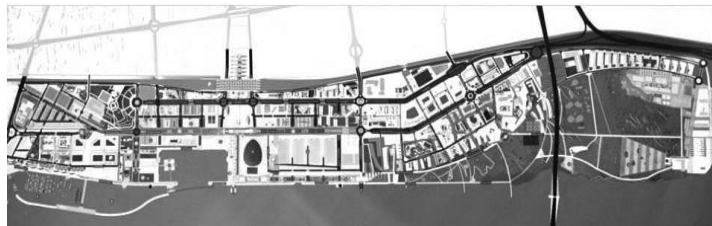


Imagem 27 | Mapa geral da reconversão feita na zona oriental, actualmente designado Parque das Nações. Lisboa, 2011, in (SANTOS, 2011)

Surge então, um ciclo de recuperação e um esforço de reorganização funcional e urbanístico da cidade. Sob nova gestão municipal, define-se, em 1990, um Plano Estratégico. Para além da renovação do metropolitano com a construção de novas estações, em 1994, Lisboa é a Capital Europeia da Cultura, inaugurando o Centro Cultural de Belém, da autoria dos arquitectos Vitorio Gregotti e Manuel Salgado.

A grande intervenção

O grande projecto desta época começa também em 1994, com a limpeza da área e demolição das construções existentes para a zona de intervenção da futura Exposição Mundial dos Oceanos (EXPO98).

Entre Maio e Setembro de 1998 decorreu em Lisboa a última Exposição Mundial do séc. XX. Este evento conduziu o desenvolvimento de um projecto de requalificação urbana e ambiental na zona onde ocorreu, que mudou a configuração dessa parte da faixa ribeirinha de Lisboa:

Em primeiro lugar, o sentido simbólico de renovação e recuperação de um espaço; renovação sobretudo arquitectónico, e recuperação no aspecto da sua integração urbana como "parte viva" da cidade. (...) Em segundo lugar, o sentido de futuro e progressos implícitos nas características técnicas e estéticas do conjunto das obras promovidas e realizadas (...) Finalmente em terceiro lugar, insista-se na atitude estratégica perante a cidade: a influência benéfica e potencialmente regeneradora desta vasta operação sobre tecidos envolventes da área da Expo98, a toda a roda desta, a sul, a norte e poente, os quais se entendem por vários sectores de Lisboa. (FERNANDES, 2005 p. 59)

Até ao final do século XIX, a zona oriental de Lisboa era eminentemente rural. Com a industrialização da cidade foi o território escolhido para a primeira refinaria

petrolífera da Petrogal do país, só que nos anos de 1960, a zona degradou-se transformando-se num conjunto de detritos das indústrias obsoletas. Esta caracterização veio a dar lugar a um conceito de ocupação territorial, que no futuro, permitiu devolver à cidade uma importante faixa de território com cerca de cinco quilómetros de extensão, situada à beira-rio:

Estes novos projectos construídos nas duas últimas décadas do século passado, que incluíram a profunda reestruturação e requalificação urbana levadas a cabo na zona ribeirinha oriental por causa da realização da Exposição Mundial de 1998, podem ser encaradas como uma variação das velhas ambições e desejos de ver Lisboa concretizar a sua vocação para cidade portuária por excelência.(BARATA, 2010 p. 279)

Foi com esta intervenção que o desejo tão aclamado para Lisboa se realizou. Uma parte de cidade à beira do Tejo, urbanamente resolvida, que oferece-se aos habitantes zonas de lazer e cultura.

Após a intervenção da EXPO98, Lisboa tomou consciência que era necessário ligar esta nova zona da cidade à cidade antiga. Surge numa publicação da Câmara Municipal, em 1999 o seguinte artigo, com o título: "Zona ribeirinha ocidental, da baixa à Expo- Troço de cidade de desenvolvimento linear e plano, confinado entre o Rio e a cidade elevada, e compreendido entre as duas centralidades mais importantes de Lisboa."(ALVAREZ, 1999 p. S/P)

Onde caracterizavam a zona, e lançavam os principais objectivos para uma futura intervenção:

Que ideia para esta zona da cidade? Estamos num período de mudança, em que coexistem várias variáveis internas e da envolvente externa, que constituem factores de uma evolução que interessa direccionar no desenvolvimento em equilíbrio da zona em si

mesma, e em harmonia com o resto da cidade. Entre aquelas variáveis temos: a modernização e reestruturação do porto de Lisboa; a evolução tecnológica ligada aos transportes e logística; a desindustrialização; encerramento de algumas empresas instaladas na área; envelhecimento da população; a desertificação; espaços devolutos expectantes, por razões financeiras, de promoção imobiliária (...)(ALVAREZ, 1999 p. 5/P)



Imagem 28 | O Desejo concretizado: Jardim à beira Tejo, imagem disponível em:
<http://tomaracidade.blogspot.pt/>

CAPÍTULO QUATRO
A cidade do século XXI

A grande originalidade da cidade genérica é simplesmente a de abandonar o que não funciona -o que sobreviveu ao seu uso- para romper a capa de asfalto do idealismo com os martelos pneumáticos do realismo e aceitar qualquer coisa que cresça em seu lugar. Nesse sentido a cidade genérica concilia tanto o primitivo como o futurista- na verdade, somente estas duas coisas. A cidade genérica é tudo o que fica do que costumava ser a cidade. A cidade genérica é a pós-cidade que se está a preparar no lugar da ex-cidade.(KOOLHAAS, 2010 p. 42)

A cidade regenera-se e transforma-se, reinventa-se para o futuro. Actualmente Lisboa é uma cidade que enfrenta imensas dificuldades, sendo constantemente ameaçada pela crise económica que o país atravessa. Diversos planos e projectos contemporâneos propostos para a faixa ribeirinha de Lisboa estão pendentes devido à falta de capital para os financiar e, mais uma vez, à discordância entre as diversas autoridades administrativas.

Zonas dedicadas ao rio, uma margem cheia de memórias da cidade antiga em busca de uma relação com a contemporaneidade. As características, necessidades do local e a sua história definem as propostas, sempre na procura de devolver a ligação com o rio e dinamizar o antigo com a zona envolvente:

Em paralelo, "corre" toda a frente litoral portuária que foi refeita ou terraplanada ao longo do século XX, com as suas docas, silos, redes ferroviárias e armazéns. Esta vasta faixa pressupõe para os próximos anos uma continua acção de revalorização do edificado histórico e de recriação de funções ligadas ao rio.(FERNANDES, 2005 p. 62)

A identificação dos factores históricos e dos factos urbanos desta zona são a base do estabelecimento de ligações ou fusões parciais entre o resto da cidade e a

sua frente de rio. A revelação dos tipos de ligação que outrora já existiram, que existem actualmente, ou que poderão vir a existir, será sempre a primeira referência no estabelecimento de relações entre a cidade e a sua frente de água.

O panorama actual não é o mesmo de há 20 anos atrás, um período em que havia financiamento e uma grande vontade de mudança. Foram feitos inúmeros investimentos em obras públicas, concursos públicos e planos, que hoje continuam a meio e outros nem saíram do papel. Se algumas intervenções conseguiram chegar a “bom porto”, ao serem concretizadas, o mesmo não aconteceu com outros grandes investimentos, e são esses que nos interessam nesta dissertação.

The sheer number of architectural and urbanistic projects has turned Lisbon's waterfront into an experimental laboratory. But many schemes remain unrealised, not least the Central Municipal Library and Archives (Manuel and Francisco Aires Mateus, 2003), the cruise ship terminal (João Luís Carrilho da Graça, 2009) and the Ribeira das Naus (PROAP and Global, 2012). Other projects for new residential districts along the river, most by private developers and involving international figures such as Renzo Piano (Jardins do Braço de Prata, 2001), Álvaro Siza (Nova Alcântara masterplan, 2003, with Carlos Castanheira and Luís Mendes) and Norman Foster (Boavista/Santos, 2007), also remain on paper. Inevitably the financial crisis has stifled willingness to invest in such projects, and what construction activity there is on the waterfront today is on works that were begun some years ago with funding in place. (MILHEIRO, 2012)

A nossa Lisboa Utópica é, então, uma cidade que teria existido se alguns desses projectos tivessem realmente sido construídos. A silhueta de Lisboa que conhecemos hoje seria diferente: **Será considerada Utópica, uma Lisboa (re) inventada composta por alguns desses planos.**

Lisboa Utópica

As Propostas Contemporâneas

Lisboa Utópica



Imagem 29 | Planta de Implantação, "Jardins Braço de Prata", Renzo Piano, in <http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm>



Imagem 30 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm>

Jardins do Braço de Prata, Renzo Piano, 2001

Em 2001, Renzo Piano, projecta para Lisboa uma intervenção denominada "Os Jardins de Braço de Prata", que tinha como objectivo contribuir para a requalificação da Zona Oriental de Lisboa, tendo como promotor o Grupo Obriverca. Este projecto esperou 12 anos pela aprovação da parte da autarquia e, como tantos outros, tem as suas obras em suspenso.

Afirmava o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, numa entrevista em 2010, que este projecto pretendia acabar com as barreiras que existiam entre a cidade e o rio, surgindo em seu lugar esta urbanização e mais 12 hectares de parque, uma porta para o rio.

A proposta de intervenção desenvolve-se num espaço que outrora era ocupado pela Fábrica de Braço de Prata. Com o rio Tejo como cenário de fundo e como inspiração a memória industrial, surge uma tentativa de criar na cidade um ex-libris com o objectivo de requalificar a zona onde se insere:

O projecto dos Jardins Braço de Prata, que terá um custo de 220 milhões de euros, insere-se na requalificação que tem vindo a ser levada a cabo nos 19 quilómetros da frente ribeirinha lisboeta. Neste caso específico, o empreendimento ocorre a par do Plano de Pormenor da Matinha e do Loteamento da Tabaqueira. (BANHA, 2010)

Este projecto juntamente com os outros projectos previstos, deveriam requalificar toda a zona de frente ao rio até à zona sul do Parque nas Nações, através de um parque de lazer e de equipamentos públicos, " (...) de todas as construções

Lisboa Utópica



Imagem 31 | Foto da maquete da Proposta, in <http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm>



Imagem 32 | Fotografia da Maquete da Proposta, in <http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm>

que vão ser levadas a cabo, Renzo Piano destaca o parque exclusivamente para crianças que vai nascer junto ao rio."(BANHA, 2010) Sendo que o trânsito deverá ser desviado através de um novo traçado da avenida Infante D. Henrique.

Assim a proposta ocupa cerca de nove hectares de terreno que pertenciam à indústria de material de guerra Indep, estando prevista a construção de comércio, serviços, habitação e indústria, e tratamento paisagístico na envolvente com uma grande área verde. O empreendimento geraria assim 70% para área de habitação, 10% de terciário, e 20% de indústria, criando no total cerca de 2815 lugares de estacionamento, 6290 m² de equipamentos públicos e 6255 m² de espaços verdes.

Para o arquitecto, o ponto forte do projecto seria como os habitantes poderiam desfrutar da luz da cidade de Lisboa e da margem do Tejo, sendo que, para realçar essas características "contribuirá a cerâmica que irá revestir o exterior dos edifícios que serão construídos. A opção, que decorre do carinho que o arquitecto tem pelos azulejos portugueses, permitirá recrear o jogo de luzes que Renzo Piano diz ser recorrente por toda a cidade."(BANHA, 2010)



Imagem 33 | Fotografia da Maquete do Plano de Urbanização do Vale de Santo António, da autoria de Augusto Vasco Costa,

**Plano Urbanização Vale Santo António,
Augusto Vasco Costa; Manuel Sá Fernandes, 2003/2006**

Em 2003, a EPUL concordou com arquitecto Augusto Vasco Costa, a elaboração de um plano para toda a área do Vale de Santo António (...) incluía ainda diversos equipamentos, dos quais se destacava a Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa e um Complexo Desportivo.(VENDA, 2011 p. 47)

O Plano de Urbanização para o vale de Santo António foi promovido pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL). Um plano para uma área de cerca de 44 hectares, constituída por dois vales, situada numa zona central de Lisboa (entre o Alto de São João, a Penha de França e o rio Tejo), com características topográficas muito próprias. É um plano que surgiu inserido no Plano Estratégico de Lisboa desenvolvido em 2000 por parte da Câmara Municipal de Lisboa.

"A proposta desenvolvida sustenta-se na abordagem do tecido urbano que evita os edifícios megalómanos e em comboio e procura uma sucessão de ruas, praças e jardins, que privilegiam a comunidade. "(COSTA, 2004 p. S/P). A estrutura verde estaria espalhada por todo o vale porém interligada entre si. Seriam vários equipamentos públicos como pontos de referência, que além de evitar a segregação social juntavam no mesmo edifício diferentes categorias de habitação. O eixo viário principal do plano seria a Avenida Mouzinho de Albuquerque, que estabeleceria a ligação entre a Praça Paiva Couceiro e a Avenida Infante Dom Henrique. Os objectivos do plano seriam organizar a malha urbana consoante a qualidade do solo, a sua estrutura ecológica, o sistema urbano de circulação de transportes públicos e privados, e o estacionamento.

Lisboa Utópica



Imagem 34 | Fotografia da Maquete da proposta do Arquitecto Manuel Fernandes de Sá, 2006, in

Porém, (...) a EPUL desistiu deste estudo ainda em 2003 e incumbiu o arquitecto Manuel Fernandes de Sá a realizar novos estudos para o plano (...) (VENDA, 2011 p. 48), que em 2006 foi aprovado como o Plano de Urbanização do Vale de Santo António (PUVSA) pela Câmara Municipal de Lisboa. No total, a intervenção abrange cerca de 45 hectares, com 387 mil m² para habitação, serviços e comércio, e outros 108 mil m² para equipamentos. O investimento rondava os 600 milhões de euros: “Prevê ainda a construção de um parque urbano, que respeita o sistema do vale existente, tendo sido entretanto abandonado o projecto da Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa.” (VENDA, 2011 p. 48)

Podia-se ler numa notícia de 2006, no site da EPUL:

O Plano do Vale de Santo António prevê (...) a construção – já em curso – da Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, equipamento da autoria dos arquitectos Manuel Aires Mateus e Alberto de Souza Oliveira, dotado de várias valências culturais e que se ligará a um centro cívico constituído por espaços comerciais onde se incluirão cinemas, health club e jogos; e ainda a construção de um complexo desportivo a projectar pelo arquitecto Souto Moura. (EPUL, 2012, in <http://www.epul.pt/?idc=4&idi=89>)

Como se pode observar, os desejos e ambições para este território eram muitos, com nomes sonantes do mundo da arquitectura, porém, ficou tudo no papel. Todos estes projectos surgem num território que mudaria completamente a cidade, uma vez que encurtaria a distância entre a Lisboa antiga e o Parque das Nações. Uma zona carenciada que ganharia vida com um polo cultural, contribuindo para a qualidade de toda a cidade.

Lisboa Utópica



Imagem 35 | Fotografia das Fundações da Proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus

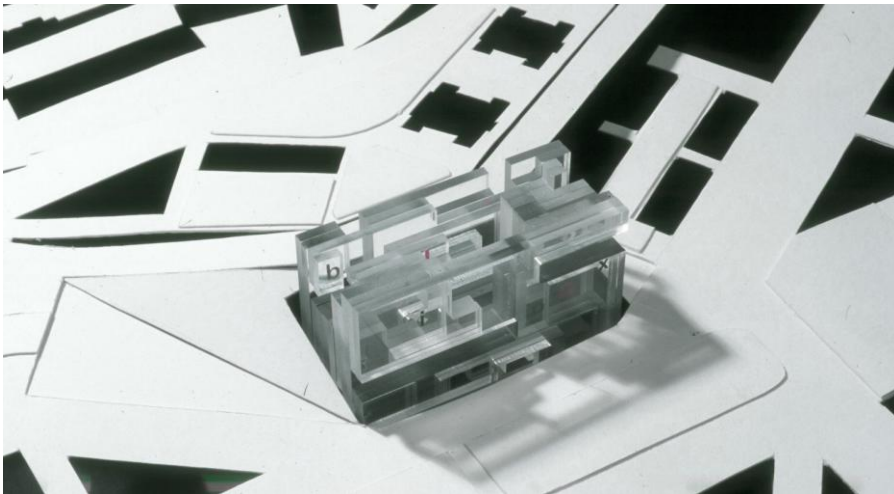


Imagem 36 | Fotografia da Maquete da Proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus

Biblioteca e Arquivo Municipal, Aires Mateus, 2003

Este é um dos projectos que se inseriam no Plano de Urbanização do Vale de Santo António. Hoje em dia o que nos resta deste projecto são apenas as suas fundações. Tinha um orçamento previsto de 40 milhões de euros, e deveria estar acabada no final de 2008 início de 2009.

Este projecto iria funcionar "Como centro da vida urbana, qualificando com a sua função a área da sua influência (...) "(CORDOVIL, 2011) na procura de dar uma resposta às exigências da produção de bens culturais, acesso à informação e, nomeadamente, ao envolvimento da comunidade em modernos hábitos de leitura. O projecto surgiu devido à desadequada situação da Biblioteca Central instalada no antigo Palácio das Galveias, assim como do arquivo municipal, numa procura de construir um novo equipamento que se respondesse às actuais necessidades de espaço. A Biblioteca e o Arquivo Central constituem um equipamento projectado como uma "marca urbana" singular na sua relação com a cidade, uma vez que teria 60 metros de altura e 40 metros de largura, obedecendo a um critério de centralidade relativamente ao Plano para o Vale, em conjunto com espaços verdes e um centro cívico, "É claro que nós não estávamos tão perto do rio, mas quando subíamos cinco pisos tínhamos uma relação incrível, quase descarada."(CORDOVIL, 2011)

A implantação do projecto surge numa tentativa de equilibrar a cidade, dotando a zona oriental de interesse e valor na sua envolvente próxima, dentro do plano de urbanização do Vale de Santo António; desenvolveu todo o território perpendicular ao rio, que se divide em duas direcções: uma no sentido da Av. General Roçadas e outra na da Praça Paiva Couceiro.



Imagem 37 | Fotomontagem interior da proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus, 2011

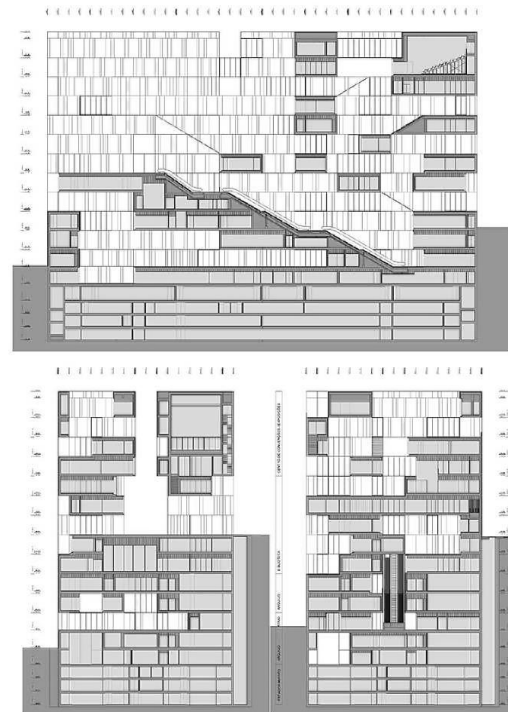


Imagem 38 | Desenhos de corte da proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus, 2011

A caracterização do edifício é de um grande quarteirão, onde espaços negativos da forma, se definem como praças e terraços, caminhos e ruas, que adquirem valores escultóricos de dimensão urbana pelo seu desenho e forma, "O edifício define o percurso principal entre a cota baixa de um lado do vale e o acesso à cota alta da encosta."(CORDOVIL, 2011)

O edifício funciona (...) como uma cidade onde todas as zonas se interligam. Túneis, reentrâncias e saliências, relacionam "praças", "pracetas", "ruas", "becos" que constroem a escala da cidade histórica, aqui não no plano de terra, mas na vertical. Um sistema complexo onde o espaço público, tal como na cidade densa, é lido como "subtracção". Vazios cujo desenho e possibilidades é potenciado pela complexidade da existência dos diferentes pisos.(D'ARCO MAGAZINE N°7, 2009 p. 188)

Lisboa Utópica

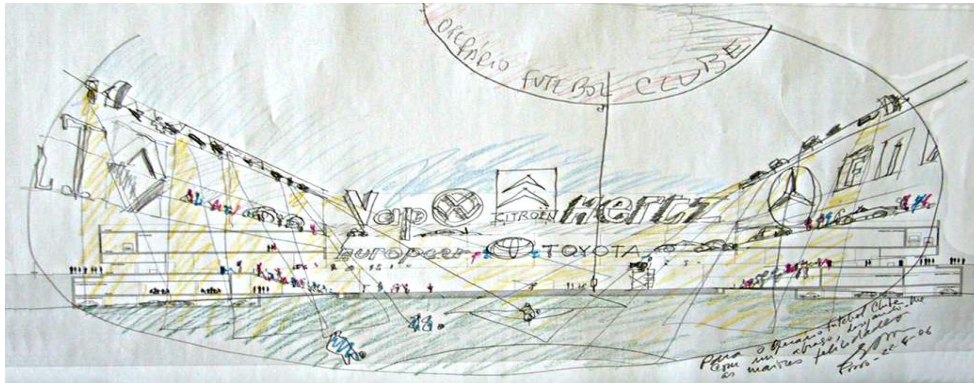


Imagem 39 | Esquízo da proposta, Eduardo Souto Moura, gentilmente cedida pelo Atelier do próprio, 2012

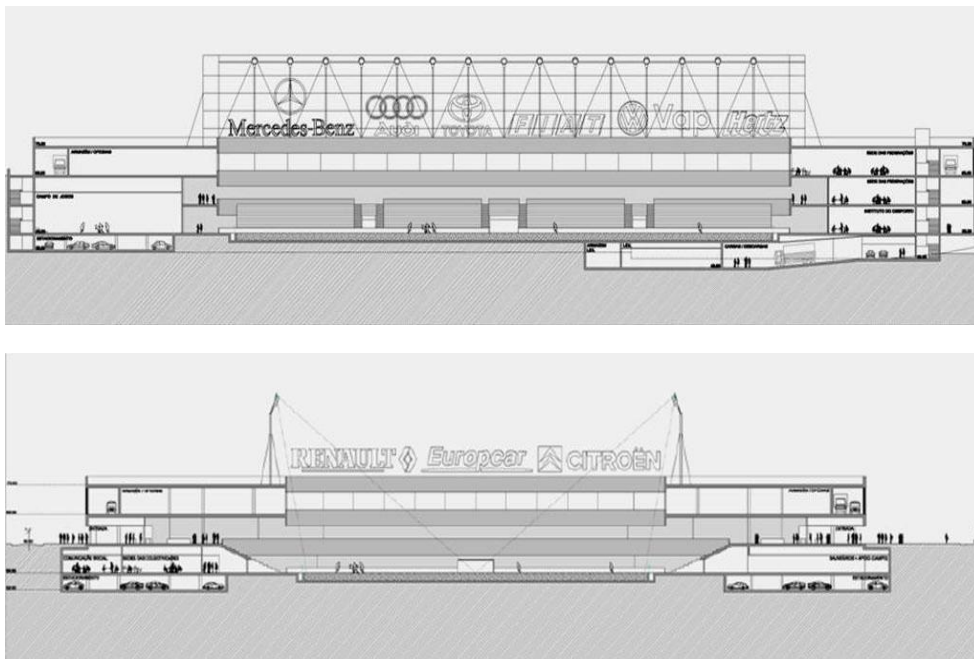


Imagem 40 | Cortes da proposta, gentilmente cedidos pelo Atelier do Arq. E. Souto de Moura, 2012

Complexo Desportivo para Vale de Santo António, Eduardo Souto Moura, 2006

No seguimento no Plano de Urbanização do Vale Santo António, o arquitecto Eduardo Souto Moura projectou um estádio e um complexo desportivo, com cerca de 25 mil m² e bancadas com quatro mil lugares, com o propósito de servir as equipas locais. *Em 2005, podia-se ler uma notícia publicada pelo jornal Correio da Manhã o seguinte:*

Carmona quer estádio de Souto Moura: O candidato apoiado pelo PSD à Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues, afirmou ontem que, que caso vença as eleições de 9 de Outubro, irá avançar com a construção de um estádio coberto projectado pelo arquitecto Souto Moura no Vale de Santo António.(A.P.D, 2005)

O complexo desportivo situar-se-ia numa futura zona desportiva com acesso desde a rua Castelo Branco Saraiva, dois pavilhões Gimnodesportivos, um campo de jogos e ainda um edifício que integraria o Departamento de Desporto e as salas das Federações e Associações Desportivas. Estava ainda previsto um estacionamento e pequenas áreas comerciais.

Da “monumentalidade” nas dimensões do campo grande de jogos (a FIFA propõe que se construa um campo de 105x68m, afim de uniformizar as dimensões de todos os novos campos), acresce a construção de 2 polidesportivos - um Municipal com 500 lugares e outro para treinos e jogos do Alto da Eira Atlético Clube -, no que resulta uma elipse alongada (com um eixo maior de 193m e um eixo menor de 118m), pois esta teria de ser implantada nos limites preconizados no Plano, não alterando a área de construção e a preconizada para o Parque Multi-geracional.(MOURA, 2006)

Lisboa Utópica



Imagem 41 | Planta Cobertura da proposta, gentilmente cedida pelo Atelier do Arq. E. Souto de Moura

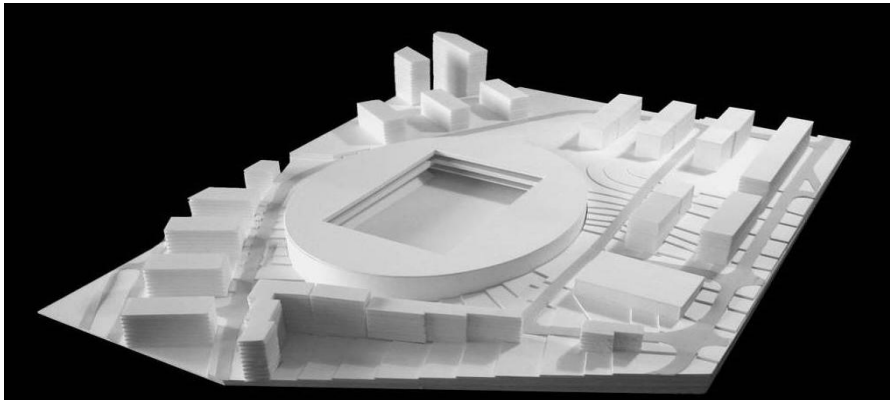


Imagem 42 | Fotografia da Maquete da Proposta, gentilmente cedida pelo Atelier do Arq. E. Souto de Moura

A proposta parte de uma planta ortogonal (devido ao campo), abraçada por uma curva, cujo objectivo é de "aglutinar todo o programa num só volume com o campo de futebol em negativo, de modo a que os pisos superiores contassem com iluminação e ventilação naturais de ambos os lados, com vista directa para o mesmo." (MOURA, 2006)

No piso 0, far-se-ia a entrada para o parque de estacionamento e teria comércio. No piso 1, existiriam dois campos polidesportivos, os balneários, a área de apoio e auxiliar, de manutenção, e a sede dos clubes Operário Clube de Futebol e Alto da eira Atlético Clube. O piso 2 seria à cota dos arruamentos propostos no plano, dando o acesso ao complexo desportivo, ao estádio e as bancadas. No piso 3 seriam armazéns e oficinas, e as zonas técnicas do campo, e "No piso 4 e último propõe-se a implantação da Sede das Federações, do Departamento de Desporto da CML e da Federação Portuguesa de Judo." (MOURA, 2006)

O campo de futebol seria um negativo do projecto, onde se dispunha o resto do programa. Mais uma vez, a intenção de dar vida e equipamentos ao Vale estava lá, mas por falta de verbas não foi possível o avanço do projecto, que não passou da fase de estudo prévio.

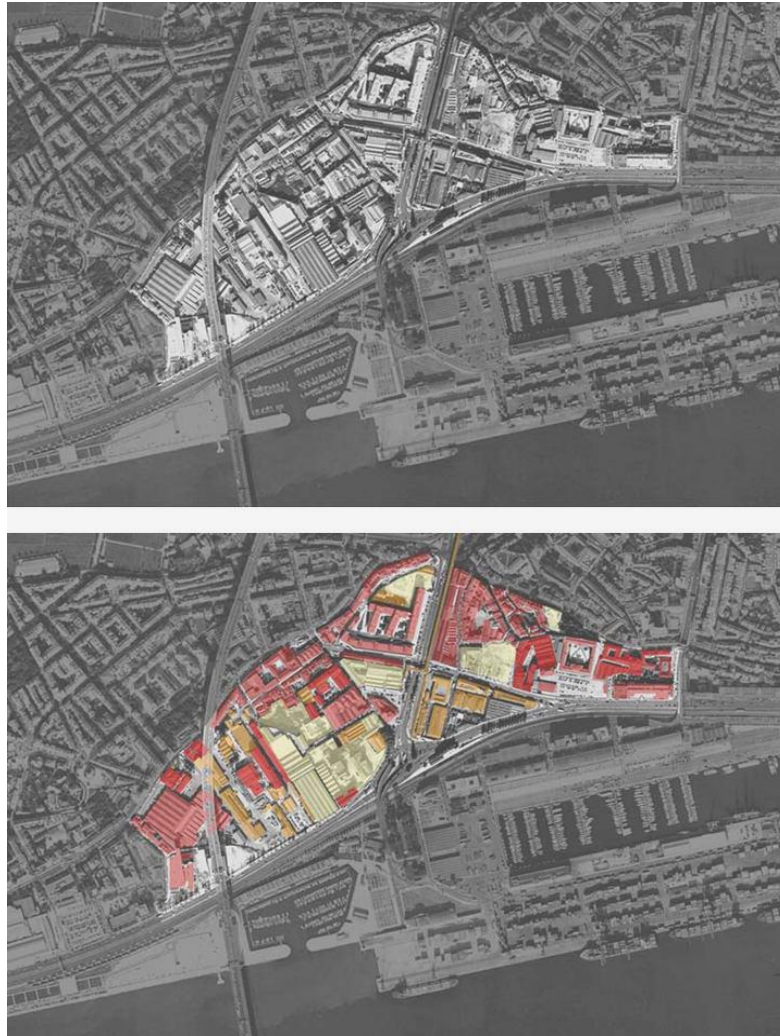


Imagem 43 | Planta da zona de intervenção, demolições e novos edifícios, Aires Mateus e Frederico Valsassina, in <http://fvarq.com/>

Plano Alcântara XXI, Aires Mateus + Frederico Valssassina, 2003/2004

O objectivo do Alcântara XXI é recuperar "uma zona industrial abandonada", com uma rede viária congestionada e que sofre um forte impacto visual devido ao viaduto que atravessa a zona.(LUSA, 2005)

Em 1999, foi elaborado um novo Plano de Urbanização do Vale de Alcântara, por uma comissão técnica seleccionada, que envolvia parceiros privados e públicos. Em 2004 esse plano deu lugar ao Estudo Urbanístico de Alcântara denominado de "Alcântara XXI", sendo desenvolvido pelos arquitectos Aires Mateus e Frederico Valsassina, para uma área de 43 hectares da zona de Alcântara, prevendo um investimento de 600 milhões de euros e conclusão, supostamente, em 2012.

Numa notícia de 2005, publicada pelo jornal Público, podia ler-se que o presidente do município, Pedro Santana Lopes, afirmava: "O que este protocolo tem de diferente é que estabelece a concertação entre a câmara de Lisboa, os privados e as entidades públicas para a reconstrução daquela zona, que está agora numa fase desagradável de demolições"(LUSA, 2005) A intenção estava lá, porém no fim, mais uma vez as várias entidades não chegaram a acordo.

O estudo previa requalificar o tecido histórico da zona e consolida-lo através do eixo principal Alcântara- Calvário- Santo Amaro; melhorar a relação entre a cidade e o rio; ordenar o território de intervenção através de uma rede viária prática e eficaz; possibilitar a construção de um interface que se relacionasse com os meios de transporte existentes, integrando-os na nova malha; e desenvolver os projectos

Lisboa Utópica

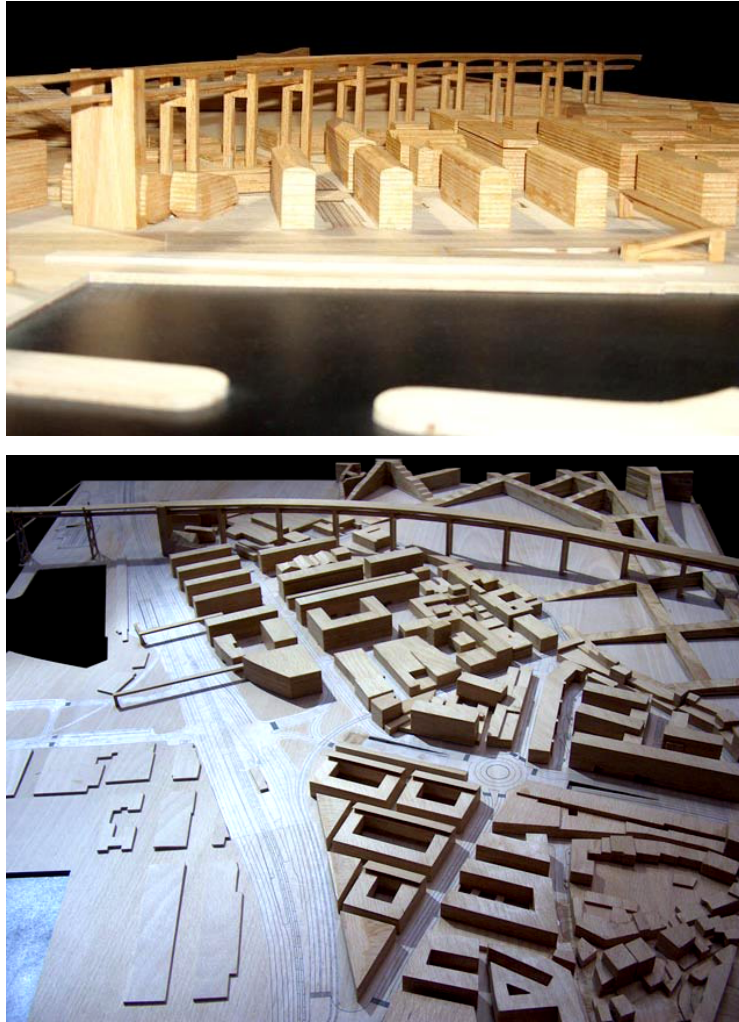


Imagem 44 | Fotografias da Maquete da Proposta, in <http://fvarq.com/>

Para os autores, a recuperação desta área da cidade e a sua integração no todo, deveria ser sustentada por factores como a diversidade e articulação das funções, equipamentos e espaços públicos de qualidade, fácil ligação às outras zonas da cidade, reavaliação e integração das estruturas que servem o porto de Lisboa, e aumento de actividades que promovessem a ligação desta zona a outras zonas emergentes de Lisboa. Alcântara seria uma nova centralidade devido ao aumento das acessibilidades.

Os arquitectos Aires Mateus e Frederico Valsassina ficaram responsáveis pelos espaços da antiga Mirandela e Pinhol, assim como as instalações da Carris, onde propunham um interface (que reunisse Carris, Metropolitano de Lisboa e os Comboios de Portugal), edifícios de oito pisos (o limite da cércea) de habitação e escritórios, assim como alteração na rede viária e criação de novas vias.

Com o projecto "Alcântara-Mar" ficou o arquitecto Jean Nouvel que propunha a construção de três quarteirões de habitação, escritórios e oficinas artesanais em memória ao que já fora aquele território, quatro praças interiores que seriam unidas à envolvente através de ruas estreitas, e uma praça central maior dotada de zonas comerciais.

Mário Sua Kay, dá continuidade ao projecto "Nova Alcântara" (iniciado pelo arquitecto Álvaro Siza Vieira, mas posteriormente substituído por Sua Kay), com a proposta da construção de quatro edifícios de escritórios de seis pisos cada um, junto à Avenida da Índia, e a recuperação do edifício da refinaria da Sidul, assim como da Antiga Fábrica de têxtil de Bernardo Daupias com o programa de centro de dia, centro de terceira idade e um ateliê de tempos livres.

Lisboa Utópica



Imagem 45 | Fotografia da proposta da autoria de Manuel Fernandes Sá, in <http://www.skyscrapercity.com>

Em notícias de 2008 lia-se nos títulos do jornal Correio da Manhã e na AECOPS (Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços): "Projecto "Alcântara XXI" ficou no papel", assim como "Polémica: maior recuperação urbana após Expo abre guerra na Câmara: Alcântara XXI sem solução". Em Abril de 2008 foi oficialmente apresentado este plano pelo governo, porém, devido à crise que se começava a fazer sentir o projecto foi posto de parte até aos dias de hoje. Em 2010 foi substituído pelo Plano Urbanístico de Alcântara da autoria do arquitecto Manuel Fernandes Sá.

Lisboa Utópica

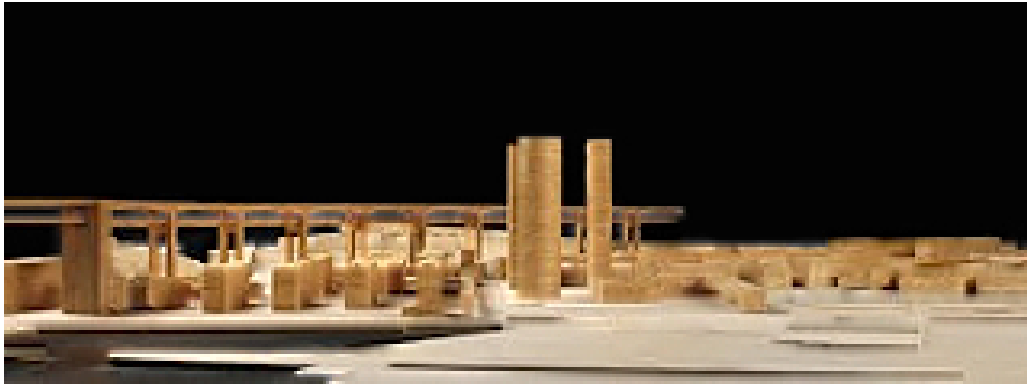


Imagem 46 | Fotografia da Maquete da proposta, in
<http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara>

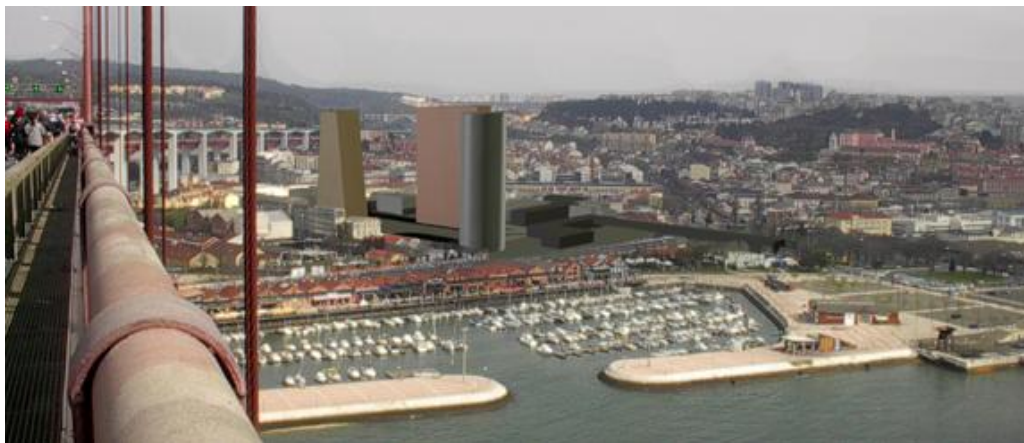


Imagem 47 | Fotomontagem da proposta vista da ponte 25 de abril, in
<http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara>

MasterPlan “NovAlcântara” Álvaro Siza Vieira, 2003

Em 2003 surgiu um projecto, que tinha como cliente o grupo Silveira, nos antigos terrenos da Fábrica SIDUL, um investimento de 180 milhões de euros e com cerca de 4.5 hectares de terreno para uso, desenvolvido em parceria pelo Arquitecto Álvaro Siza Vieira, Carlos Castanheira e Luís Mendes.

No jornal Público, Santana Lopes afirmava: "Este projecto enriquece culturalmente a cidade e enriquece o debate sobre o ordenamento urbano"(LUSA, 2003)

A intervenção inserida na expansão de Alcântara denominava-se “NovAlcântara” e previa a construção de três torres com 35 pisos; com cerca de 105m de altura, de diferentes materiais e formas geométricas, situadas entre a Avenida da Índia e os terrenos da Carris; que procuravam ser um marco na silhueta da cidade, contrapondo-se à ponte 25 de Abril. Podia-se ler na mesma notícia:

Elas não se mostrarão com uma imagem fixa e poder-se-ão ver com diferentes caras, à medida que as pessoas se desloquem na zona de Alcântara, podendo em determinados ângulos tomar a expressão de uma lâmina.(LUSA, 2003)

A proposta em altura era justificada pela necessidade de libertar maior área de solo possível, disponibilizando cerca de 3.3 hectares para zonas verdes de lazer e uso público. Estava também prevista a construção de cinco edifícios (de cinco pisos) e a reconversão de uma pré-existência, a Antiga Fábrica de Lanifícios de Bernardo Daupías, um importante edifício oitocentista da zona de Alcântara.

Lisboa Utópica

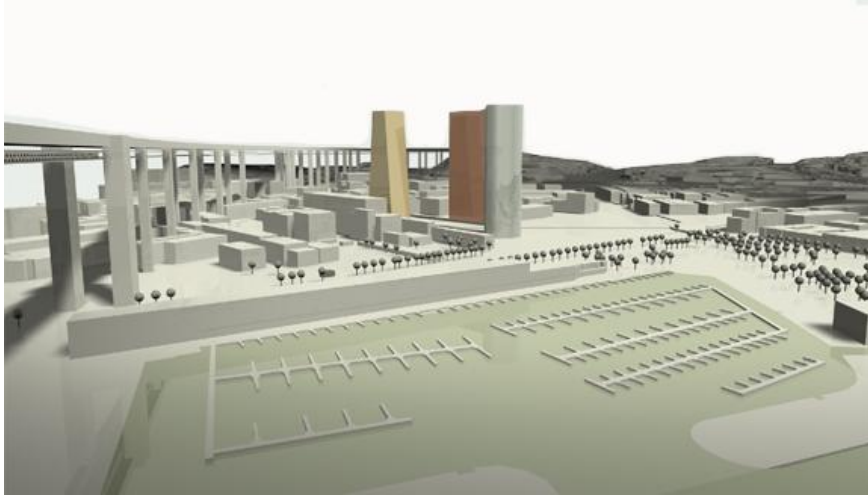


Imagem 48 | Fotomontagem da proposta, in

<http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara>



Imagem 49 | Fotografia da Maquete da proposta, in

<http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara>

Em termos de usos, a torre cilíndrica seria ocupada por escritórios, enquanto as torres retangular e cónica seriam dedicadas à habitação. Os outros cinco edifícios dividiam-se entre si por escritórios e habitação, e a pré-existência seria um edifício público. Sendo que 60% da área total de construção seria habitação, e os restantes 40% seriam escritórios. Também contaria com três parques de estacionamento espalhados ao longo dos edifícios originando no total de 2.250 lugares.

Em relação à morfologia urbana este projecto representa uma solução de edifícios livres plantados em espaços verdes, muito permeáveis e percorriéis em todas as direcções. Estava prevista uma passagem aérea sobre as avenidas da Índia, de Brasília e a linha férrea, através de um "edifício-ponte" que assegurava a ligação com as docas de Santo Amaro. O projecto incluía também a construção de uma alameda quase perpendicular ao rio.

A proposta de Siza Vieira não cumpre os actuais limites de cêrceas impostas pelo Plano Director Municipal (PDM), que apenas permite construções com 25 metros de altura, mas esse é o desafio que o arquitecto e os promotores pretendem lançar à cidade. Ainda assim, os promotores entendem que há uma hipótese de o projecto vir a ser aprovado: se ele for considerado pela autarquia como um projecto de interesse social e económico. (LUSA, 2003)

Um ano depois já se lia na imprensa: As torres projectadas pelo arquitecto Siza Vieira para Alcântara, em Lisboa, já não vão ser construídas. O promotor do empreendimento, (...) optou por apresentar à câmara um projecto alternativo, da autoria de Mário Sua Kay, com edifícios de oito pisos.(RIBEIRO, 2004)

Lisboa Utópica



Imagem 50 | Localização da proposta "Alcântara-Mar" Jean Nouvel, in (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005)



Imagem 51 | Corte da proposta, in <http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>

Alcântara-mar, Jean Nouvel, 2003

Também inserido no estudo Urbanístico Alcântara XXI, em 2003, o arquitecto francês Jean Nouvel projectou "Alcântara-Mar", em parceria com o Atelier do arquitecto João Paciência, e com o estúdio espanhol J. Ribas G. e J. Ribas F, com a EPUL como cliente.

Este projecto previa cerca de 60% da área construída para habitação, 20% para escritórios, e outros 20% para comércio, numa área de construção de 40.000m². O seu orçamento seria aproximadamente 48 000 000 €.

A proposta dividia-se numa espécie de três quarteirões habitacionais e de escritórios, enquanto o quarto quarteirão assume-se público, definido por uma praça central maior com zonas comerciais: "Enquanto forma de protecção da envolvente, o projecto é concebido como uma massa densa fechando pátios, que fazem referência ao quarteirão típico de Lisboa." (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005 p. 32)

Assim, essa massa é protegida acusticamente por uma dupla fachada, com determinados elementos vegetais no interior. Para demarcar as entradas, e diluir o ruído produzido pelo tráfego envolvente, existiriam fontes de água, que dariam ao local uma ideia relaxante e acolhedora.

Os quatro edifícios de habitação continham 160 apartamentos no total, organizados em volta de quatro pátios centrais. A nível térreo desenvolvia-se o comércio, e habitação nos níveis superiores. A cobertura seria ocupada por restaurantes, cafés, esplanadas e alguns duplexes.

Em termos urbanos, a intervenção prolonga-se sobre o lugar. O acesso seria feito por pequenas passagens, e os "materiais minerais, tais como calçada para o pavimento e uma

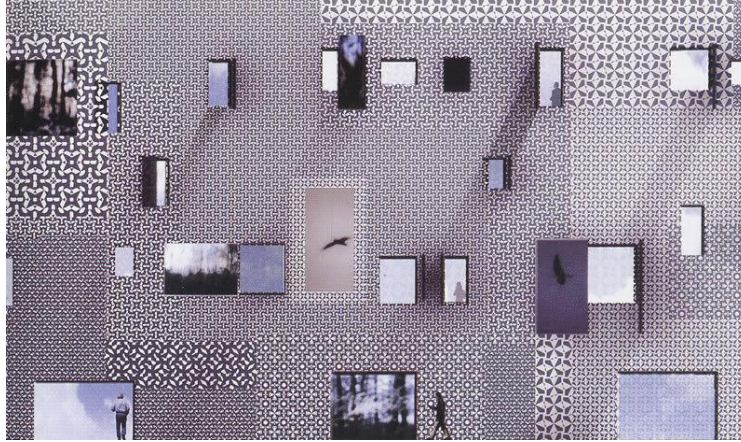


Imagem 52 | Fotomontagem da proposta, in (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005)



Imagem 53 | Fotomontagem com a materialidade da proposta, in (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005)

composição de azulejos reinventada nas paredes das ruas pedonais." (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005 p. 32)

Assim como diferentes organismos utilizados nos pátios geram várias opções de jardim:

Organic materials in the courtyards generate various garden themes. the interior facades of the housing buildings translate different characters for the courtyards, with vegetation, water effects and various materials. Each courtyard has a specific theme, generating its own "micro-climate". A walk through the site gives way to a few surprises. These contrasts, between shadow and light, nostalgia and modernity, noise and quiet, will link the site to the city. (NOUVEL, 2003)

Apesar de já deter licenciamento por parte da autarquia, a mudança de mandato dos órgãos administrativos, levou à suspensão do projecto. Em 2006, a então vereadora do urbanismo Gabriela Seara afirma: "que o projecto Alcântara XXI, tem vindo a seguir um caminho algo complicado e bastante contestado pela oposição." (SARAMAGO, 2006)

Lisboa Utópica

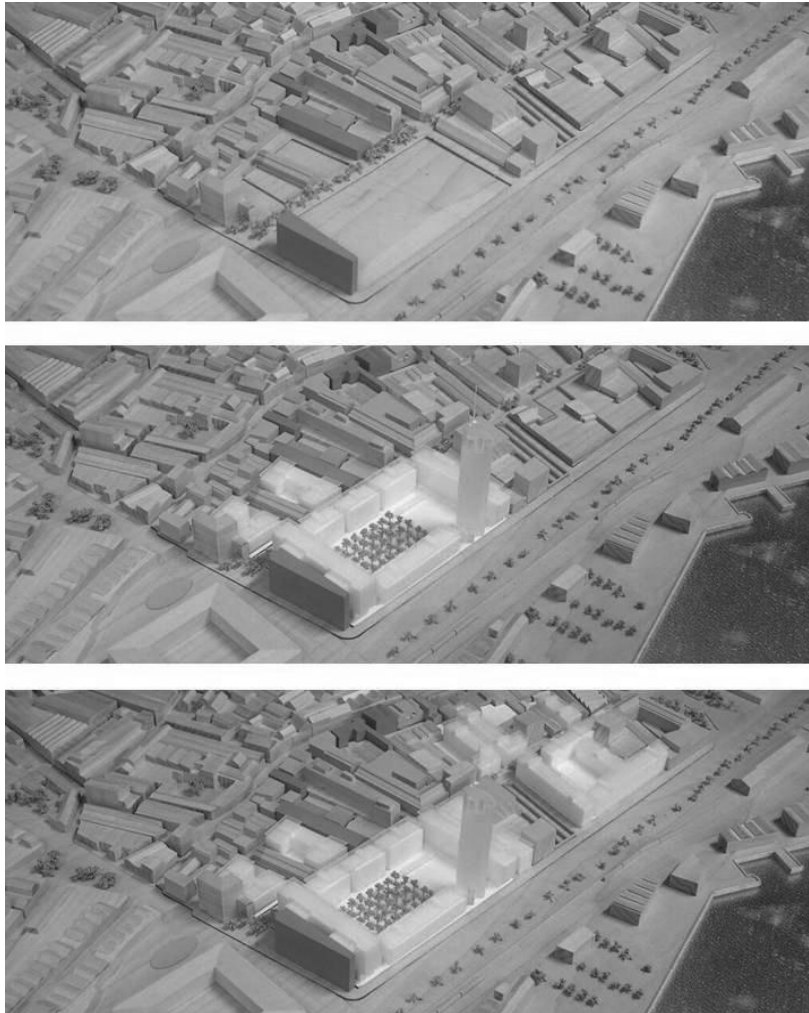


Imagem 54 | Maquetes de terreno com a proposta, Norman Foster, in
<http://www.fosterandpartners.com/Projects/1241/Default.aspx>

Aterro Boa Vista Poente, Norman Foster, 2004/2007

O arquitecto Norman Foster apresentou um projecto para a requalificação de uma área do Aterro na Boa vista (cerca de 50.000 m²), situado entre a Avenida 24 de Julho (largo de Santos) e a rua Luís I, em Lisboa. Podia-se ler numa notícia publicada em 2004: "Este empreendimento terá um investimento de cerca de cem milhões de euros e a obra deverá demorar três ou quatro anos, o que atira para 2008 ou 2009 a sua finalização." (GUILHERME, 2004)

O projecto previa oferecer a zona da Boavista uma torre habitacional com cerca de 110 metros de altura, com oito mil m² de área, implantada em cerca de 300 m². O piso térreo seria destinado a serviços, e o topo a um miradouro. Além da torre, estava também previsto um conjunto de edifícios baixos (de quadro a seis andares) com funções comerciais, habitacionais, culturais e escritórios. Assim como um hotel de dez andares completamente contemporâneo, com cerca de 210 quartos, que usaria os ventos de Lisboa para a produção de energia:

O arquitecto também falou das duas opções que as cidades têm: construir em alta densidade ou em baixa densidade. (...) é mais sustentável quando a construção é feita em alta densidade porque as cidades mais extensas e menos densas consomem mais energia e petróleo. (...) o projecto para a Boavista tenta o equilíbrio entre a altura dos edifícios e a necessidade de espaço público. (GUILHERME, 2004)

Em termos urbanísticos foram projectados cerca de seis mil m² de amplos espaços verdes de uso público, espaços destinados a cultura, entretenimento e lazer, assim como a rua D. Luís I que seria uma avenida arborizada, com circulação rodoviária mas privilegiando o tráfego pedonal e o comércio.

Lisboa Utópica

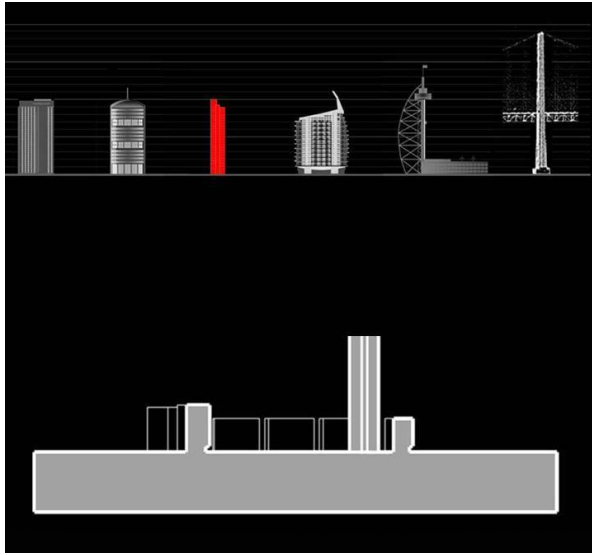


Imagem 55 | Esquemas sobre altura da proposta, in <http://www.skyscrapercity.com/>

Imagem 56 | Fotografia da Maquete, in <http://www.skyscrapercity.com/>



Imagem 57 | Fotomontagem da proposta na panorâmica da cidade, in <http://www.skyscrapercity.com/>

Haveria ainda uma praça rodeada de equipamentos públicos, assim como, a possibilidade da construção de conexões até ao rio através de pontes, além de um parque de estacionamento subterrâneo para 1700 veículos. Assim “o pé do arranha-céu será adornado com uma praça, em torno do qual será construído um "Design District" de galerias, estúdios, salas de exposições, espaço para exposições, um cinema, um auditório, cafés, lojas, bares e restaurantes.”(GUILHERME, 2004) Este projecto do distrito de Design, juntamente com o IADE consolidava uma área com edifícios emblemáticos e criativos, numa procura por um quarteirão cultural. Mas o desejo ainda era chegar mais longe:

“This is the first stage of an incremental phased development and in the longer term the proposals have the potential to re-connect the city to the Rio Tejo even extending into the river as a new marina.”(FOSTER, 2003)

Apesar de muitos entraves e impasses pela parte da autarquia e da opinião pública, o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico) deu luz verde ao projecto, com algumas condicionantes. Achava-se que o projecto iria ser uma marca para o futuro, que ajudava a economia assim como a sua internacionalização.

Sendo que em 2009 surgiram diversas notícias na imprensa, onde o jornal Público lançou como título:

Torre de Foster de Lisboa poderá não sair do papel: O arquitecto britânico Norman Foster recebeu esta quarta-feira o prémio Príncipe das Astúrias em Artes, mas o projecto que tem para Lisboa, uma torre de 27 andares em Santos, ao pé do rio, poderá nunca sair do papel, tal como aconteceu com outros grandes nomes da arquitectura mundial que projectaram a obra para Lisboa.(HENRIQUES, 2009)

Lisboa Utópica



Imagem 58 | Planta de Implantação da proposta, in (RISCO, 2011)



Imagem 59 | Fotografia da Maquete da Proposta, in (RISCO, 2011)

Plano pormenor da Matinha, RISCO, 2005

O Plano Pormenor da Matinha começou a ser produzido em 2003, tendo como cliente a empresa INLAND. Porém, em 2005, foi alterado e foi elaborado um novo plano pelo Atelier RISCO, para um novo cliente, a sociedade GESFIMO (do Grupo Espírito Santo).

Podia-se ler numa notícia de 2008, publicada pelo Jornal de Noticias, as intenções do presidente da CML, António Costa:

Além de uma urbanização, o documento prevê o desmantelamento do viaduto da entrada sul do Parque das Nações, e o prolongamento das zonas pedonais até ao rio Tejo, com a eliminação dos armazéns do Porto de Lisboa e a da linha férrea portuária.(HENRIQUES, et al., 2008)

A área pertence à freguesia de Marvila, limitada a norte pela avenida Marechal Gomes da Costa, a nascente a Via de Cintura do porto de Lisboa, a sul a rua da Matinha e a poente a rua Vale Formoso de Baixo. Uma zona, que ao longo do último século foi ocupada com indústria, armazéns e alguma habitação, e que agora se encontra praticamente devoluta.

A proposta surgiu numa continuação do espaço público que vem do Parque das Nações. O parque urbano que integra três gasómetros existentes, tornaria a ser vivido com novas funções, originando uma estrutura verde hierarquizada, estabelecendo relações com a área construída.

Os elementos principais de valorização ambiental e de caracterização do espaço público são o Parque e o Passeio Ribeirinho. O parque é o elemento referencial da proposta e terá uma relação com o rio como nenhum outro espaço verde em Lisboa.(RISCO, 2011 p. 200)

Lisboa Utópica

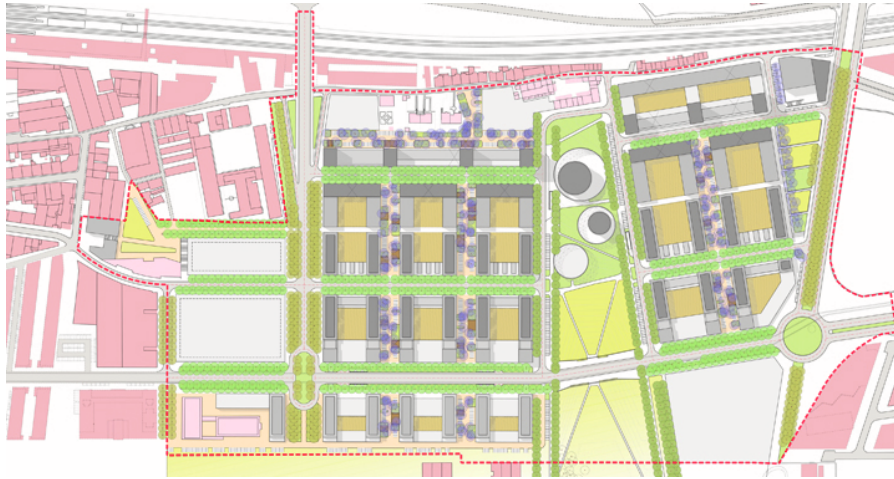


Imagem 60 | Planta de Implantação da proposta, in (RISCO, 2011)



Imagem 61 | Fotografia da Maquete da proposta, in (RISCO, 2011)

Em termos de edificado, “A proposta integra o desenho de quarteirões e torres residenciais, com comércio e serviços, a definição de zonas de equipamentos colectivos e o lote da futura catedral de Lisboa.”(RISCO, 2011). Seriam sete torres residenciais (de 18 ou 19 pisos), onde os arquitectos tentaram tirar o maior partido das vistas, seja através dos pátios, terraços ou varandas. Mais uma vez aqui, a construção em altura surgiu para libertar espaço livre para zonas verdes e espaços públicos tornando o espaço junto ao rio mais permeável, com o objectivo de dar continuidade entre a cidade e o rio.

A nível viário estavam previstas algumas intervenções na área envolvente, em conformidade com a reformulação proposta por Renzo Piano, que previu a continuação de um eixo diagonal de ligação ao projecto dos Jardins do Braço de Prata, a eliminação da rua de Cintura do Porto (entre a praça 25 de Abril e a Avenida Marechal Gomes da Costa). A intervenção ficaria assim servida com os principais eixos viários a nascente-poente, que ligaria ao prolongamento da avenida E.U.A. através da confluência à avenida Marechal António de Spínola, e a via norte-sul composta por uma nova avenida que seria a continuação da Alameda dos Oceanos. Estavam previstos cerca de 1.485 estacionamento automóvel, sendo que 907 à superfície e 578 em parques enterrados.

Foi também proposto uma nova linha de transporte colectivo ferroviário ligeiro (eléctrico) ao longo da faixa ribeirinha unindo a Gare do oriente à Baixa Pombalina. Com isto, o projecto tenta apaziguar o efeito “ilha” do Parque das Nações, na procura de estabelecer uma continuidade entre a zona sul do Parque e a zona histórica da cidade.

Lisboa Utópica



Imagem 62 | Desenho da proposta in (GARCIA, 2009)



Imagem 63 | Desenho da proposta in (GARCIA, 2009)

Plataforma-Tejo, Pedro Ressano Garcia, 2005

Em 2005, na sequência da tese de Mestrado do Arquitecto Pedro Ressano Garcia surge um projecto denominado "Plataforma Tejo- O regresso ao rio", mais que um simples projecto para a faixa ribeirinha da cidade de Lisboa, é um conceito inovador: "Que aceita a presente situação tal como ela existe, respeitando os esforços das anteriores gerações e contribuindo para a melhoria do lugar." (GARCIA, 2009 p. 133)

Ora o projecto não se enquadra neste entendimento do desenho urbano porque funde várias disciplinas e sublinha que a regeneração urbana da frente portuária está centrada em três pontos fundamentais: na barreira existente, no espaço público e na transformação da superfície do aterro portuário no qual a cidade reclama a "Orla" (...)(GARCIA, 2009 p. 133)

Com o objectivo de ultrapassar as barreiras ferroviárias e rodoviárias existentes nas cidades portuárias, mas sem afectar o seu funcionamento, conseguiria a criação de um espaço público contemporâneo com as mais diversas funções, que finalmente chega à beira-rio:

Tem como meta final potenciar as oportunidades da zona, e não de as destruir, na tentativa de um consenso entre o porto e o resto da cidade: " Se a razão de ser da cidade é o porto, os dois cresceram juntos e dependem um do outro. O coração da cidade está no tecido urbano histórico e o porto é o seu pulmão." (GARCIA, 2009 p. 138)

O projecto situa-se entre o Jardim 9 de Abril e o porto, onde as escadas existentes se manteriam intactas, dialogando com a nova intervenção. O projecto geraria cerca de 7764 m² de espaços destinados ao comércio e a serviços ligados às

Lisboa Utópica



Imagem 64 | Fotomontagem da proposta, in (GARCIA, 2009)



Imagem 65 | Fotomontagem da proposta, in (GARCIA, 2009)

instituições existentes, tais como o Museu nacional de Arte Antiga, assim como o novo terminal de Cruzeiros. A cobertura do edifício seria habitável, oferecendo à cidade cerca de 11.500 m² de parque urbano, vários espaços públicos que teriam diferentes vocações.

Assim, este projecto da Plataforma Tejo reconfiguraria o território com a ligação ao porto de Lisboa, a travessia sobre a linha ferroviária e a Avenida surgiria através de uma passagem aérea e de um percurso sobre uma rampa, onde por baixo "há milhares de metros quadrados com pé-direito generoso e boa exposição solar"(GARCIA, 2009 p. 7)

Sem descuidar as necessidades do Porto e das actividades marítimas-portuárias, este projecto tenta resolver os actuais problemas da cidade, oferecendo novas valências em espaços hoje em desuso, procurando ao mesmo tempo, um diálogo entre a antiga Lisboa com as intervenções contemporâneas. Pancho Guedes afirma: "A concretização do projecto depende do Município e A.D.P.L. Mas se não for implementado, perde a cidade, o porto de Lisboa e o utilizador que somos todos nós."(GARCIA, 2009 p. 7)



Imagem 66 | Desenhos da proposta, in <http://luisrodrigues.abusearchitecture.com/trab6.html>



Imagem 67 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.skyscrapercity.com/>

Torre Azata, Ricardo Bofill, 2006

Em 2006, surgiu um projecto do arquitecto Ricardo Bofill, para a porta sul do Parque das Nações. Uma torre de escritórios com 23 pisos (90 metros de altura), feita em parceria com Maria José Freitas e Ramon Collado, tendo como promotor a AZATA, S.A. O projecto contava com uma área de intervenção cerca de 19.772 m². No jornal Público, nesse mesmo ano lia-se:

Dois projectos urbanísticos polémicos receberam ontem luz verde por parte da Câmara Municipal de Lisboa. (...) [o executivo] aprovou um projecto de loteamento no Saldanha e a construção de uma torre de 23 andares no Parque das Nações da autoria do arquitecto espanhol Ricardo Bofill. (PRELHAZ, 2008)

A proposta da torre inspirava-se na natureza do local, Cabo Ruivo, assumindo a forma de uma rocha de granito, com o objectivo de ser um marco importante da imagem de Lisboa. Além dos 23 pisos, existiria ainda um edifício de um piso só destinado a comércio e espaços públicos de lazer em toda a envolvente da torre. Para apoiar a edificação o projecto contava também com 133 lugares de estacionamento público e 476 privados.

O projecto surgiria numa zona consolidada, bem servida de rede viária e muito em contacto com o Plano de Pormenor da Matinha, fazendo parte de um dos limites desse plano.

Porém, em 2008, lia-se numa notícia:

Considerando que o edifício terá um impacto visual muito forte, Helena Roseta defendeu que nenhum projecto daquela envergadura deveria ser avalizado sem ser submetido a discussão pública. (PRELHAZ, 2008)

Lisboa Utópica

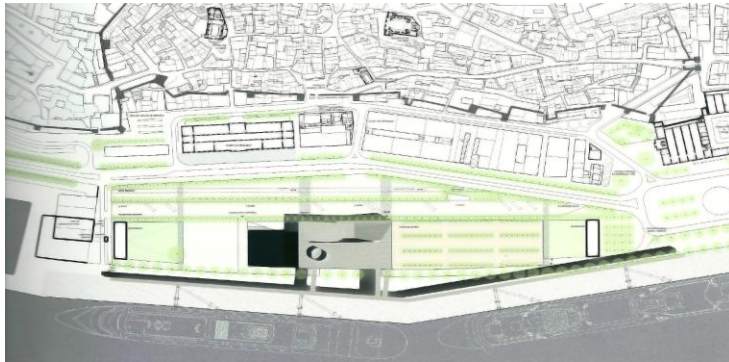


Imagem 68 | Planta de implantação da Proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)



Imagem 69 | Fotomontagem da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)

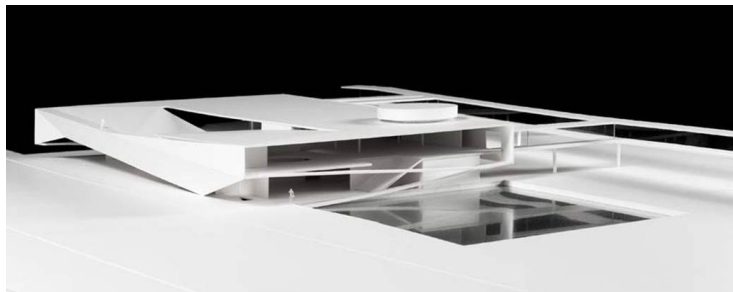


Imagem 70 | Fotografia da Maquete da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)

Terminal de Cruzeiros de Lisboa, Carrilho da Graça, 2009

Em Setembro de 2009, foi lançado um concurso público internacional para o novo Terminal de Cruzeiros de Lisboa, que inicialmente previa para a zona de Santa Apolónia uma gare marítima, um hotel, uma área de escritórios, zonas comerciais e estacionamento, numa parceria entre a autarquia, a Ordem dos arquitectos e a APL (Administração do Porto de Lisboa). Porém só o terminal de cruzeiros foi verdadeiramente a concurso. Das 37 propostas participantes, a que ganhou foi a do arquitecto Luís Carrilho da Graça, onde: "A criação do novo terminal De cruzeiros de Lisboa oferece uma oportunidade rara de questionar e repensar a relação vivencial e urbana entre a cidade de Lisboa e o rio Tejo." (Administração do Porto de Lisboa, 2010 p. 48)

O projecto localizava-se na zona de Santa Apolónia, com uma área total de construção de 7790 m², estimando o seu valor de investimento global em mais de 25,5 milhões de euros. A proposta definia-se num edifício volumetricamente compacto e delicado, de tamanho contido, que o aproximava da escala da envolvente. Com um carácter de pavilhão, surgia um volume que flutuava e fazia o transbordo dos passageiros dos cruzeiros. A sua cobertura seria utilizável, tal como uma praça, sem barreiras para o rio ou para a cidade, como que um palco sobre o Tejo.

A solução é simples e prática, de grande racionalização, tornando o espaço flexível, enquanto o edifício responderia ao programa pedido no concurso, a sua envolvente e parque urbano respondem às necessidades da cidade:

A proposta de um edifício volumetricamente conciso vem responder ao desejo de libertar o espaço envolvente, reclamando-o para uso público, oferecendo à cidade e aos bairros adjacentes um espaço verde com capacidade de comportar diferentes

Lisboa Utópica



Imagem 71 | Fotomontagem da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)



Imagem 72 | Fotomontagens da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)

evocando os boulevards propostos nos séculos XVIII, XIX, e XX.(Administração do Porto de Lisboa, 2010 p. 48)

O arquitecto mantinha a estrutura da doca existente, invocando a sua memória através do vazio, e dos muros de pedra existentes a toda a volta, assim como um anfiteatro exterior com vista para o rio e para a cidade, e um espaço polifuncional, com capacidade de receber diversos eventos, quando não está a ser usado por Cruzeiros.

Em termos urbanísticos o projecto define-se quase como que uma nova morfologia entre a colina de Alfama e o rio Tejo, e os cerca de 80 lugares de estacionamento estão disfarçados: "A acomodação dos transportes procura ser simples e flexível, entre os alinhamentos de árvores, recorrendo a extensas faixas pavimentadas integradas no parque e recusando o carácter rodoviário no desenho e da definição do espaço."(Administração do Porto de Lisboa, 2010 p. 48)

O projecto saiu vencedor do concurso por ter as qualidades necessárias para ser executado, estando prevista a sua conclusão em 2013, porém, hoje, continuamos sem sequer vê-lo a começar. Trata-se de um investimento estratégico e necessário no sector do mercado marítimo, onde Lisboa tem claras vantagens competitivas.

Lisboa Utópica



Imagem 73 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.amandalevetearchitects.com/portfolio/edp-cultural-centre/?nofade=1>



Imagem 74 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.amandalevetearchitects.com/portfolio/edp-cultural-centre/?nofade=1>

Museu EDP, Amanda Leveté, 2010

Em 2010 surgiu a proposta da arquitecta Amanda Leveté para o edifício a fundação EDP e Museu da Electricidade. Este projecto deveria situar-se em Belém, onde hoje em dia existem antigos armazéns. Estava previsto estar concluído em 2013. Lia-se numa notícia publicada pelo jornal Público:

"A distribuidora portuguesa de electricidade vai construir um novo centro cultural ao lado do Museu da Electricidade, um projecto de 19 milhões de euros, assinado pela arquitecta britânica Amanda Leveté e apresentado ontem pelo presidente da EDP, António Mexia."(BRANCO, 20011)

Situado mesmo à beira Tejo este projecto tinha características muito próprias. O edifício surgia como uma onda ou uma concha, demonstrando fluidez, permeabilidade e abertura. A estrutura teria 14 metros de altura e 150 metros de frente, sendo que a área de construção seria cerca de 4000 m², e o pé-direito seria o maior de todos os espaços museológicos da cidade de Lisboa.

O programa tinha como objectivo continuar a cumprir com todas as funções dos actuais edifícios, e acrescentar uma área de exposição com cerca de 1600 m², um café e uma loja. Como que um centro para artes, o edifício assume-se como um polo cultural aberto, que surge de um conjunto de galerias e infraestruturas subterrâneas:

O centro funcionará no eixo cultural onde está o Centro Cultural de Belém (CCB) e o futuro Museu dos Coches, classificando o sítio como "privilegiado e único": o Tejo será utilizado como uma "propriedade intrínseca" do edifício (...)(BRANCO, 20011)

Lisboa Utópica



Imagem 75 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.afaconsult.com/>



Imagem 76 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.afaconsult.com/>

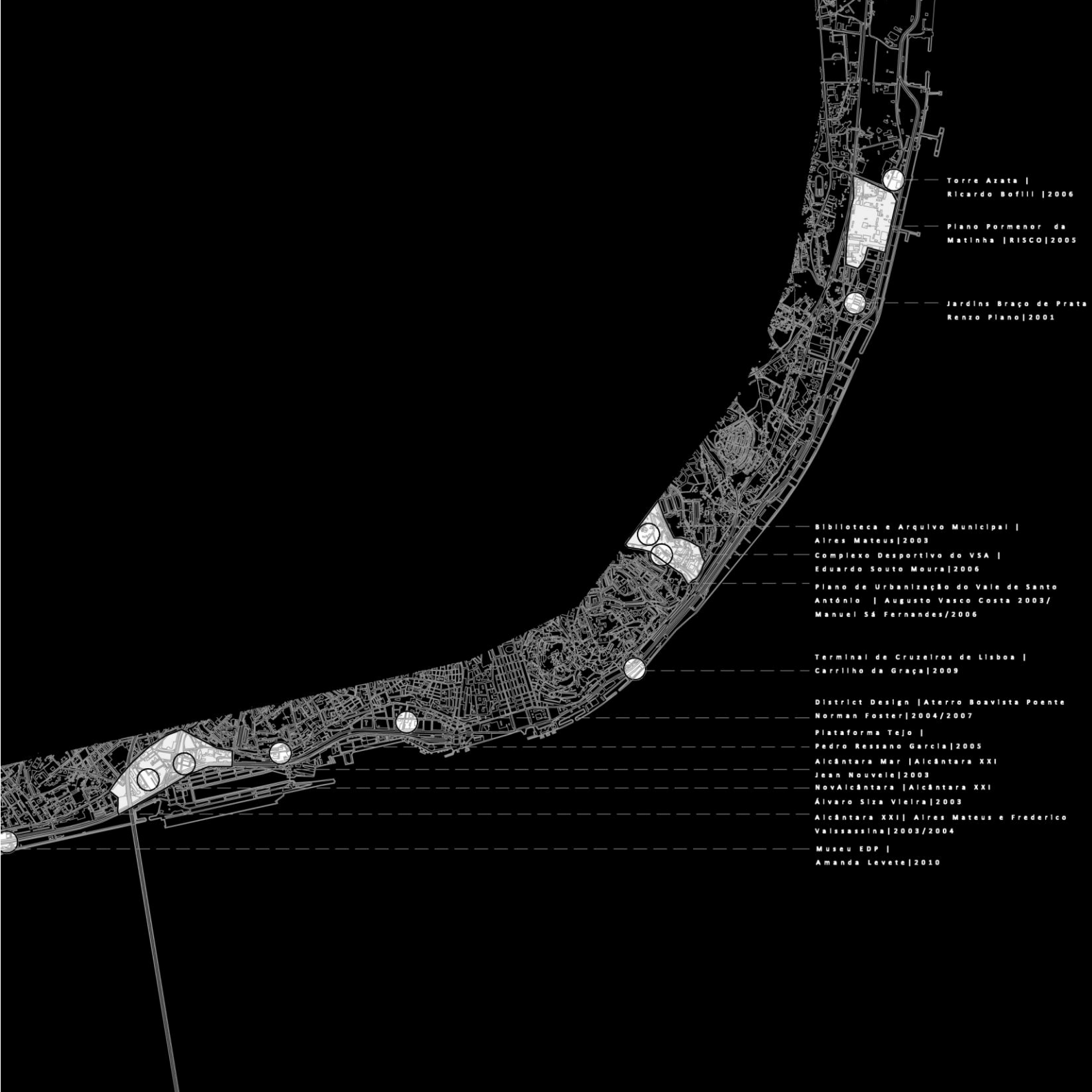


Imagem 77 | Fotomontagem da proposta, in <http://www.afaconsult.com/>

Com um anfiteatro de 210 lugares aberto para o Tejo, e a sua cobertura habitável, oferecia vistas panorâmicas únicas sobre o rio, a zona da Ajuda e Belém. Era um projecto que procurava responder a todo o tipo de espaços públicos necessários para a requalificação daquela parte da faixa ribeirinha de Lisboa, representando a herança de Lisboa numa reinterpretação da calçada portuguesa, com o objectivo de diluir a materialidade já existente no local com o novo espaço público.

É considerado um edifício para o lazer e cultura, que desafia os seus próprios limites, bem como do espaço público. Um gesto simples, que cria uma forma topográfica que se confunde com a paisagem na procura de uma relação fluida entre exterior e interior, uma vez que desce para o rio Tejo, onde a sua maré cheia cobre os degraus. Isto proporcionaria um espaço em constante mutação que se relacionava directamente com a água, as correntes e os seus reflexos. E estes jogariam com a fachada, reproduzindo diversos efeitos de luz inesperados, tanto interiormente como exteriormente.

O IGESPAR aprovou o projecto, afirmando que não é um obstáculo entre o rio e a cidade, tendo uma altura inferior à dos armazéns existentes, e que as pessoas poderão caminhar sobre a sua cobertura. Porém outras entidades e a própria opinião pública são contra a construção deste projecto.



Torre Azata |
Ricardo Bofill | 2006

Plano Pormenor da
Matinha | RISCO | 2005

Jardins Braço de Prata
Renzo Piano | 2001

Biblioteca e Arquivo Municipal |
Alres Mateus | 2003

Complexo Desportivo do VSA |
Eduardo Souto Moura | 2006

Plano de Urbanização do Vale de Santo
António | Augusto Vasco Costa 2003/
Manuel Sá Fernandes / 2006

Terminal de Cruzeiros de Lisboa |
Carrilho da Graça | 2009

District Design | Aterro Boavista Poente
Norman Foster | 2004/2007

Plataforma Tejo |
Pedro Resano Garcia | 2005

Alcântara Mar | Alcântara XXI
Jean Nouvel | 2003

NovAlcântara | Alcântara XXI
Álvaro Siza Vieira | 2003

Alcântara XXI | Alres Mateus e Frederico
Valssassina | 2003/2004

Museu EDP |
Amanda Levete | 2010

Ao começarmos esta dissertação com a análise de uma obra literária, que de alguma forma caracterizava os casos de estudo, achamos por bem, terminar com a análise de uma outra obra, muito importante para todos os arquitectos contemporâneos: “Cidades Invisíveis”, de Ítalo Calvino (1923-1985), publicada em 1972.

As cidades como sonhos: todo o imaginável pode ser sonhado mas também o sonho mais inesperado é um enigma que oculta um desejo, ou o seu contrário, um terror. As cidades como sonhos são construídas de desejos e de medos.(CALVINO, 1972/2006 p. 46)

Neste livro, o autor descreve, à semelhança de Thomas More, cerca de 55 cidades, num diálogo entre o comerciante genovês Marco Polo e o imperador mongol Kublai Khan, passado no século XIII.

As cidades descritas dividem-se em 11 temas: As cidades e a memória; As cidades e o desejo; As cidades e os sinais; As cidades subtis; As cidades e as trocas; As cidades e os olhos; As cidades e o nome; As cidades e os mortos; As cidades e o céu; As cidades contínuas; e por fim, As cidades ocultas. Cremos que o autor já nos dá imensas pistas de como interpreta uma cidade, quando lhe atribui o tema. Ou seja, na nossa opinião, a própria categoria onde se encontra a cidade descrita, já é por ela própria uma primeira caracterização, uma metáfora para a grande panóplia da existência humana, dividindo-a por “etapas”: medos, viagens, sonhos, vida, morte, etc.

Todas as cidades têm nome de mulheres, sendo a sua descrição feita através de diferentes abordagens às várias funções urbanas. A grande chave é a “cidade”

que, através das fantásticas descrições do autor, nos colocam a imaginar e a ponderar sobre a relação que nós, habitantes, temos com o espaço e ambiente envolvente. Mesmo que não sejam reais, essas cidades invisíveis coexistem na nossa memória, na história e fundamentalmente, na cabeça e imaginação de cada pessoa singular.

É um claro exemplo da literatura a inspirar-se na urbanidade, o autor "aprende" com os dilemas urbanos, e interpreta-os relacionando-os com a própria humanidade. Vai construindo diferentes significados para a cidade, e apresenta-a como cenário das acções, e ao mesmo tempo, como protagonista. Cremos que o seu objectivo é demonstrar, metaforicamente, a diferença entre olhar para a cidade do alto; em planta ou de um avião; ou vagueando pelas suas ruas. Vivendo-a.

Defendemos que o autor aborda deste modo as cidades à medida que nos aproximamos ou afastamos das mesmas, para poder compreendê-la, pois surge sempre uma nova visão e situação. A cidade transforma-se a cada olhar, a cada pessoa, ou a cada momento, por isso não devemos encarar os espaços urbanos e as suas relações envolventes como sendo totalmente apreendidos num género de "pesquisa urbana", ou uma "teoria exacta". E são estas várias possibilidades que Calvino nos oferece, como das maiores ferramentas para a compreensão urbana da cidade enquanto organismo social colectivo.

A maior diferença é que se por um lado Thomas More defende que as suas cidades e sociedade seriam todas iguais, e que assim chegaria à plenitude e ao ideal, Calvino aceita as diferenças entre cidades e sociedades e tira partido delas para expor as suas ideias. Nas imensas cidades do autor, até os materiais mudam de cidade para cidade, enquanto na ilha de Utopia as cidades seriam exactamente iguais.

As sensações descritas pelo autor expressam profundas reflexões sobre as cidades, e é através de descrições como essas, que podemos sonhar e lutar pela “cidade ideal”. Nem que seja em sonhos.

São formas que a cidade poderia haver tomado se não se tivesse tornado, por uma razão ou por outra, como hoje a vemos. Em todas as épocas alguém, vendo Fedora tal como era, imaginara o modo de fazer dela a cidade ideal, mas quando construía o seu modelo em miniatura já Fedora não era a mesma de antes. (CALVINO, 1972/2006 p. 35)

Será Calvino também um “Utópico” que descreve cidades imaginárias, ou apenas um habitante de uma cidade, que revê em muitas outras, memórias da sua própria cidade? No fundo podemos concluir que os projectos “utópicos”, para além de serem um desejo de mudança, de crítica ao existente, complementam-se com a busca de uma imagem de cidade ideal própria, criada por recordações ou memórias outrora já vistas e desejadas.

Então, e Lisboa?

Podemos concluir que o maior desejo, comum a quase todas as propostas analisadas, seria a possibilidade de chegar mais próximo do rio Tejo. Este desejo tomou várias formas e imagens, influenciadas pela época e contexto em que surgiram. No seu contexto foram denominados de Utopia, mas com o desenvolvimento do trabalho, podemos afirmar que só “teoricamente” podem ser denominados utópicos, pois em termos materiais, era possível a sua concretização. A sociedade da época é que não estava preparada para eles. Foram utópicos pois, o seu conceito detinha um desejo de mudança, uma crítica à cidade que existia, e uma busca de imagem ideal já vista.

Se num primeiro momento esse desejo tomava a forma horizontal, de espaço público ou jardim à beira rio, mais tarde transformou-se em algo vertical que libertava à mesma, horizontalmente, o tal jardim. O desejo deixou de passar a ser apenas um vazio com funções públicas estrategicamente colocado perto do rio, mas passou a albergar funções programáticas, de alguma forma concentradas em edifícios, procurando libertar o espaço público em redor.

Assim, desde o séc. XVI, quando D. Manuel se muda para o Terreiro do Paço, até à EXPO98, a grande idealização para a cidade de Lisboa seria um grande Boulevard à beira Tejo. Um passeio público, espaço de lazer e contemplação, que daria a Lisboa uma avenida ribeirinha arborizada, equilibrada, e que harmonizasse a sua imagem vista de sul.

Com a realização da EXPO98, esse desejo foi de alguma forma cumprido. Podemos afirmar, que no seu todo, na relação com o resto da cidade, haverá ainda questões por resolver, mas como intervenção urbana propriamente dita, foi dado aos lisboetas um pedaço de rio, com as funções que há tanto aclamavam. Podemos considerar assim, este momento da história da cidade como um ponto de charneira da relação da cidade com o rio. São aceites intervenções mais contemporâneas, assim como se começa a olhar para as frentes de água, e a perceber que é possível conciliar, à beira rio, diversas funções.

A grande importância e influência das frentes de água numa cidade, no contexto actual, justifica todo o estudo sobre as intenções e propostas para as áreas junto da linha de água. Como vimos, a relação da cidade de Lisboa com o rio é mais do que simples intervenções sobre as áreas ao longo da costa, a sua relação com a restante cidade também é um factor importante. O espaço público ganha um papel

dominante, que deveria estar bem articulado com toda uma cidade já existente. Como é exemplo o projecto do arquitecto Pedro Ressano Garcia, em que a intervenção “nasce” na cidade, mais atrás, e estende-se até ao rio, criando ao mesmo tempo espaços programáticos e de lazer. A proposta não se cinge a estar à beira-rio, mas articula-se com a cidade antiga, “nasce” na envolvente.

Desde modo, cada um dos projectos analisados foi elaborado na persecução da melhor resposta de espaço público para o seu local de intervenção, assim como uma coerente imagem que unificasse todos os factores em causa. Essa procura não implica que o resultado fossem espaços totalmente vazios à beira da água, até porque o movimento, as vivências, e as características do porto de Lisboa fazem parte da história dessa área há muito tempo. Haveria que se encontrar uma harmonia entre os elementos do sistema portuário com os espaços de lazer. A presença portuária não impede o usufruto da frente de água, até porque tirar partido dessa mesma frente, não requer uma substituição de antigos tecidos urbanos por novos espaços públicos. O seu usufruto não implica ter uma faixa totalmente desocupada.

Estas duas vertentes, a funcional e a de lazer, fazem parte das frentes de água da cidade de Lisboa, e ambas devem ser assumidas. Dever-se-á encontrar forma de harmonizar a presença marítima e portuária com os espaços abertos para os cidadãos, como na nossa opinião, o arquitecto Carrilho da Graça consegue com sucesso na proposta para o terminal de cruzeiros de Lisboa. Pois concebe um edifício com uma determinada função portuária, mas na sua envolvente e no próprio edifício, quando esta não está em uso, o espaço pode ser vivido de igual forma.

Achamos que a integração da própria cidade na frente de água passa por integra-la no território não só fisicamente, mas também visualmente. Não estamos a

defender que se construa todos os espaços vazios à beira rio, mas soluções como a dos arquitectos Aires Mateus, com a Biblioteca e Arquivo Municipal, eram um caminho a seguir, pois apesar de estar implantado longe do rio, tira o maior proveito de todos os pontos de vista.

Haver um diálogo coerente entre as próprias intervenções urbanas e as intervenções de conjunto. Cada cidade deve encontrar a solução face aos seus problemas, e cada uma tem o seu potencial próprio que muitas vezes é encontrado na sua origem, no seu processo evolutivo e nos factores de desenvolvimento ou decadência das zonas em intervenção.

Algumas das propostas enveredaram por um caminho “pouco convencional” para a cidade de Lisboa, no sentido de ser uma tipologia de construção diferente da que existe na orla ribeirinha. Devido a esse factor, muitos desses planos foram reprovados pelas autoridades e até mesmo pelos próprios habitantes da cidade. Mas será que Lisboa tem que continuar a ser a “tradicional cidade de casinhas” à beira rio, ou poderá tornar-se numa cidade à semelhança de outras grandes frentes de água?

A cidade genérica está a passar da horizontalidade para a verticalidade. O arranha-céus parece ser a tipologia final e definitiva. (...) As torres já não estão juntas: separam-se de modo a que não interajam. A densidade isolada é o ideal. (KOOLHAAS, 2010 p. 43)

A verdade é que foram “deitados fora” projectos com imenso potencial, de arquitectos de renome, tanto a nível nacional como internacional, por não se querer estragar a identidade da cidade. Arranha-céus moderados, com um espaço público na sua base certamente daria à cidade uma imagem muito menos monótona. Então, concordamos que as propostas do arquitecto Álvaro Siza Vieira e Norman Foster, eram

uma boa solução para aqueles terrenos. Torres algo estreitas, que libertavam o máximo de espaço público à sua volta.

Concluída a investigação estamos em posição de afirmar que a silhueta da cidade de Lisboa seria muito diferente se estes últimos projectos, propostos desde 2000, tivessem sido executados. Pensamos que as maiores razões, de muitos deles, não terem avançado terá sido a discordância entre as entidades administrativas dos terrenos à beira-rio; a falta de capital para um financiamento a longo prazo; assim como, em alguns casos, a diferente linguagem proposta pelos arquitectos para uma inovação na forma de construir cidade.

Concluímos que com o avançar dos tempos, da tecnologia, e da própria cidade, as últimas propostas não poderão ser dominadas de "utópicas" no seu sentido lato, pois todas elas são possíveis de construir, mas sim, com base na posição de crítica e mudança face à cidade existente. Utópica seria a Lisboa que desses projectos teria resultado. Se tivessem sido construídos.

Não é nestas duas espécies que faz sentido dividir a cidade [felizes ou infelizes], mas noutras duas: as que continuam através dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos ou conseguem aniquilar a cidade ou são eles aniquilados.(CALVINO, 1972/2006 p. 38)

É importante realçar que, para além dos dados históricos conhecidos sobre a evolução e desenvolvimento da cidade de Lisboa, existe todo um capital de projectos e desejos para a cidade que também fazem parte da sua história. Projectos de diversos autores que, de alguma maneira também influenciaram o que é hoje a cidade. Existe todo um espólio por descobrir que, infelizmente, neste trabalho não foi possível levar mais longe, e que demonstra as ideias para a cidade de Lisboa, na

esperança de encontrar a "sua Lisboa ideal", feita de recordações, montagens, sobreposições ou de colagens, já vistas numa outra cidade, ou em sonhos. Assim, como a Veneza de Ítalo Calvino.

Enquanto estudante de arquitectura, tal como todos os meus colegas de curso, somos sonhadores, que nos "encaixamos" nesse vasto leque de pessoas que desejam e formulam, seja em Lisboa ou noutra cidade qualquer, projectos académicos, que por causa do seu contexto e motivação, nunca vão ser construídos.

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1 Orto foto produzida pela autora da tese. Relação da cidade de Lisboa, da sua frente ribeirinha, com o rio Tejo.	2
Imagem 2 Mapa da possível ilha de Utopia de Abraham Ortelius, 1590, in http://www.orteliusmaps.com/book/ort234.html	14
Imagem 3 Lisboa quinhentista. Duarte Galvão, na Crónica d'el Rei.....	22
Imagem 4 O Paço da Ribeira no tempo de D. João III segundo G. Braun por Júlio de Castilho 1892, do livro <i>A Ribeira de Lisboa</i> , disponível em: http://doportoenaoso.blogspot.pt/2012_03_01_archive.html	24
Imagem 5 O Paço da Ribeira desde a dominação filipina segundo Domingos Vieira Serrão, por Júlio de Castilho 1892 no livro <i>A Ribeira de Lisboa</i> , disponível em: http://doportoenaoso.blogspot.pt/2012_03_01_archive.html	24
Imagem 6 Gravura de Lisboa, disponível no arquivo Municipal.....	26
Imagem 7 "Pensiere para um farol monumental no porto de Lisboa", de Filipe Juvarra, 1719, in (ROSSA, 2002)	28
Imagem 8 Esboço de Filipe Juvarra para o rei D. João V, in (GARCIA, 2009)	28
Imagem 9 " Explicação do Caes novo entre 1733-1763" de Carlos Mardel, in (GARCIA, 2009) ..	30
Imagem 10 Pormenor da Planta (1733-63) de Carlos Mardel, in (GARCIA, 2009)	30
Imagem 11 Pormenor da Planta de Carlos Mardel reproduzido por Adolpho Loureiro, 1907, in (GARCIA, 2009)	30
Imagem 12 Texto escrito numa fachada de uma habitação no bairro da Mouraria, Lisboa.	32
Imagem 13 Planta de Lisboa, de Tavares Pereira, disponível em: http://purl.pt/3846/BND	34
Imagem 14 Planta geral do estudo de Thomé de Gamong, 1870, in (BARATA, 2010), versão virtual.	36
Imagem 15 Planta do Bairro Marítimo, de Thomé de Gamond, 1870, in (GARCIA, 2009)	36
Imagem 16 Fotografia de Nuno Miranda, modificada pela autora da tese. Uma vista de Lisboa, do desejo de como a cidade deveria ser vista do rio. Um extenso boulevard à beira-rio, para tornar Lisboa numa "bela" porta de chegada de todo o mundo.	40
Imagem 17 Desenho da "Lisboa Monumental" de Fialho de Almeida, in (DIAS, 2001)	46
Imagem 18 Notícia sobre Ventura Terra, no periódico "Ilustração Portuguesa", in: http://diasquevoam.blogspot.pt/2007/04/era-uma-vez-santos.html	48
Imagem 19 "Lisboa Futura", troço da avenida de Santos ao Caes do Sodré, por Ventura Terra, 1910, in (GARCIA, 2009)	50
Imagem 20 Imagens da proposta de J.C. Forrestier, de 1927, in (BARATA, 2010)	52
Imagem 21 Estrada marginal Lisboa-Estoril, Fotografia Produzida durante a actividade do Estúdio Horácio Novais, 1930-1980, in http://www.flickr.com/photos/biblarte/4919624010/in/faves-nmorao/	54
Imagem 22 Esboço Esboço da Travessia sobre o Tejo, de Fialho de Almeida, in (DIAS, 2001)	56

Imagem 23 Inauguração da Ponte 25 de Abril vista de Almada, in Arquivo do Diário de Notícias, 6 de Agosto de 1966	56
Imagem 24 Capa do Livro do Concurso de Ideias, in (Associação de Arquitectos Portugueses, 1988)	58
Imagem 25 Esquços da proposta de Pedro Botelho, in http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/002/artigo.php?ml=6&x=b7a11pt.xml	60
Imagem 26 Fotografia da zona da EXPO, no início das obras, disponível em: http://www.skyscrapercity.com/	62
Imagem 27 Mapa geral da reconversão feita na zona oriental, actualmente designado Parque das Nações. Lisboa, 2011, in (SANTOS, 2011)	62
Imagem 28 O Desejo concretizado: Jardim à beira Tejo, imagem disponível em: http://tomaracidade.blogspot.pt/	65
Imagem 29 Planta de Implantação, "Jardins Braço de Prata", Renzo Piano, in http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm	72
Imagem 30 Fotomontagem da proposta, in http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm	72
Imagem 31 Foto da maquete da Proposta, in http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm	74
Imagem 32 Fotografia da Maquete da Proposta, in http://www.jardinsdebracodeprata.com/portfolio.htm	74
Imagem 33 Fotografia da Maquete do Plano de Urbanização do Vale de Santo António, da autoria de Augusto Vasco Costa,	76
Imagem 34 Fotografia da Maquete da proposta do Arquitecto Manuel Fernandes de Sá, 2006, in	78
Imagem 35 Fotografia das Fundações da Proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus.....	80
Imagem 36 Fotografia da Maquete da Proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus	80
Imagem 37 Fotomontagem interior da proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus, 2011	82
Imagem 38 Desenhos de corte da proposta, gentilmente cedida pelo Atelier Aires Mateus, 2011	82
Imagem 39 Esquicho da proposta, Eduardo Souto Moura, gentilmente cedida pelo Atelier do próprio, 2012.....	84
Imagem 40 Cortes da proposta, gentilmente cedidos pelo Atelier do Arq. E. Souto de Moura, 2012.....	84
Imagem 41 Planta Cobertura da proposta, gentilmente cedida pelo Atelier do Arq. E. Souto de Moura	86
Imagem 42 Fotografia da Maquete da Proposta, gentilmente cedida pelo Atelier do Arq. E. Souto de Moura	86

Imagem 43 Planta da zona de intervenção, demolições e novos edifícios, Aires Mateus e Frederico Valsassina, in http://fvarq.com/	88
Imagem 44 Fotografias da Maquete da Proposta, in http://fvarq.com/	90
Imagem 45 Fotografia da proposta da autoria de Manuel Fernandes Sá, in http://www.skyscrapercity.com	92
Imagem 46 Fotografia da Maquete da proposta, in http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara	94
Imagem 47 Fotomontagem da proposta vista da ponte 25 de abril, in http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara	94
Imagem 48 Fotomontagem da proposta, in http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara	96
Imagem 49 Fotografia da Maquete da proposta, in http://www.carloscastanheira.pt/pt/arquitectura/parcerias/master-plan-e-towers-for-alcantara	96
Imagem 50 Localização da proposta "Alcântara-Mar" Jean Nouvel, in (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005)	98
Imagem 51 Corte da proposta, in http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html	98
Imagem 52 Fotomontagem da proposta, in (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005)	100
Imagem 53 Fotomontagem com a materialidade da proposta, in (ARQ./A : Arquitectura e Arte nº31, 2005)	100
Imagem 54 Maquetes de terreno com a proposta, Norman Foster, in http://www.fosterandpartners.com/Projects/1241/Default.aspx	102
Imagem 55 Esquemas sobre altura da proposta, in http://www.skyscrapercity.com/	104
Imagem 56 Fotografia da Maquete, in http://www.skyscrapercity.com/	104
Imagem 57 Fotomontagem da proposta na panorâmica da cidade, in http://www.skyscrapercity.com/	104
Imagem 58 Planta de Implantação da proposta, in (RISCO, 2011)	106
Imagem 59 Fotografia da Maquete da Proposta, in (RISCO, 2011)	106
Imagem 60 Planta de Implantação da proposta, in (RISCO, 2011)	108
Imagem 61 Fotografia da Maquete da proposta, in (RISCO, 2011)	108
Imagem 62 Desenho da proposta in (GARCIA, 2009)	110
Imagem 63 Desenho da proposta in (GARCIA, 2009)	110
Imagem 64 Fotomontagem da proposta, in (GARCIA, 2009)	112
Imagem 65 Fotomontagem da proposta, in (GARCIA, 2009)	112
Imagem 66 Desenhos da proposta, in http://luisrodrigues.abusearchitecture.com/trab6.html	114
Imagem 67 Fotomontagem da proposta, in http://www.skyscrapercity.com/	114

Imagem 68 Planta de implantação da Proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)	116
Imagem 69 Fotomontagem da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)	116
Imagem 70 Fotografia da Maquete da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)	116
Imagem 71 Fotomontagem da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)	118
Imagem 72 Fotomontagens da proposta, in (Administração do Porto de Lisboa, 2010)	118
Imagem 73 Fotomontagem da proposta, in http://www.amandalevetearchitects.com/portfolio/edp-cultural-centre/?nofade=1	120
Imagem 74 Fotomontagem da proposta, in http://www.amandalevetearchitects.com/portfolio/edp-cultural-centre/?nofade=1	120
Imagem 75 Fotomontagem da proposta, in http://www.afaconsult.com/	122
Imagem 76 Fotomontagem da proposta, in http://www.afaconsult.com/	122
Imagem 77 Fotomontagem da proposta, in http://www.afaconsult.com/	122

- A.P.D. 2005. **Carmona quer estádio de Souto Moura**. Jornal Correio da Manhã. [Online] 12 de Setembro de 2005. [Citação: 23 de Maio de 2012.] www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000090-0000-0000-0000-000000000090&contentid=00173894-3333-3333-3333-000000173894#.
- Administração do Porto de Lisboa. 2010. **Terminal de Cruzeiros de Lisboa**. Lisboa : Caleidoscópio, 2010.
- ALVAREZ, Maria de Lurdes Puga. 1999. Ulisses CML. **Boletim Lisboa Urbanismo, nº 6**. [Online] 1999. [Citação: 26 de 05 de 2012.] <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/002/artigo.php?ml=5&x=b6a3pt.xml>.
- ARQ./A : **Arquitectura e Arte nº31**. 2005. Ano VI. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, 2005.
- Associação de Arquitectos Portugueses. 1988. **Lisboa a cidade e o rio: concurso de ideias para a renovação da zona ribeirinha de Lisboa**. Lisboa : Proença, 1988.
- BANHA, Inês. 2010. **Jardins Braço de Prata devolvem rio à cidade sob o signo da luz**. 17 de 12 de 2010.
- BARATA, Ana Martins. 2010. **Lisboa "Caes da europa": realidades, desejos e ficções para a cidade 1860-1930**. Lisboa : Colibri, 2010.
- BRANCO, Luís de Freitas. 2011. **EDP quer fazer centro cultural voltado para o rio Tejo**. *Jornal Público*. [Online] 4 de Abril de 2011. [Citação: 13 de Maio de 2012.] http://www.publico.pt/Local/edp-quer-fazer-centro-cultural-voltado-para-o-rio-tejo_1488233.
- CALVINO, Ítalo. 1972/2006. **Cidades Invisíveis**. Lisboa : Editorial Teorema, tradução José Colaço Barreiros, 1972/2006.
- CASTRO, Ana Rita Martins Ochoa. 2011. **Cidade e Frente de Água: Papel articulador do espaço público**. Barcelona : Dissertação para obtenção de grau de Doutor em Espaço Público e Regeneração Urbana pela Universitat de Barcelona, 2011.
- Catalogo da exposição. 1994. **Lisboa em movimento 1850-1920**. Lisboa : Livros Horizonte, 1994.
- CHOAY, Françoise. 1992. **O Urbanismo, Utopias e realidades**. São Paulo : Editora perspectiva, 1992.
- COROVIL, Inês. 2011. **Biblioteca e Arquivo Municipal**. [entrev.] Inês Viegas. Atelier Aires Mateus, Lisboa : Entrevista concedida ao grupo, 28 de Novembro de 2011.
- COSTA, Augusto Vasco. 2004. **Desghetização da Cidade à escala da rua e da praça**. *Augusto Vasco Costa Arquitectos*. [Online] 2004. [Citação: 15 de 05 de 2012.]

- <http://augustovascocosta.blogspot.pt/2011/04/lisboa-2004-desghetizacao-da-cidade.html>.
- D'ARCO MAGAZINE Nº7. 2009. **Aires Mateus Monografia**. Lisboa : Revista Técnica de Arquitectura, 2009.
- GREGOTI, Vittorio, 1995. **De l'abri à l'utopie**, Milão : in Casabella nº 625, 1995, Casabella nº 625.
- DIAS, Francisco da Silva, 1999. Ulisses CML. **Boletim Lisboa Urbanismo, nº 7**. [Online] 1999. [Citação: 26 de 05 de 2012.] <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/003/002/artigo.php?ml=6&x=b7a11pt.xml>.
- DIAS, Manuel Graça. 2011. **Lisboa Monumental, Arte, Arquitectura e Cidade**. Lisboa : Editor Parceria A. M. Pereira, 2011.
- DIAS, Manuel Graça. 2001. **Passado Lisboa Presente Lisboa Futuro**. Lisboa : Colibri, 2001.
- FERNANDES, José Manuel. 2005. **7 anos de lisboa 1997-2004 (Arquitectura, Património, Urbanismo, Polémicas)**. Lisboa : Livros Horizonte, 2005.
- FERREIRA, Catarina Luísa Teles. 1996. **Planeamento e Utopia: a cidade como utopia estética, novas tipologias de composição urbanística**. Lisboa : Dissertação para obtenção de grau de mestre em planeamento regional e urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
- FOSTER, Norman. 2003. **Boavista, Lisbon**. *Foster And Partners*. [Online] 2003. [Citação: 9 de Maio de 2012.] <http://www.fosterandpartners.com/Projects/1241/Default.aspx>.
- FRANÇA, José Augusto. 1976. **Lisboa Oitocentista: Exposição documental**. Lisboa : Academia Nac. de Belas-Artes: Fund. Calouste Gulbenkian, 1976.
- GARCIA, Pedro Ressano. 2009. **Plataforma Tejo-O Regresso ao Rio**. Lisboa : Fundação Serra Henriques, 2009.
- GOMES, Gilberto. 2009. **Lisboa: a plataforma portuária e as ligações ferroviárias**. Lisboa : s.n., 2009.
- GUILHERME, Tiago. 2004. **Visão de Foster dá primeiro passo**. *Diário de Notícias*. [Online] 07 de Dezembro de 2004. [Citação: 13 de Junho de 2012.] http://www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=591953.
- HENRIQUES, Ana. 2009. **Torre de Foster de Lisboa poderá não sair do papel**. *Jornal Público*. [Online] 20 de Maio de 2009. [Citação: 16 de Março de 2012.] <http://www.publico.pt/Local/torre-de-foster-de-lisboa-podera-nao-sair-do-papel-1381873>.
- HENRIQUES, Paulo e SANCHES, Paula. 2008. **Futuro da Matinha está para breve**. *Jornal de Notícias*. [Online] 23 de Novembro de 2008. [Citação: 16 de 05 de 2012.] http://www.dn.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1136193.

- KOOLHAAS, Rem. 2010. **Três textos sobre a cidade: Grandeza, ou o problema do grande; A cidade Genérica; Espaço-lixo**. Amadora : Gustavo Gili SL, 2010.
- LOUREIRO, Adolpho. 1904,1910. **Os portos marítimos de Portugal e ilhas adjacentes**. Lisboa : Volume III, parte II - Porto de Lisboa e enseada de Cascais, 1904,1910.
- LUSA. 2005. **Reabilitação urbanística de Alcântara deverá arrancar dentro de semanas**. *Jornal Público*. [Online] 29 de Julho de 2005. [Citação: 23 de Abril de 2012.] <http://publico.pt/Local/reabilitacao-urbanistica-de-alcantara-devera-arrancar-dentro-de-semanas-1229457>.
- LUSA. 2003. **Siza Vieira propõe torres mutantes para Alcântara**. *Jornal Público*. [Online] 31 de Outubro de 2003. [Citação: 7 de Maio de 2012.] <http://www.publico.pt/Local/siza-vieira-propoe-torres-mutantes-para-alcantara-1173371>.
- MILHEIRO, Ana Vaz, 2012. **On the waterfront**. *Architecture Today*. [Online] 27 de Fevereiro de 2012. [Citação: 2 de Junho de 2012.] <http://www.architecturetoday.co.uk/?p=21731>.
- MORE, Thomas. 1995. **Utopia**. Mem Martins : Europa-América, 1995.
- MOREIRA, Ana. 2006. **Utopias territoriais do Iluminismo em Portugal**. Coimbra : Dissertação de Mestrado em Arquitectura Especialidade de Teoria e História da Arquitectura Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2006.
- MOURA, Eduardo Souto de. 2006. **Memória Descritiva**. *Notícias da CML*. [Online] Câmara Municipal de Lisboa, 29 de Junho de 2006. [Citação: 17 de Maio de 2012.] <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=34226>.
- NABAIS, António J.C. 1987. **100 anos do porto de Lisboa**. Lisboa : Administração do porto de Lisboa, 1987.
- NOBRE, Pedro Alexandre. 2010. **BELÉM E A EXPOSIÇÃO DO MUNDO PORTUGUÊS: CIDADE, URBANIDADE E PATRIMÓNIO URBANO**. Lisboa : Tese (Mestrado em Património Urbano)- Departamento de Arquitectura, Universidade Nova de Lisboa, 2010.
- NOUVEL, Jean. 2003. **Alcantara Mar Housing**, Lisbon, Portugal. *Ateliers Jean Nouvel*. [Online] 2003. [Citação: 24 de Junho de 2012.] <http://www.jeannouvel.com/english/preloader.html>.
- PIRES, José Cardoso. 1997. **Lisboa livro de bordo: vozes, olhares, memória**. Lisboa : Publicações Dom Quixote, Expo 98, 1997.
- PORTAS, Nuno. 1969. **A Cidade como Arquitectura : Apontamentos de método e crítica**. Lisboa : Livros Horizonte, 1969.
- PORTAS, Nuno. 2005. **Os Tempos das Formas**. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, 2005.

- PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro e CABRAL, João. 2003. **Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias, Oportunidades**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- PRELHAZ, Catarina. 2008. **Câmara de Lisboa aprova torre polémica na Expo e autoriza demolições no Saldanha**. *Jornal Público*. [Online] 15 de Maio de 2008. [Citação: 18 de Junho de 2012.] jornal.publico.pt/pages/section.aspx?id=53288&d=15-05-2008.
- RIBEIRO, Fernanda. 2004. **Torres de Siza Vieira em Alcântara já não vão ser feitas**. *Jornal Público*. [Online] 22 de Dezembro de 2004. [Citação: 13 de Abril de 2012.] www.publico.pt/Local/torres-de-siza-vieira-em-alcantara-ja-nao-vaio-ser-feitas-1211426.
- RISCO. 2011. **Portfolio RISCO 2012: Arquitectura e Desenho Urbano**. Lisboa : Maiadouro, 2011.
- ROSSA, Walter. 2002. A imagem ribeirinha de Lisboa: alegoria de uma estética urbana barroca e instrumento de propaganda para o império (1554 até 1733). **A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo Português**. Coimbra : Almedina, 2002.
- ROSSA, Walter. 1998. **Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa seiscentista**. Lisboa : Ministério da Cultura. Inst. Português do Património Arquitectónico cop., 1998.
- SANTOS, Silvia. 2011. **Espaços Urbanos Expectantes como Oportunidades para a Requalificação**. Lisboa : Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, 2011.
- SARAMAGO, João. 2006. **Polémica Alcântara XXI**. *Jornal Correio da Manhã*. [Online] 26 de Fevereiro de 2006. [Citação: 16 de Abril de 2012.] <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/actualidade/alcantara-xxi-sem-solucao>.
- SEGURADO, Jorge. 1971. **Lisboa no Passado e no Presente**. Lisboa : Excelsior, 1971.
- SOCIEDADE LISBOA 94. 1994. **Lisboa em Movimento 1850-1920: a modernização da cidade entre 1850 e 1920, da regeneração à grande guerra, a transformação do urbanismo, das infraestruturas, dos transportes e serviços, dos espaços sociais e públicos**. Lisboa : Livros Horizonte, 1994.
- VENDA, António Manuel. 2011. **EPUL 40 Anos**. Samora Correia : Peres Soctip Lda, 2011.

ANEXOS

O antes e depois: notícias Sobre as propostas

Jardins Braço de Prata devolvem rio à cidade sob o signo da luz

Arquitecto italiano Renzo Piano vai usar azulejos para 'iluminar' condomínio

Tornar a cidade mais próxima do rio. É este o objectivo do empreendimento Jardins Braço de Prata que vai nascer nos terrenos da antiga Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata e cuja primeira pedra foi lançada ontem à tarde.

O projecto, do arquitecto italiano Renzo Piano, ocupa uma área de nove hectares e pretende "aproveitar a relação que Lisboa tem com a zona ribeirinha", explicou ontem o autor do projecto. Por isso, de todas as construções que vão ser levadas a cabo, Renzo Piano destaca o parque exclusivamente para crianças que vai nascer junto ao rio.

O parque é apenas uma parte do empreendimento que vai surgir nos terrenos da antiga Fábrica de Material de Guerra do Braço de Prata, que terá no máximo 499 fogos dedicados à habitação.

Segundo António Costa, presidente da autarquia lisboeta e que ontem esteve presente na cerimónia de lançamento da primeira pedra, serão cerca de 1500 as pessoas que virão a residir naquele espaço.

Simultaneamente, irão nascer mais de 1300 lugares de estacionamento, 1100 dos quais em silo.

Mas, para Renzo Piano, o mais importante é mesmo o modo como esses habitantes vão poder "gozar" a luz de Lisboa e a água do Tejo. E, perante uma tenda repleta, contou que, por volta das 09.30 de ontem, "estava a passear onde vão nascer os Jardins do Braço de Prata e a apreciar os elementos naturais", quando tentou imaginar todas as pessoas que, ao saírem de manhã de casa para ir trabalhar, poderão usufruir de tudo isso, que diz ser a beleza da capital.

Para tal, contribuirá a cerâmica que irá revestir o exterior dos edifícios que serão construídos. A opção, que decorre do carinho que o arquitecto tem pelos azulejos portugueses, permitirá recrear o jogo de luzes que Renzo Piano diz ser recorrente por toda a cidade.

O projecto dos Jardins Braço de Prata, que terá um custo de 220 milhões de euros, insere-se na requalificação que tem vindo a ser levada a cabo nos 19 quilómetros da frente ribeirinha lisboeta. Neste caso específico, o empreendimento ocorre a par do Plano de Pormenor da Matinha e do Loteamento da Tabaqueira.

O processo para a construção do bairro ribeirinho teve início em 1998, mas só ontem foi lançada a primeira pedra. Para António Costa, 12 anos é "demasiado tempo". "Se queremos competitividade, não podemos fazer como fizemos, não há empresário que suporte os custos

económicos", justificou. Além disso, sustentou, nesta década de espera foram "cem mil os habitantes que deixaram de viver em Lisboa".

Renzo Piano considera que o modelo que está a ser usado na capital para aumentar o número de residentes é o adequado – transformar os "buracos" existentes no interior da cidade em locais de que os residentes podem beneficiar. Os Jardins Braço de Prata são um exemplo disso.

INÊS BANHA publicado a 2010-12-17 às 08:33, in Jornal Diário de Notícias, disponível em:

www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=1737044

Câmara de Lisboa aprova Plano do Vale de Santo António

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, ontem, o Plano de Urbanização do Vale de Santo António (PUVSA), promovido pela EPUL sob responsabilidade de uma equipa liderada pelo arquitecto Manuel Fernandes de Sá. O documento será agora submetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

O Plano do Vale de Santo António prevê um parque urbano de sete hectares de áreas verdes de fruição; um parque multigeracional de dois hectares para actividades lúdicas e de lazer; a transformação da Avenida Mouzinho de Albuquerque numa Alameda; a construção – já em curso – da Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, equipamento da autoria dos arquitectos Manuel Aires Mateus e Alberto de Souza Oliveira, dotado de várias valências culturais e que se ligará a um centro cívico constituído por espaços comerciais onde se incluirão cinemas, health clubs e jogos; e ainda a construção de um complexo desportivo a projectar pelo arquitecto Souto Moura.

O Plano do Vale de Santo António contempla a construção em meia-encosta, respeitando a morfologia do terreno – Lisboa, cidade de colinas –, libertando o vale para áreas verdes. Está prevista a promoção de habitação para jovens e para venda a cooperativas, assegurando-se a integração urbana e social dos habitantes dos edifícios que resultaram dos Programas Especiais de Realojamento, já existentes nesta área.

O desenvolvimento de todo este programa no Vale de Santo António terá um significativo impacto urbano, social e económico, prevendo-se a criação de cerca de 1.500 postos de trabalho directos na construção civil, durante um período de 10 anos, e a fixação de 3.600

postos de trabalho definitivos com a conclusão do empreendimento. Entre população residente e flutuante, são esperadas perto de 20 mil pessoas na zona.

A área total de intervenção da EPUL abrange 45 hectares, estimando-se a construção de cerca de 387 mil metros quadrados de habitação, comércio e serviços e de 108 mil metros quadrados de equipamentos. O investimento total previsto, público e privado, rondará os 600 milhões de euros.

20.07.2006 , in EPUL, disponível em: <http://www.epul.pt/?idc=4&idi=89>

Câmara de Lisboa deita para o lixo plano do Vale de Santo António

A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) deitou recentemente para o lixo o Plano de Urbanização do Vale de Santo António, que tinha encomendado e pago ao arquitecto Vasco Costa e que promoveu mundo fora, em várias feiras imobiliárias. Dois anos perdidos com um projecto que começou por defender para depois rejeitar sem qualquer explicação e o pagamento dos honorários ao arquitecto, indemnização incluída, é o balanço de um processo com vários contornos pouco claros.

Abrangendo uma vasta área de 45 hectares, entre a Penha de França e o rio, a chamada zona do Vale de Santo António deveria vir a acolher nada menos que dez mil novos residentes e 12 mil trabalhadores, de acordo com os planos de Vasco Costa, que começaram a ser divulgados em 2003. Habitação, escritórios, um centro comercial, um estádio, um centro de convenções, uma grande biblioteca e um hotel faziam parte do projecto apresentado pela autarquia e pela empresa municipal em várias feiras imobiliárias internacionais.

No entanto, há cerca de três meses, a EPUL, detida na totalidade pela câmara, rescindiu o contrato que tinha com Augusto Vasco Costa, que havia sido escolhido pelo então presidente do município, Santana Lopes, sem qualquer concurso. À decisão não terão sido alheias as críticas de excesso de densidade de construção e de falta de espaços verdes do projecto, sempre refutadas pelo seu autor.

O projecto foi então entregue ao arquitecto Manuel Fernandes Sá, que diz que o seu trabalho se encontra ainda numa fase muito incipiente. Questionado sobre se aproveitará algo do que foi desenvolvido por Vasco Costa, este arquitecto responde que o seu projecto se está a desenvolver em moldes "completamente diferentes".

Ao longo das últimas três semanas o PÚBLICO tentou obter esclarecimentos da EPUL sobre a matéria. Sem sucesso. Vasco Costa é parco em palavras. "Aceito perfeitamente que, tendo mudado os responsáveis da EPUL, tenha mudado a opinião sobre o meu trabalho", diz, apesar de a administração da empresa municipal já ter sido modificada há mais de um ano.

O arquitecto não revela quanto lhe pagou a empresa municipal pelo trabalho que deitou para o lixo, montante que incluiu uma indemnização pela rescisão antecipada do contrato. "Não foi nada de transcendente", refere apenas.

19.10.2005 - 10:09 Por Ana Henriques, in Jornal Público, disponível em:

www.publico.pt/Local/camara-de-lisboa-deita-para-o-lixo-plano-do-vale-de-santo-antonio-1236084

Nova biblioteca e arquivo municipal de Lisboa, começou hoje a ser construída

A futura Biblioteca e Arquivo Municipal Central de Lisboa, começou hoje a ser construída no vale de Santo António, em Chelas. O novo edifício vai suceder ao Palácio Galveias, no Campo Pequeno, que deixou de ter capacidade para acolher a biblioteca central. Da autoria dos arquitectos Alberto Souza Oliveira e Manuel Aires Mateus, o projecto contempla um complexo com 43 mil metros quadrados, distribuídos por onze pisos que vão acolher a biblioteca central, todo o arquivo municipal, um centro de convenções com dois auditórios, salas de exposição, espaços de lazer e restauração.

O futuro edifício, que custará à câmara cerca de 30 milhões de euros e cuja conclusão está prevista para 2008, vai disponibilizar em formato digital o arquivo municipal, o segundo maior do país, com 22 mil metros, que reúne documentos desde o século XII. "A cidade é servida por uma rede de 18 bibliotecas, das quais doze são generalistas, sob tutela directa da Câmara de Lisboa", explicou hoje a vereadora da Cultura da autarquia, Maria Manuel Pinto Barbosa, durante a cerimónia de lançamento da primeira pedra da obra.

Segundo a responsável, a dispersão dos equipamentos municipais pela cidade e a actualização dos serviços oferecidos aos munícipes justificou a construção do complexo, "uma necessidade que nos anos 50 do século passado já era falada"

.A solução permitirá também melhorar a situação do arquivo, que se encontra disperso por três locais - o bairro da Liberdade, o Arco do Cego e a Rua da Palma - e em instalações deficientes, "com problemas de inundações, falta de circulação de ar e sem luz natural".

Estruturado como um "grande quarteirão" com praças e terraços, caminhos e ruas, vilas e becos, o edifício é concebido tendo como referência o Tejo, para onde estão voltados os terraços e a área de leitura.

Nos pisos mais baixos estão instalados os depósitos, o arquivo e a biblioteca de herança bibliográfica, que representam a "estrutura de suporte de todo o edifício", explicaram os arquitectos, adiantando que a cada piso corresponderão temas distintos, como os estudos da cidade, a família, as tecnologias ou o saber.

A primeira fase da obra - escavação e construção dos muros de contenção - foi adjudicada à Somague, sendo lançado em Janeiro do próximo ano um concurso público correspondente à segunda fase - estruturas de betão, alvenarias, acabamentos e instalações electro- mecânicas.

O projecto da biblioteca está integrado no plano de urbanização do Vale de Santo António, a desenvolver pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), numa superfície de 45 hectares entre a Penha de França, o Alto de São João e o rio Tejo. A área a construir é de cerca de 400 mil metros quadrados, incluindo vários equipamentos, como um centro cívico, um parque verde, campos de jogos e pavilhões gimnodesportivos..

Na opinião do ex-presidente da autarquia, Pedro Santana Lopes, a biblioteca e o arquivo "vão ser uma peça-âncora, um instrumento de requalificação de toda esta zona da cidade, que é tão desconhecida dos lisboetas".

(...)

08.09.2005 - 16:23 Por Lusa, *in* Jornal Público, disponível em : Www.publico.pt/Local/nova-biblioteca-e-arquivo-municipal-de-lisboa-comecou-hoje-a-ser-construida-1232346

Projecto lançado por Santana Lopes foi abandonado por ser demasiado caro CML desistiu de mega biblioteca mas esqueceu-se de o Anunciar

A Câmara de Lisboa desistiu da mega biblioteca de 11 andares que prometeu para o Vale de Santo António em 2005, num investimento então calculado em 30 milhões de euros. Quer o vereador do Urbanismo quer o das Obras Municipais dão por adquirido este facto. Esqueceram-se foi de o anunciar à população. Os arquitectos encarregues do projecto, Manuel Aires Mateus

e Alberto Souza Oliveira, também não foram informados de que o edifício que desenharam dificilmente verá a luz do dia.

Mais do que uma simples biblioteca, o projecto visava criar nas proximidades da Avenida do General Roçadas, já não muito longe do Tejo, um grande polo cultural, no qual pudesse ser também alojado o arquivo histórico municipal, com documentos desde o séc. XII, um centro de convenções, com dois auditórios, uma livraria, galerias de exposições e terraços com esplanadas e restaurantes.

A ideia de criar uma biblioteca central vinha já de João Soares, mas foi Santana Lopes quem lançou a primeira pedra, numa cerimónia preparada para o efeito. O projecto não foi isento de críticas: mesmo no departamento camarário de Cultura houve quem o achasse megalómano. Mais tarde, responsáveis camarários haveriam de defender a sua redução.

Mas afinal nem uma versão menor irá por diante. O vereador das Obras, Marcos Perestrello, invoca os elevados custos da obra, que devia ter ficado concluída no final de 2008, para justificar a desistência. Já o vereador do Urbanismo, Manuel Salgado, garante que será construído no local um edifício - mas não uma biblioteca. O Público tentou ainda obter esclarecimentos sobre o assunto por parte da vereadora da Cultura, mas sem resultado.

"Trata-se de um projecto fundamental para redimir do abandono esta zona da cidade", observa Aires Mateus. "Se o projecto é reformulável? Claro, mas nunca me pediram para o fazer".

"É uma pena se o edifício não for construído", diz também Souza Oliveira. "Este edifício seria uma âncora, tal como a Casa da Música no Porto". Aires Mateus compara-o ao Centro Cultural de Belém. "Megalómano? Não, de todo. O arquivo foi calculado para os próximos 40 anos, como mandam as normas internacionais", frisa Souza Oliveira.

Da obra prevista, a única coisa que arrancou foi a escavação e a contenção de terras. Entre isto e o projecto, a autarquia gastou perto de três milhões de euros.

22.01.2009 - 10:15 Por Ana Henriques, in Jornal Público, disponível em:

www.publico.pt/Local/cml-desistiu-de-megabiblioteca-mas-esqueceuse-de-o-anunciar-1357097

Carmona quer estádio de Souto Moura

O candidato apoiado pelo PSD à Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues, afirmou ontem que, que caso vença as eleições de 9 de Outubro, irá avançar com a construção de um estádio coberto projectado pelo arquitecto Souto Moura no Vale de Santo António.

Durante uma sardinhada no Operário Futebol Clube de Lisboa, com a presença do antigo jogador de futebol Oceano e a sua esposa, a actriz Marina Mota, Carmona Rodrigues garantiu dar seguimento a um novo plano de urbanização para aquela zona. O plano contempla, além do complexo desportivo, a criação de um grande parque urbano, numa área de oito hectares, com espaços verdes e áreas de lazer. À tarde, Carmona Rodrigues, acompanhado pela actriz Rita Ribeiro, o atleta Carlos Lopes, a dirigente da Abraço, Margarida Martins e a figura do 'jet set' Vicky Fernandes, todos membros da sua Comissão de Honra, visitou alguns bairros sociais em Chelas. Eusébio também foi uma das personalidades convidadas, mas não chegou a comparecer. O candidato do PSD anunciou aqui a criação de dois gabinetes de apoio, um para as colectividades e casas regionais, outro para as comunidades imigrantes e minorias étnicas.

12.09.2005 – A.P.D., in: www.cmjornal.xl.pt/noticia.aspx?channelid=00000090-0000-0000-0000-000000000090&contentid=00173894-3333-3333-3333-000000173894#

Reabilitação urbanística de Alcântara deverá arrancar dentro de semanas

A reestruturação urbanística de Alcântara poderá começar dentro de semanas, com a intervenção simultânea de todos os promotores, segundo um protocolo hoje celebrado pela câmara de Lisboa.

"O que este protocolo tem de diferente é que estabelece a concertação entre a câmara de Lisboa, os privados e as entidades públicas para a reconstrução daquela zona, que está agora numa fase desagradável de demolições", explicou o presidente do município, Pedro Santana Lopes.

Segundo o autarca, o objectivo é que "o processo se inicie todo ao mesmo tempo, simultaneamente os privados com a Câmara". "Se a intervenção não fosse feita programadamente, ficava num estado de convulsão durante um tempo injustificado".

O protocolo surge no âmbito do estudo urbanístico "Alcântara XXI", realizado pelos arquitectos Frederico Valsassina e Manuel Aires Mateus, que pretende compatibilizar as urbanizações e as acessibilidades numa área de 41 hectares.

A zona, predominantemente ocupada por fábricas já obsoletas, passará a ter 60 por cento de habitação e o restante de comércio e serviços, estimando-se que poderá atrair 15 mil novos habitantes. "Alcântara era uma das zonas mais necessitadas de reformulação, porque estava

altamente degradada e com uma ocupação obsoleta", frisou a vereadora do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa (CML), Eduarda Napoleão, durante a cerimónia de assinatura do protocolo. A responsável anunciou que os pedidos de informação prévia, que estipulam as áreas e índices de construção, foram aprovados esta manhã, pelo que os promotores "já podem entregar ao município os pedidos de licenciamento respectivos".

O protocolo hoje assinado com a Carris, Silcoge e Mirandela, proprietárias de terrenos naquela área, prevê que os privados participem na construção de infra-estruturas, com um investimento total previsto de 23,8 milhões de euros, mas dos quais apenas 12 por cento ficarão a cargo do município. "Todos os projectos têm equipamentos públicos, como creches, lares, piscinas e zonas verdes públicas", que ficarão a cargo dos promotores, explicou a vereadora do Urbanismo.

(...)

O estudo urbanístico prevê a construção de um nó rodoferroviário, com a supressão da actual passagem superior e a construção de um túnel rodoviário entre a Avenida de Ceuta e a Avenida Brasília. Também estão previstas uma rotunda no cruzamento entre a Avenida 24 de Julho e a rua de Cascais, o desnivelamento de 24 de Julho antes de Santos, a ligação entre a rua Luís de Camões e a Avenida da Índia e o acesso entre a Avenida Brasília e zona portuária.

Estes projectos foram recomendados no final do ano passado por um grupo de trabalho que integrou o Ministério das Obras Públicas, Câmara de Lisboa, Administração do Porto de Lisboa, Refer, Carris, Metro, Simtejo, e que foi coordenado pela Ambelis - Agência para a Modernização de Lisboa.

29.07.2005 - 20:49 Por Lusa, in Jornal Público, disponível em: www.publico.pt/Local/reabilitacao-urbanistica-de-alcantara-devera-arrancar-dentro-de-semanas-1229457

Lisboa/Alcântara: Projecto 'Alcântara XXI' previa investimento de 600 milhões até 2012

A zona de Alcântara, para onde a Câmara de Lisboa quer um novo Plano de Urbanização, foi alvo de um estudo que previa nove empreendimentos e um investimento global de 600 milhões de euros até 2012.

Elaborado pelos arquitectos Aires Mateus e Frederico Valsassina, o estudo 'Alcântara XXI', apresentado em 2004, pretendia compatibilizar os diversos projectos de urbanização pensados para Alcântara e as acessibilidades, como a extensão da Linha Amarela do Metro a partir do

Rato. Na área das acessibilidades, o estudo admitia a supressão da actual passagem superior e a construção de um túnel rodoviário entre a Avenida de Ceuta e a Avenida Brasília.

O 'Alcântara XXI' previa a requalificação de uma área de 43 hectares, parcialmente ocupada por unidades fabris obsoletas, devido à desactivação das actividades industriais tradicionalmente instaladas nesta zona desde o início do século.

Do ponto de vista das vias de acesso, o estudo constatava que a Ponte sobre o Tejo ou o prolongamento da Avenida de Ceuta, através da Rua de Cascais, acabaram por quase isolar a zona, constituindo-se como barreiras que condicionam as ligações à cidade.

Neste âmbito, o Plano Director Municipal (PDM) prevê a reformulação do nó de Alcântara, a integração urbanística das infraestruturas de transportes e a ligação ao rio como medidas fundamentais.

No que respeita às vias de comunicação, previa ligar, a prazo, a Rua da Junqueira à Avenida 24 de Julho e a Rua Luís de Camões àquele eixo e à Avenida da Índia, a valorização dos percursos pedonais existentes e criação de novas ligações, nomeadamente à frente ribeirinha.

Entre os nove empreendimentos previstos até 2012 no 'Alcântara XXI' estão o 'Alcântara Rio I' (já construído), 'Alcântara Rio II' e 'Alcântara Rio III', num misto de habitação e escritórios. O último incluía uma mediateca.

(...)

O último dos projectos, as polémicas torres de Siza Vieira, acabou por ser substituído por outro, da autoria de Mário Sua Kay, que previa construções de oito pisos acima do solo. Era ainda proposta a recuperação da antiga fábrica Daupias e a construção de um centro cívico.

Na proposta que leva quarta-feira à reunião de câmara, o vereador do Urbanismo, Manuel Salgado, sublinha que "a focalização da intervenção urbana sobre a zona de Alcântara-Rio, centrada da operação 'Alcântara XXI', não respondia ao objectivo de coesão socioterritorial" consagrado no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML).

Refere ainda que a zona de Alcântara apresenta hoje um "tecido urbano e social fragmentado", que precisa de "uma intervenção urgente de planeamento" e aponta o plano de urbanização como a figura adequada para definir os critérios de transformação do território.

O novo plano de urbanização de Alcântara, que a autarquia quer ver custeado pela Refer, deverá estar concluído no prazo de 10 meses.

9:58 | 16 -03-2008, 9.58 Por Lusa, in Jornal Expresso, disponível em:

expresso.sapo.pt/gen.pl?p=print&op=view&fokey=ex.stories/268911&sid=ex.sections/24786

Siza Vieira propõe torres mutantes para Alcântara

Três torres de formas diversas e mutantes, com 105 metros de altura, a par de seis edifícios com quatro pisos e ainda uma estrutura de ligação à beira-rio, capaz de ultrapassar a barreira do caminho-de-ferro e da estrada, constituem a proposta do arquitecto Siza Vieira para o empreendimento que o grupo Silveira quer construir em Alcântara.

As torres - um cilindro, uma barra e uma terceira com uma forma que se aproxima de um tronco de pirâmide - elevam-se acima do nível do tabuleiro da ponte 25 de Abril, que funcionará como um contraponto àquelas construções, feitas em materiais diversos. Elas não se mostrarão com uma imagem fixa e poder-se-ão ver com diferentes caras, à medida que as pessoas se desloquem na zona de Alcântara, podendo em determinados ângulos tomar a expressão de uma lâmina.

O projecto, que se poderá traduzir num investimento de 180 milhões de euros, foi ontem apresentado nas instalações da antiga fábrica de açúcar da Sidul, na Av. da Índia, num dos edifícios que fazem parte da propriedade adquirida há 12 anos pelo grupo Silveira, com 4,5 hectares de terreno, situada entre a Av. da Índia e os terrenos da Carris.

A opção de Siza Vieira para esta zona "ímpar" da cidade foi construir em altura, porque, defendeu, assim se podem libertar vastos espaços verdes e de usufruto público: cerca de 3,3 hectares, segundo os dados ontem revelados. No projecto colaboram também os arquitectos Luís Mendes e Carlos Castanheira.

Para o arquitecto português, entre as construções que ali existem actualmente - exemplos da arquitectura industrial do início do século passado - apenas é de manter "uma casa pombalina, construída sobre arcos", que, em seu entender, "deve ser recuperada e valorizada", podendo dar lugar "a galerias de arte ou a um café". O projecto inclui ainda uma construção baixa, que faz a ligação à beira-rio, e ultrapassa a barreira do caminho-de-ferro e da estrada.

(...)

A proposta de Siza Vieira não cumpre os actuais limites de cêrceas impostas pelo Plano Director Municipal (PDM), que apenas permite construções com 25 metros de altura, mas esse é o desafio que o arquitecto e os promotores pretendem lançar à cidade. Ainda assim, os

promotores entendem que há uma hipótese de o projecto vir a ser aprovado: se ele for considerado pela autarquia como um projecto de interesse social e económico, disse Pedro Silveira, administrador executivo do grupo Silveira, citando um artigo do regulamento do PDM que admite a hipótese de excepcionalmente a câmara o aprovar, apesar das elevadas cêrceas.

Siza disse ter analisado uma outra hipótese, de construir nos limites do PDM edifícios com oito pisos, mas a ocupação do espaço gerada por essa opção iria densificar excessivamente a zona. "Pareceu-me monstruoso, resultava numa espécie de casernas e ficava muito denso", salientou Siza, admitindo, porém, que as suas torres possam provocar "algum receio".

31.10.2003 - 12:17 Por Lusa, in Jornal Público, disponível em:

www.publico.pt/Local/siza-vieira-propoe-torres-mutantes-para-alcantara-1173371

Abandonado projecto das torres de Siza em Alcântara

A solução urbanística que Álvaro Siza Vieira concebeu para os terrenos do grupo Sil , em Alcântara, e que previa três torres com 105 metros de altura não vai passar do papel . O promotor não quer esperar mais e desistiu de o concretizar.

O referendo sucessivamente adiado e um resultado sem garantia de viabilizar as suas intenções levaram o empresário Pedro Silveira a abandonar o projecto que há um ano apresentara com pompa e circunstância, acompanhado de Santana Lopes.

Mário Sua Kay é o projectista escolhido para o lugar de Siza Vieira e cujo trabalho já havia sido desenvolvido em 2002 para aqueles 4,4 hectares que o grupo detém.

«Neste ano, à espera de decisões sobre o projecto do arquitecto Siza Vieira, já perdi um milhão de contos (5 milhões de euros). Não posso esperar mais. Estão enterrados naqueles terrenos de Alcântara 14 milhões de contos e preciso de pagar aos bancos», afirmou o empresário, que ontem esteve presente na apresentação do relatório do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre o projecto Alcântara

XXI.

Sendo um dos promotores privados envolvidos neste projecto que prevê parcerias público privado, nomeadamente para o financiamento de algumas infra-estruturas rodoviárias que vão

servir a área, Pedro Silveira, resolveu recuperar o trabalho de Mário Sua Kay e «com algumas alterações» submetê-lo à apreciação da autarquia, confiando que desta vez é que vai ser.

«Não podia esperar mais. Com o novo calendário eleitoral só haveria referendo em Maio de 2006. E depois ninguém me iria garantir que o resultado ia ser favorável às torres. Assim, resolvi avançar com o projecto do arquitecto Sua Kay que não tem torres mas edifícios de oi to pisos», acrescentou Pedro Silveira.

O empresário conta poder começar as obras em Julho do ano que vem. «Pelo menos, essa foi a garantia que a vereadora do Urbanismo me deu», sublinhou, lembrando que os 4,4 hectares em Alcântara foram comprados em 1991, em hasta pública «e com garantia de construção».

Pedro Silveira reconhece que a solução em altura de Siza Vieira libertava uma área maior para espaço público. Contudo, «nunca escondi que, se tal não fosse possível, avançaria para uma solução em extensão», acrescentou, lamentando que noutros pontos da zona ribeirinha já tenham sido abertos precedentes à construção em altura. As torres São Gabriel e São Rafael, no Parque das Nações, «têm 100 metros e as nossas teriam 105. As primeiras foram aprovadas e ninguém disse nada», criticou o empresário, recordando que também os termos de referência necessários à elaboração do projecto de Norman Foster para a zona de Santos (o qual prevê uma torre de 30 andares) foram viabilizados com os votos da maioria PSD/PP e ainda com os do Partido Socialista.

2004-12-22 por Luísa Botinas, in Jornal Diário de Notícias, disponível em:

www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=593730

Arquitectos dizem que sim ao projecto de Jean Nouvel para Alcântara

Há uma urbanização desenhada para Lisboa pelo novo Prémio Pritzker da Arquitectura, o francês Jean Nouvel. O projecto está suspenso das decisões da Câmara de Lisboa. Deve ser construído? Sim, defendem cinco arquitectos e o vereador do urbanismo. (...)

Jean Nouvel, que anteontem se tornou o mais recente vencedor do Prémio Pritzker, o equivalente ao Nobel da Arquitectura, tem um projecto feito em 2003 para Alcântara, um dos sítios que espera maiores transformações em Lisboa. Vai ser construído? Ainda ninguém sabe, embora pareça haver alguma vontade na câmara municipal. Todos os

arquitectos ouvidos pelo P2 realçam os méritos do projecto de Nouvel e salientam a dificuldade do local, um pedaço de cidade entalado entre ruas de grande circulação.

O mesmo diz o vereador do Urbanismo da autarquia, o arquitecto Manuel Salgado, quando interrogado sobre o seu valor: "Ter um projecto de Jean Nouvel é uma mais-valia para a cidade que não podemos desperdiçar."

(...)

Os arquitectos chamam-lhe jardim vertical. "É um projecto que dá bastante atenção ao espaço público - um espaço muito cenografado", observa o bastonário dos arquitectos, João Rodeia, para quem "é sempre bom para uma cidade ter um projecto de um arquitecto como Jean Nouvel". Porquê? "As cidades competem muito umas com as outras através dos convites que fazem a arquitectos conhecidos."

O arquitecto Tiago Lacerda Pimentel, autor do futuro Museu do Côa, concorda, mas chama a atenção para a necessidade de inserir estes projectos numa estratégia global de cidade, o que não lhe parece ter acontecido. Perante obstáculos que à altura do desenvolvimento do projecto pareciam intransponíveis, como a proximidade da linha férrea - hoje pensa-se que pelo menos parte dela pode ser enterrada -, o arquitecto francês tentou "proteger o empreendimento do ambiente circundante", lê-se no site. Daí a cortina vegetal e a colocação de fontes no recinto, para tentar disfarçar o ruído do tráfego. Esplanadas, restaurantes, um mercado de frutas e legumes ao ar livre e até um pomar de laranjeiras contribuirão para criar esta ilha plantada à beira-estrada."Interessantíssimo"

A densidade da urbanização é a máxima permitida pelo Plano Director Municipal. Frederico Valsassina, que juntamente com Manuel Aires Mateus tem um projecto para um terreno vago do outro lado da rua, diz que o trabalho de Nouvel é "interessantíssimo", precisamente por causa dessa "compressão" urbana, "a que não estamos habituados senão nos bairros históricos de Lisboa", e da qual resulta uma "escala humana" em todo o recinto.

Aires Mateus acha o projecto "extraordinário" pela compreensão que mostra de toda a cidade: "Seria difícil a um arquitecto português resumir", em projecto, "o que é mais determinante em Lisboa", quais os valores predominantes. "Têm menos pruridos em pegar naquilo que os portugueses pensarão que são estereótipos, como as varandas, os estores e os azulejos", diz também o crítico de arquitectura do PÚBLICO, Ricardo Carvalho, que pensa que Nouvel teria encontrado soluções muito interessantes para as infra-estruturas da zona envolvente, caso lhas tivessem pedido.

1/4/2008 por Ana Henriques, in Jornal Público, disponível em :

<http://jornal.publico.pt/pages/section.aspx?id=52626&d=01-04-2008>

EPUL vai receber nove milhões de euros por projectos que não avançaram

A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) vai ser ressarcida em nove milhões de euros pela câmara lisboeta, pelos projectos de Alcântara-Mar e do Parque Mayer, sem ter de recorrer a tribunal, disse esta segunda-feira a administração.

Durante a apresentação pública das contas da empresa referentes a 2011, o presidente do conselho de administração, Luís Sequeira, disse que a EPUL “será legitimamente ressarcida” com os valores correspondentes aos projectos dos arquitectos Jean Nouvel para Alcântara-Mar e de Frank Gehry para o Parque Mayer, que nunca avançaram, e “pelo esforço financeiro” respectivo, que totaliza cerca de nove milhões de euros. A empresa municipal quer assim reaver o investimento feito na emissão de facturas e notas de crédito relativas a projectos que pagou e que nunca saíram do papel. No entanto, a vereadora das Finanças, Maria João Mendes, declarou no início de Maio – quando as contas de 2011 foram debatidas e aprovadas pela Câmara de Lisboa – que a realização destes projectos, concebidos no mandato de Pedro Santana Lopes (PSD), não teve “suporte contratual”, como um contrato-programa entre a autarquia e a empresa, nem houve propostas do município nesse sentido.

A autarca recusava assim assumir a existência dessa dívida e admitia que a EPUL teria de recorrer a tribunal para dirimir esta questão. “Ou a EPUL tem documentos justificativos e legalmente aceites para que haja compromisso da Câmara de Lisboa, ou então terá de ir para tribunal”, disse a vereadora das Finanças.

Sobre o recurso a tribunal, o vogal do conselho de administração Luís Bento afirmou: “Não vamos para tribunal porque não é por aí que a situação vai ser resolvida, o mecanismo está aprovado pela EPUL e é com esse mecanismo que se vai resolver todo o contencioso”, disse. Assim, para a administração da EPUL, a questão está “resolvida”.

22.05.2012 - 11:27 Por Lusa, in Jornal Público, disponível em:

<http://www.publico.pt/Local/epul-vai-receber-nove-milhoes-de-euros-por-projectos-que-nao-avancaram-1547128>

Visão de Foster dá primeiro passo

O primeiro passo para a concretização do projecto do arquitecto britânico Norman Foster foi ontem dado na reunião da Câmara de Lisboa, com a aprovação dos termos de referência para a elaboração do plano de pormenor em modalidade simplificada no Aterro da Boavista, em Santos. O PCP foi a única força política que votou contra a proposta.

Ainda assim, a concretização do projecto terá de cumprir várias fases até ao início da obra. O plano de pormenor terá um período de audições e outro de consulta pública, tendo depois de passar em reunião de câmara e a seguir na assembleia municipal, onde PSD e PP não têm maioria. Na melhor das hipóteses o projecto de Foster só será aprovado em Maio ou Junho do próximo ano. Este empreendimento terá um investimento de cerca de cem milhões de euros e a obra deverá demorar três ou quatro anos, o que atira para 2008 ou 2009 a sua finalização.

O ex-libris da ideia de Norman Foster para aquela área da Boavista é uma torre de 110 metros de altura (30 andares), que terá oitenta metros quadrados e será implantada numa área de 300 metros quadrados. O arquitecto, que apresentou o seu projecto aos vereadores antes dos pontos inscritos na ordem do dia, comparou a torre à que existe na Praça de São Marcos, em Veneza, e que se tornou um dos símbolos daquela cidade italiana. O edifício terá uma função habitacional, mas poderá ter serviços no piso térreo e um miradouro no topo. «Será um símbolo para as gerações futuras», disse Foster.

(...)

Para Norman Foster o elemento estruturante do projecto será a promoção e divulgação do design português, definido como uma das opções estratégicas para o futuro da competitividade da economia nacional e fundamental para a sua internacionalização. Pretende-se, assim, criar um Design District em Lisboa, consolidando as tendências da zona, que tem ali perto instalado o IADE (Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing).

O arquitecto, preocupado com as questões ambientais, disse que os edifícios numa sociedade industrial podem utilizar metade da energia que consomem actualmente e que «há oportunidades excelentes para o projecto da Boavista nessa área». Uma das ideias é aproveitar os ventos de Lisboa, usando geradores no topo da torre. «O conceito de sustentabilidade é muito importante em qualquer projecto», afirmou.

(...)

A presença da cultura e do entretenimento foi uma das principais preocupações do arquitecto nesta obra. Norman Foster referiu ainda a possibilidade da construção de conexões com o rio através de pontes, dado que existe uma barreira por causa da linha do caminho-de-ferro (comboios da ligação a Cascais).

O arquitecto também falou das duas opções que as cidades têm: construir em alta densidade ou em baixa densidade. Na opinião de Foster é mais sustentável quando a construção é feita em alta densidade porque «as cidades mais extensas e menos densas consomem mais energia e petróleo». Depois mostrou um gráfico que mostrava a localização da cidade de Lisboa segundo estes parâmetros, provando que a capital pertence ao grupo das metrópoles europeias ocidentais que são um modelo de sustentabilidade. «Para acompanhar esta tradição o projecto para a Boavista tenta o equilíbrio entre a altura dos edifícios e a necessidade de espaço público», concluiu,

TIAGO GUILHERME publicado a 2004-12-07 às 00:00, in *Jornal Diário de Notícias*, disponível em :

www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=591953

Torre de Foster de Lisboa poderá não sair do papel

O arquitecto britânico Norman Foster recebeu esta quarta-feira o prémio Príncipe das Astúrias em Artes, mas o projecto que tem para Lisboa, uma torre de 27 andares em Santos, ao pé do rio, poderá nunca sair do papel ± tal como aconteceu com outros grandes nomes da arquitectura mundial que projectaram a obra para Lisboa.

Questionado sobre se o projecto para o chamado aterro da Boavista irá por diante nos moldes em que Foster o concebeu, o vereador do Urbanismo da Câmara de Lisboa, Manuel Salgado, não deu certezas: «O plano, que já é antigo, vai ter de ser submetido a discussão pública. E a torre que ele inclui é polémica, tem levantado contestação».

Já para a vereadora social-democrata Margarida Saavedra, o edifício que a Câmara de Lisboa permitiu que esteja a crescer no terreno ao lado, uma obra de Manuel e Francisco Aires Mateus que vai albergar a sede da EDP, compromete a torre de Foster, encomendada por um grupo privado. Tal como foi aprovada, com espaço livre à volta, ela fazia sentido. Mas o edifício que está a ser construído atravanca o espaço, prejudicando o enquadramento da torre, observou a autarca. «Norman Foster [também já galardoado com o prémio Pritzker em 1999] não merece isto, acrescentou Saavedra.

Manuel Salgado explicou que tanto o plano de pormenor da zona nascente do aterro da Boavista, onde ficará a sede da EDP, como o da zona poente, que diz respeito à área para a qual trabalhou o britânico, deverá ser apresentado proximamente na reunião de câmara. ³A ideia é compatibilizar os dois planos', referiu. Margarida Saavedra criticou também o arrastar das decisões na autarquia, que levam muitas vezes os investidores a optar por fazer obra em outros concelhos onde os processos são analisados com mais celeridade, e destacou Oeiras como exemplo.

20.05.2009 - 23:15 Por Ana Henriques, in Jornal Público, disponível em:

www.publico.pt/Local/torre-de-foster-de-lisboa-podera-nao-sair-do-papel-1381873

Futuro da Matinha está para breve

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) já tem em "fase conclusiva" a apreciação do Plano de Pormenor da Matinha, disse ontem ao DN o presidente da câmara de Lisboa, António Costa.

O autarca, que falou ao DN após o simulacro de sismo que decorreu nos terrenos da antiga Petroquímica, indicou que além de uma urbanização, o documento prevê o desmantelamento do viaduto da entrada sul do Parque das Nações (na Avenida Marechal Gomes da Costa) e o prolongamento das zonas pedonais até ao rio Tejo, com a eliminação dos armazéns do Porto de Lisboa e a da linha férrea portuária.

Para esse efeito, António Costa sublinhou que decorrem negociações também com a Administração do Porto de Lisboa visando a passagem para o domínio da cidade da doca do Poço do Bispo. "O local ideal para a criação da piscina de mar aberto de Lisboa", acentuou.

O Plano de Pormenor de Matinha foi desenhado em 2005 pelo gabinete de arquitectura Risco, para a sociedade GESFIMO (do Grupo Espírito Santo), que gere o fundo imobiliário Fimes Oriente, detentor de duas parcelas de terreno da antiga fábrica do gás, cuja aquisição à sociedade Inland, de Luís Filipe Vieira, fora prometida por contrato em 2004.

O negócio só se concretizou em 2006.

Além de uma urbanização, também a nova catedral de Lisboa será ali instalada, em terrenos cedidos pelo promotor ao Patriarcado, num negócio apadrinhado pelo ex-presidente da câmara Santana Lopes.

A participação do arquitecto Manuel Salgado na sociedade Risco, que entrou em diversos negócios imobiliários com a câmara, levou-o a desvincular-se daquele gabinete, após a vitória eleitoral do PS nas eleições autárquicas intercalares de 2007.

2008-11-23 por PAULA SANCHEZ e PAULO VAZ HENRIQUES, in Jornal Diário de Notícias, disponível em : www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=1136193

Lisboa: Queremos sete torres de 19 andares na zona da Matinha? A palavra cabe aos cidadãos

A Câmara de Lisboa decidiu pôr à discussão pública a possibilidade de nascerem na zona da Matinha, junto à linha férrea e nas imediações do rio, sete torres de 18 ou 19 andares, cada uma.

O plano de pormenor em que se insere esta urbanização, que inclui outros prédios mais baixos, foi encomendado pela autarquia ao gabinete de arquitectura Risco, que pertenceu até há pouco mais de dois anos ao actual vereador do Urbanismo de Lisboa, Manuel Salgado.

Em 2005, a autarquia estabeleceu para aquela zona, situada perto da Expo, um índice de construção hoje considerado por muitos excessivo. “É exageradíssimo”, criticou o vereador Sá Fernandes. “É criticável”, concordou outro vereador, Nunes da Silva. A opção do gabinete de arquitectura, que é hoje dirigido pelo filho de Manuel Salgado, passou por fazer crescer em altura sete dos prédios da urbanização, de forma a permitir alguma área livre ao nível do solo.

Se esta solução não for aprovada, explicou o presidente do município, António Costa, a alternativa passa por uma ocupação mais extensiva do solo, embora com edifícios mais baixos. “Se não quisermos as torres, sacrificamos espaço público”, salientou. “Eu prefiro o modelo das torres, mas não dou a minha vida por este desenho urbano”, disse.

O plano de pormenor que vai ser posto a discussão pública tem ainda outros problemas, no entender dos autarcas da oposição. Desde logo a carência de áreas destinadas a equipamentos, como escolas ou centros de saúde. “A esse nível há um défice da ordem dos 66,4 por cento”, garantiu o comunista Ruben de Carvalho.

Já o vereador do CDS-PP António Carlos Monteiro pôs em causa a legalidade desta solução urbanística. “Estamos a criar aqui um gueto para ricos semelhante à Parque Expo”, observou.

Um sítio onde faltam estabelecimentos de ensino, lojas e, sobretudo, vida de bairro. Na oposição, só Santana Lopes (PSD) gabou o plano: "Gosto de construção em altura".

Os terrenos onde há-de crescer a urbanização, para junto da qual está previsto um grande parque urbano, pertencem ao grupo Espírito Santo, à EDP e à Gás de Portugal, entre outros.

São eles que deverão pagar a descontaminação dos solos, sujos pelas antigas Petroquímicas que ali funcionaram, segundo um documento entregue aos vereadores "à última hora", antes de a reunião municipal, referiu o vereador do CDS-PP. António Costa assegurou que, como estão afastadas entre si, as sete torres não correm o risco de criar uma barreira visual entre o resto da cidade e o rio.

27.01.2010 - 23:18 Por Ana Henriques, in Jornal Público, disponível em :

www.publico.pt/.../lisboa-queremos-sete-torres-de-19-andares-na-zona-da-matinha-a-palavra-cabe-aos-cidadoes

Do Museu de Arte Antiga até ao Tejo por um jardim

O arquitecto Pedro Ressano Garcia recebeu o Prémio Pancho Guedes com uma ideia para aproximar a cidade do rio - uma rampa/jardim que passa por cima da Avenida de 24 de Julho e da linha do comboio. E defende uma cidade reconciliada com o seu porto.

Uma espécie de jardim suspenso entre a zona do museu de arte antiga e o rio, através de uma plataforma que passaria por cima da Avenida de 24 de Julho e da linha do comboio, ultrapassando os obstáculos que hoje nos separam do Tejo. E um pólo cultural, em torno do mais importante museu nacional, mas com dois novos equipamentos, que hoje não existem: um museu da Cruz Vermelha e outro com a obra do pintor Almada Negreiros é o projecto do Arquitecto Pedro Ressano Garcia, cuja ideia, Plataforma Tejo, recebeu o Prémio Pancho Guedes da Fundação Serra Henriques, e acaba de ser editada em livro, *Plataforma Tejo – O regresso ao rio* (à venda apenas na livraria A+A, na Ordem dos Arquitectos).

Para este trabalho o Arq. Pedro Ressano Garcia foi ao passado para (e esse foi o objecto de estudo da sua tese de doutoramento) perceber a história da frente ribeirinha e de como a cidade foi mudando – sobretudo como mudou profundamente com a construção do porto industrial. "Orientei esta investigação como um detective que vai recolhendo "provas" com vista a desvendar o mistério", explica na introdução do livro. Enfiou-se nos arquivos e tentou

reunir material que estava disperso entre a Câmara Municipal de Lisboa, os ministérios, a Administração do Porto, bibliotecas, museus, o Gabinete de Estudos Olisiponenses.

"Descobri que a primeira vez que se fez um mapa da grande Lisboa [1727], o desenho maior que encontrei está centrado na frente ribeirinha, na linha da costa. Isso despertou-me imenso interesse em perceber afinal o que é esta linha", conta ao Cidades.

(...)

28/03/2010- Por Alexandra Prado Coelho, in Jornal Público, disponível em:

<http://jornal.publico.pt/noticia/28-03-2010/do-museu-de-arte-antiga--ate-ao-tejo-por-um-jardim-19075333.htm>

Lisboa Moderna Esteve Presente no MIPIM

A autarquia de Lisboa esteve presente no MIPIM, com um stand com 220 m2, cuja organização esteve a cargo da Ambelis - Agência para a Modernização Económica de Lisboa. No seu stand, a Câmara Municipal de Lisboa apresentou alguns dos projectos de maior envergadura em desenvolvimento na cidade, em particular no âmbito da habitação, da reabilitação urbana e da construção/reabilitação de equipamentos. Entre os vários projectos em exposição, destacam-se o da Agência Europeia de Segurança Marítima, da reabilitação do aterro da Boavista, o empreendimento que integra o centro cultural, edifício de apartamentos e Jardim Público e urbanização Malha 5, ambos na Alta de Lisboa, a urbanização Jardins de Braço de Prata, o conjunto torre, centro comercial e praça pública da Porta Sul do Parque das Nações e os empreendimentos da Quinta do Mineiro e do Vale de Sto. António. Projectos apresentados:

(...)

No que respeita ao projecto de requalificação do aterro da Boavista, o arquitecto Norman Foster, responsável pelo projecto, tem em mãos reconverter uma área com 50.000 m2, que inclui os Largos de Santos e de D. Luís, em habitação, comércio, cultura, escritórios e um hotel, tudo envolvido por espaços verdes e de lazer. Neste projecto, cuja área terá uma ligação directa ao rio, destaca-se ainda a criação de espaços dedicados à promoção e à divulgação do design português. Tal como o anterior, o projecto, que é promovido pela ESPART, do Grupo Espírito Santo, encontra-se em fase de estudo.

(...)

O atelier do arquitecto Renzo Piano e a CPU Urbanistas e Arquitectos foram os responsáveis pelo projecto do empreendimento Jardins de Braço de Prata, já aprovado e cuja promoção está a

cargo da Obriverca. a implantação do projecto permitirá transformar e revitalizar uma antiga zona industrial abandonada num bairro multifuncional destinado a cerca de 1.500 habitantes. O projecto, entre o centro histórico e o Parque das Nações, tem uma área de intervenção de nove hectares, estando previstos 97.700 m² para habitação, 17.100 m² para serviços e 25.145 m² para actividades económicas diversas. Os Jardins de Braço de Prata será servido por 3.398 lugares de estacionamento, dos quais 1.400 serão públicos.

Para a Porta Sul do Parque das Nações está prevista a construção de uma torre de escritórios com 23 pisos, cuja arquitectura, de Ricardo Bofill, Ramon Collado e Maria José Freitas, é inspirada no local, conhecido como Cabo Ruivo, e assumirá a forma de uma rocha em granito, como referência à Lisboa moderna.

A área total de escritórios e comércio acima do solo será de 19.772 m², aos quais se acrescenta um edifício de um piso, para comércio e espaços de recreio e lazer na envolvente. O empreendimento contará com 133 lugares de estacionamento público e 476 privados. O respectivo projecto de parcelamento foi já aprovado. A promoção é da AZATA, S.A..

(...)

No stand da cidade Lisboa, no MIPIM, foi ainda possível conhecer as Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU). Sob os princípios de conservar, recuperar e readaptar zonas históricas ou áreas críticas da capital, as SRU de Lisboa são três, abrangendo as zonas da Baixa, S. Paulo e Alfama (SRU Baixa Pombalina), de Alcântara e Ajuda (SRU Ocidental) e as freguesias de Stº. Maria dos Olivais, Marvila, Beato e S. João (SRU Oriental). A autarquia promoveu também a revitalização da área do Vale de Stº. António, a cargo da EPUL, que está a ser feita através da implementação de diferentes equipamentos públicos, a ocupar 86.000 m², e da valorização do espaço público. No total, este projecto abrange uma área de intervenção de 44.7 hectares, prevendo-se a criação de 1.900 a 2.500 fogos. Situado entre as Avenidas General Roçadas e Mouzinho de Albuquerque, este projecto do arquitecto Manuel Fernandes Sá está em fase de estudo e integrará a Biblioteca Central e o Arquivo Municipal de Lisboa, um centro lúdico-desportivo e um centro cívico.

23/03/2006, por AECOPS, disponível em:

http://www.aecops.pt/DesktopModules/IFrameAECOPS/Redimensionar.aspx?URL=laecops_web.show_page%3Faction%3Dshow_news%26p_sessao%3DLOJAb2ad75e6ea614034b2d45ad69fe8e60c%26xcode%3D17854095

Câmara de Lisboa aprova torre polémica na Expo e autoriza demolições no Saldanha

Reestruturação da EPUL será conhecida até ao fim do mês. Plano de acalmia de tráfego, política de habitação e reabilitação do Pais não foram a votos na reunião.

Dois projectos urbanísticos polémicos receberam ontem luz verde por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Sem a oposição do PSD e vereadores Lisboa com Carmona, o executivo liderado pelo PS aprovou um projecto de loteamento no Saldanha e a construção de uma torre de 23 andares no Parque das Nações da autoria do arquitecto espanhol Ricardo Bofill.

(...)

O mesmo BE e os CPL também se opuseram à torre projectada para a zona da rotunda da Alameda dos Oceanos, no Parque das Nações, aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD e Lisboa com Carmona e a abstenção dos comunistas. Considerando que o edifício terá um "impacto visual muito forte", Helena Roseta defendeu que nenhum projecto daquela envergadura deveria ser avalizado sem ser submetido a discussão pública.

15.05.2008 Por Catarina Prelhaz, in: Jornal Público, disponível em:

jornal.publico.pt/pages/section.aspx?id=53288&d=15-05-2008

Arquitecto Carrilho da Graça vence concurso para novo terminal de cruzeiros de Lisboa

O arquitecto Carrilho da Graça ganhou o concurso para projectar o novo terminal de cruzeiros de Santa Apolónia, lançado em Março pela Administração do Porto de Lisboa (APL). O júri, que avaliou os 37 trabalhos concorrentes, foi unânime ao considerar que a proposta de Carrilho da Graça se traduz "num claro benefício" para a cidade e para o seu porto.

O projecto do autor de alguns edifícios emblemáticos da capital - como o Pavilhão do Conhecimento dos Mares, na antiga Expo '98, ou a recente Escola Superior de Música - convenceu o júri por incluir um "edifício relativamente pequeno, com uma volumetria delicada",

sublinhou o grupo de avaliadores composto pelo arquitecto catalão Juan Busquets e o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, entre outros.

Ao PÚBLICO, Carrilho da Graça explicou que a ideia-base do projecto foi "partir da intervenção que a APL quer fazer na zona e criar espaços que possam ser desfrutados pela cidade, independentemente de haver cruzeiros ou não". A dimensão prevista permite minimizar o impacte visual do terminal, um assunto que tanta polémica suscitou no passado junto dos moradores do bairro de Alfama. Estes temiam perder a vista sobre o Tejo, caso avançasse o anterior projecto da APL.

O júri apreciou também a cobertura visitável do terminal, o que converte o edifício numa "nova topografia da cidade, entre a colina de Alfama e o Tejo", salienta a APL, no comunicado em que anuncia o vencedor.

Outra preocupação do arquitecto foi tornar o espaço polifuncional. "Nos períodos com menos paquetes, a zona pode ser utilizada com outros objectivos, como concertos ou exposições", explica. Além de um grande parque verde urbano, que preenche a área envolvente, estacionamento (para cerca de 80 autocarros), a proposta vencedor ainda inclui um anfiteatro exterior com vista para o rio e para a cidade.

O terminal de cruzeiros vai juntar-se à lista de obras emblemáticas deste arquitecto, que tem no currículo ainda a Escola Superior de Comunicação Social e a extensão do Palácio de Belém.

A primeira fase do projecto deverá estar concluída em 2013. Terá uma área total de 7790 metros quadrados, envolve um investimento superior a 25 milhões de euros, pagos pela APL, que promoveu o concurso em parceria com a Câmara de Lisboa e a Ordem dos Arquitectos. Além do projecto de Carrilho da Graça, o júri destacou, pela qualidade, mais quatro projectos.

Receberam menção os gabinetes de Aires Mateus Arquitectos, Guillermo Vazquez

Consuegra, ARX Portugal Arquitectos e Zaha Hadid Limited.

31.07.2010 - 09:20 Por Marisa Soares, in Jornal Público, disponível em :

www.publico.pt/arquitecto-carrilho-da-graca-vence-concurso-para-novo-terminal-de-cruzeiros-de-lisboa

EDP quer fazer centro cultural voltado para o rio Tejo

A zona de Belém, em Lisboa, já é conhecida pelos espaços culturais e a EDP pretende agora reforçar essa faceta contribuindo com uma nova oferta. A distribuidora portuguesa de electricidade vai construir um novo centro cultural ao lado do Museu da Electricidade, um projecto de 19 milhões de euros, assinado pela arquitecta britânica Amanda Levet e apresentado ontem pelo presidente da EDP, António Mexia.

O mesmo responsável frisou que o centro funcionará no eixo cultural onde está o Centro Cultural de Belém (CCB) e o futuro Museu dos Coches, classificando o sítio como "privilegiado e único": o Tejo será utilizado como uma "propriedade intrínseca" do edifício e as marés entrarão pelas escadarias exteriores do centro. Amanda Levet, um nome em ascensão da arquitectura britânica, será também a autora da extensão do famoso Museu Victoria & Albert, em Londres.

O novo espaço em Belém, com 4000 metros quadrados, estará pronto no final de 2013, segundo António Mexia. É "um centro cultural sem barreiras", "um edifício tão aberto ao público que se pode andar por cima dele", explicou o presidente da EDP, descrevendo o espaço arquitectónico como "dinâmico" e "criativo". O novo centro cultural vai complementar as actividades do Museu da Electricidade, albergando exposições, principalmente de arte contemporânea.

Durante a apresentação do projecto, Mexia anunciou um aumento de 40 por cento no orçamento da Fundação EDP, que destinará seis milhões de euros por ano de investimento para o edifício.

(...)

Projecto agrada ao Igespar Para fazer o centro cultural, o projecto propõe a demolição do que está a nascente do Museu de Electricidade, um edifício classificado como imóvel de interesse público. Os cinco edifícios, como os armazéns com as reservas do museu ou a subestação da EDP da área de Belém, estão incluídos numa zona especial de protecção e, por essa razão, o projecto tem de ser aprovado pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar).

O director do Museu de Electricidade, Eduardo Moura, que tem acompanhado o processo, diz que já houve "um contacto informal com o Igespar, sem compromisso", acrescentando que o instituto lhes deu "conforto em relação à linha de pensamento". "O novo edifício vai cumprir todas as funções dos actuais edifícios e acrescentar uma sala de exposições. O pensamento interessante é transformar isto num único edifício que volte o espaço para o rio e que valorize a zona de Belém." Gonçalo Couceiro, director do Igespar, confirma que o projecto lhe foi

apresentado "informalmente" e, embora não se possa pronunciar directamente sobre ele, considera que "uma boa solução de arquitectura contemporânea virá sempre contribuir para a requalificação" de Belém, onde já existem outros exemplos de obras contemporâneas, como o CCB e o novo Museu dos Coches, actualmente em construção.

As formas fluidas, redondas, ondulantes são a imagem de marca de Amanda Levet, cujo projecto para o Victoria & Albert, em Londres, vem substituir uma proposta polémica de Daniel Libeskind. Onde Libeskind propunha uma série de blocos empilhados de forma aparentemente caótica, Levet desenha um espaço público aberto e assente sobre uma grande galeria de exposições subterrânea.

04.04.2011 - 16:47 Por Luís de Freitas Branco, in Jornal Público, disponível em:

www.publico.pt/Local/edp-quer-fazer-centro-cultural-voltado-para-o-rio-tejo_1488233

Câmara de Lisboa deixa seguir projecto da EDP que viola Plano Director

A Câmara de Lisboa aprovou hoje, com os votos contra do PSD e do CDS, um pedido de informação prévia da Fundação EDP para construir um centro cultural em forma de concha à beira-Tejo. Isto apesar de o projecto violar as regras urbanísticas de preservação da frente ribeirinha impostas pelo Plano Director Municipal projectado para terrenos de Belém ao lado da Central Tejo onde neste momento existem antigos armazéns, o edifício é assinado por um nome em ascensão na arquitectura britânica, Amanda Levet. Acontece que, segundo as normas criadas pelo próprio município, é demasiado grande para estar tão próximo do rio.

"Viola praticamente todos os critérios do PDM", assinala o vereador António Carlos Monteiro, do CDS-PP. "Não se pode construir mais de dez metros de altura na frente ribeirinha, nem tapar a frente de rio com mais de 50 metros de frente. Ora o edifício tem 14 metros de altura e 150 de frente".

O autarca reconhece que o projecto até tem qualidade. O problema é o local onde a EDP quer implantá-lo. "O PDM salvaguarda os sistemas de vistas", explica António Carlos Monteiro, que chama ainda a atenção para outro problema: o facto de parte do edifício ser subterrâneo, apesar de a frente ribeirinha de Belém ser uma zona de aterro.

"A Câmara de Lisboa tem dois pesos e duas medidas: é forte com os fracos e fraca com os fortes", critica o vereador, numa referência ao facto de aos particulares estar vedada a infracção das regras urbanísticas. Para autorizar a construção da Fundação Champalimaud, um

volume ainda maior de construção também à beira-Tejo, foi preciso suspender o PDM, recorda António Carlos Monteiro.

Na reunião camarária desta manhã, tanto o vereador do CDS como os eleitos do PSD votaram contra a aprovação do pedido de informação prévia da Fundação EDP, pelo facto de este entrar em contradições várias com o PDM. Já o vereador do PCP, Ruben de Carvalho, votou favoravelmente, ao lado da maioria liderada por António Costa.

Ruben de Carvalho diz que as incongruências com o PDM de que falam alguns vereadores são "discutíveis" e baseiam-se numa "leitura muito estrita" documento. O eleito comunista prefere sublinhar os aspectos positivos do projecto, que vai permitir o nascimento na cidade de "um centro para as artes", e a sua qualidade arquitectónica. "Se o projecto for considerado ilegal, isso será para nós uma surpresa", reage o administrador-delegado da Fundação EDP, Sérgio Figueiredo, explicando que tem contado com "o incentivo do presidente da câmara e do vereador do Urbanismo, Manuel Salgado". E observa: "Se assim for, no limite não se faz - o que é uma pena". Sérgio Figueiredo explica que o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e

Arqueológico já aprovou o trabalho de Amanda Levette para Belém, que "não constituirá" mais um obstáculo entre a cidade e o rio. "É um edifício o mais democrático possível, no topo do qual as pessoas vão poder caminhar. E é mais baixo do que os armazéns que vai substituir", argumenta. Já a ciclovia que ali passa "será desviada para trás ou para cima" do imóvel em forma de concha.

08.02.2012 - 17:05 Por Ana Henriques, Inês Boaventura, in Jornal Público, disponível em:

www.publico.pt/Local/camara-de-lisboa-deixa-seguir-projecto-da-edp-que-viola-plano-director—1532856